



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Convento de Santo António do Paraguaçu
Proposta de valorização e revitalização do espaço**

Virgínia de Cerqueira Silva

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Simões Gomes Machado

Co-Orientadora: Prof. Dra. Antónia Fialho Conde

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização: Património Artístico e História de Arte

Dissertação

Évora, 2016

À minha mãe, minhas irmãs e meus sobrinhos

Índice Geral

Agradecimentos	6
Siglas e abreviaturas	7
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	11

Capítulo I- Do *achamento* do Brasil à instalação dos frades franciscanos

1. O <i>achamento</i> do Brasil e o início da colonização portuguesa	17
1.2. O Recôncavo baiano. A Baía de Iguape. A colonização portuguesa e as razões para a instalação das ordens religiosas	19
1.3. A vila de Cachoeira	22
2. O surgimento da Ordem dos Frades Menores	24
2.1. A instalação Da Ordem franciscana em Portugal	26
2.2. Os franciscanos no Brasil e na baía de Iguape	27

Capítulo II – O convento de Santo António de Paraguaçu

1. Considerações sobre a arquitetura colonial brasileira e a “Escola Franciscana do Nordeste”	32
1.1. Construtores e técnicas de construção	39
2. Da Fundação do Convento de Santo António do Paraguaçu à sua extinção	41
2.1. O espaço conventual e a sua evolução	47
2.1.1. O conjunto edificado	47
2.1.2. A Cerca	74
2.2. O espaço envolvente e a sua relação com o convento	78

Capítulo III – As intervenções em património cultural: dos conceitos basilares no domínio à apresentação de uma proposta de revitalização e valorização para o convento de Santo António de Paraguaçu

3. Definições de Monumento histórico, Património e Património Cultural	81
4. As Cartas, Declarações e Recomendações Internacionais sobre o património em perspetiva histórica e sua influência na legislação patrimonial brasileira	82

2.1. O património na legislação do Estado da Bahia e na legislação do Município de Cachoeira	93
2.2. Dos órgãos patrimoniais brasileiros: IPHAN E IPAC	94
2.3. Do tombo ao tombamento no Brasil	94
2.4. Dos bens culturais da Igreja	96
3. Exemplos de intervenções, revitalização e reutilização de patrimónios registados	98
3.1. Intervenção em espaços religiosos: exemplos de revitalização e valorização patrimoniais	98
3.1.1. Convento do Carmo, Salvador, Bahia, Brasil	98
3.1.2. Museu, Igreja e ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil	105
3.2 Intervenção em espaços não religiosos: exemplos de revitalização e valorização patrimoniais	111
3.2.1. Solar do Unhão, Salvador, Bahia, Brasil	111
3.2.2. Palacete das Artes - Museu Rodin Bahia, Salvador, Bahia, Brasil	116
4. Proposta de revitalização e valorização do Convento de Santo António do Paraguaçu	118
4.1. O Projeto de implantação do Centro de Interpretação Franciscano no Convento de Santo António do Paraguaçu	119
4.1.1. Estratégias de desenvolvimento	121
4.1.2. Diretrizes de comunicação	123
4.1.3. Capitação de recursos	123
4.1.4. Públicos-alvo	123
4.1.5. Indicadores de sustentabilidade	124
4.1.6. Fundos iniciais para a criação do Centro de Interpretação	124
4.1.7. Gestão	125
4.2. Proposta de roteiros culturais que incluem o Convento de Santo António do Paraguaçu	125
Considerações Finais	127
Referências Bibliográficas	130
Anexos	

Índice de imagens

Fig. 1 Mapa da baía de Todos os Santo e baía de Iguape	20
Fig. 2 <i>São Francisco Prega para as Aves</i> , Giotto di Bondone, 1297-99	24
Fig. 3 Planta do Convento de São Francisco de Salvador da Bahia	35
Fig. 4 Fachadas dos conventos de Cairu e Ipojuca, modelo “baiano” e modelo “pernambucano”	36
Fig. 5 Fachada do Convento de Santo António da Paraíba	38
Fig. 6 Fachada das igrejas conventuais de São Francisco do Conde e São Francisco de Salvador	38
Fig. 7 Detalhes das paredes da ala conventual do Paraguaçu	41
Fig. 8 Mapa com a localização do Convento de Santo António do Paraguaçu	48
Fig. 9 Planta baixa do Convento de Santo António do Paraguaçu	50
Fig. 10 Imagem frontal da igreja a partir da área inferior do Adro.	50
Fig. 11 Base do cruzeiro ou “Peanha”	51
Fig. 12 Vista do rio Paraguaçu a partir do adro do Convento	52
Fig. 13 Área destinada a queima de velas na lateral do adro	52
Fig. 14 Vista do convento a partir do rio Paraguaçu	53
Fig. 15 Detalhes da fachada da igreja do Paraguaçu	54
Fig. 16 Fachada piramidal da Igreja de Santo António do Paraguaçu	54
Fig. 17 Detalhe dos ornamentos das janelas do Coro	55
Fig. 18 Detalhe do frontão com o nicho contendo a imagem de Santo António	55
Fig. 19 Pórtico ou galilé com as datas nas portas da igreja e da portaria	57
Fig. 20 Torre sineira da Igreja do Paraguaçu	58
Fig. 21 Interior da Igreja do Paraguaçu com o painel de azulejos em destaque	59
Fig. 22 Cobertura atual da Igreja de Santo António do Paraguaçu	60
Fig. 23 Lápide encontrada na nave da Igreja do Paraguaçu	61
Fig. 24 Coro de Santo António do Paraguaçu	61
Fig. 25 Fachada e lateral esquerda da Igreja de Santo António do Paraguaçu	62
Fig. 26 Corredor lateral da Igreja de Santo António do Paraguaçu	63
Fig. 27 Painéis atuais de azulejo da Sacristia	64
Fig. 28 Sacristia	65
Fig. 29 Lavabo da sacristia de Santo António do Paraguaçu	66
Fig. 30 Sala do Capitulo e portaria.	66
Fig. 31 Claustro	67
Fig. 32 Detalhe das colunas que formavam o claustro e dos seus adornos	68
Fig. 33 Vista da lateral da ala conventual. No destaque o subsolo alagado	68

Fig. 34	Piso existente na parte externa, ao lado do claustro	69
Fig. 35	Ruínas da ala conventual	70
Fig. 36	Ruínas do refeitório	70
Fig. 37	Detalhe dos lavabos do refeitório	71
Fig. 38	Cozinha com a chaminé ao fundo	72
Fig. 39	Cone da chaminé visto por dentro	72
Fig. 40	Sistema de canaletes existentes na área conventual	73
Fig. 41	Imagem aérea da cerca do Convento do Paraguaçu	75
Fig. 42	Ruínas e alicerce que restam do muro que delimitava a Cerca	75
Fig. 43	Aqueduto e poço	77
Fig. 44	Vista da lateral esquerda do convento	77
Fig. 45	Localização da cidade do Salvador, Bahia, Brasil	99
Fig. 46	Fachada da Igreja e Convento do Carmo da Bahia	99
Fig. 47	Planta do Convento do Carmo de Salvador da Bahia	101
Fig. 48	Interior da Igreja do Convento do Carmo, com sua capela-mor	102
Fig. 49	Sacristia do Convento do Carmo	102
Fig. 50	Claustro maior com a piscina adaptada ao espaço	103
Fig. 51	Detalhe do Restaurante Conventual	103
Fig. 52	Antigas celas, atuais quartos (<i>loft</i>) da Pousada do Carmo	104
Fig. 53	Um dos corredores que ligam os quartos da Pousada do Carmo	104
Fig. 54	Localização da cidade de São Miguel das Missões, RS, Brasil	105
Fig. 55	Cruzeiro e fachada da igreja missioneira de São Miguel das Missões	106
Fig. 56	Planta da Missão de São Miguel Arcanjo	107
Fig. 57	Museu das Missões	108
Fig. 58	Área onde se encontram o sítio arqueológico e o Museu das Missões	109
Fig. 59	Interior do Museu das Missões. Estatutária missioneira	110
Fig. 60	Localização do Solar do Unhão	112
Fig. 61	Restauro do Solar do Unhão e construção da Avenida Contorno	113
Fig. 62	Escada helicoidal em madeira do MAM-BA	113
Fig. 63	Solar do Unhão (MAM-BA)	114
Fig. 64	Interior do Museu de Arte Moderna (MAM-BA), no Solar do Unhão	115
Fig. 65	Parque de esculturas do MAM-BA	115
Fig. 66	Localização do Palacete das Artes, Museu Rodin da Bahia	116
Fig. 67	Fachada do Palacete das Artes ou Vila Catharino, Museu Rodin-BA	117
Fig. 68	Modificações feitas no Palacete das Artes	117
Fig. 69	Estátua de autoria de August Rodin, nos jardins do Museu Rodin da Bahia	118
Fig. 70	Planta modificada de Santo António do Paraguaçu	120

Agradecimentos

A minha mãe Sônia e ao meu pai por sempre terem acreditado e se orgulhado das suas “meninas poderosas”.

As “meninas”, Rosane, Cristiana e Rita (“resolvo”).

Aos meus sobrinhos, que deixam meus dias menos monótonos e mais nervosos.

A d. Maria, uma querida amiga.

As minhas diretoras, Antônia Ailda e Iracema Bastos, pela compreensão, e aos colegas do Colégio Estadual Polivalente de Santo Estêvão e do Colégio Viramundo.

Aos amigos e colaboradores Alessandro Bastos, Sandra Silva, Gabriela Santos e Cristiane Souza.

Ao meu amigo querido e colaborador incansável, Paulo Jorge.

Ao Sr. Antônio, que é o atual “guardião” do Convento de Santo António do Paraguaçu.

Ao arquiteto Francisco Santana.

Aos professores doutores do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora.

E por fim, ao meu orientador, Professor Doutor José Alberto Gomes Machado e muito especialmente a minha querida professora e coorientadora, Professora Doutora Antónia Fialho Conde.

Siglas e abreviaturas

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BA	Bahia (estado da Bahia)
BI	Baía de Iguape
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BPE	Biblioteca Pública de Évora
BTS	Baía de Todos os Santos
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras (Universidade do Recôncavo)
DMUS	Diretoria de Museus
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DVD	Disco Digital Versátil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICOMÓS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHG	Instituto Histórico e Geográfico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural
MAM	Museu de Arte Moderna
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MTur	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFM	Ordem dos Frades Menores
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PE	Pernambuco (estado do Brasil)
PMN	Política Nacional dos Museus
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
RS	Rio Grande do Sul (estado do Brasil)
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Cf.	Comparar com
Fl./ fls.	Fólio/fólios
Nº	Número
P./pp.	Página/ páginas
Vol./Vols.	Volume/ volumes

O Convento de Santo António do Paraguaçu. Proposta de valorização e revitalização do espaço

Resumo

O Convento de Santo António do Paraguaçu, assim como seu vizinho e contemporâneo o Convento de Santo António de Cairu, ambos na Bahia, foram os primeiros conventos fundados no Brasil logo após a separação entre a Custódia do Brasil e a Província de Santo António de Portugal, no ano de 1647, dando origem, dez anos depois, a Província de Santo António do Brasil.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o Convento de Santo António do Paraguaçu, localizado no entorno da baía de Todos os Santos, estado da Bahia, Brasil. Narra sua trajetória desde sua fundação, em meados do século XVII, até o momento da sua decadência e encerramento, em fins do século XIX, ressaltando não apenas seus aspectos arquitetônicos, mas sua importância histórica e cultural para a área do Iguape e para toda a região onde está inserido.

Ao ressaltar sua importância histórica e cultural, busca-se embasar a necessidade de revitalização e reutilização do património como meios de salvaguarda e manutenção do mesmo e assim não permitir que a degradação apague o convento franciscano do Paraguaçu da história e da memória da Bahia e do Brasil. Para tanto é apresentado um projeto de instalação de um Centro de Interpretação dos franciscanos na Bahia e na elaboração e inserção do convento em rotas do turismo cultural, com o intuito de se fazer conhecer a importante obra franciscana na Bahia e de criar condições para que a comunidade local possa conviver, usufruir e proteger o seu rico património.

Palavras-chave: Bahia; Santo António de Paraguaçu; franciscanos; reutilização; salvaguarda.

The Convent of Santo António do Paraguaçu. Proposal of space valuation and revitalização

Abstract

The Convent of Santo António do Paraguaçu, as well as its neighbor and contemporary convent of Santo António de Cairu, both in Bahia, were the first convents founded in Brazil after the separation of the Custody of Brazil and the Province of Santo António de Portugal in the year 1647, giving origin, ten years later, the Province of Santo António do Brasil.

The thesis has as study object the Convent of Santo António do Paraguaçu, located in the vicinity of the Bay of Todos os Santos, State of Bahia, Brazil. This work narrates its trajectory since its foundation, in the middle of century XVII, until the moment of its decline and closure in the late nineteenth century, highlighting not only its architectural aspects but its historical and cultural importance to the area of Iguape and for the entire region where it is inserted.

To highlight its historical and cultural importance, searches to base the necessity for revitalization and reuse of the heritage as a means of safeguard and maintenance, and thus not allow the degradation deletes the Franciscan convent of the history of Paraguaçu and Brazil and Bahia's memories. Therefore, it is presented a project of installation of a Interpretation Centre of the Franciscans in Bahia and the elaboration and insertion of the convent in cultural tourism routes, in order to make known the important Franciscan work in Bahia and create conditions for the local community can socialize, enjoy and protect its rich heritage.

Keywords

Bahia; Santo António do Paraguaçu, franciscans; reuse; heritage protection

Introdução

O convento de Santo António do Paraguaçu, situado no povoado de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira, Bahia, é um dos doze conventos históricos edificadas pelos franciscanos no Nordeste brasileiro. A Casa franciscana do Paraguaçu funcionou como noviciado desde a sua fundação até o ano de 1824 e como convento até o final do século XIX.

No princípio do século XX, já despovoado, foi entregue a arquidiocese de São Salvador da Bahia, deixando, oficialmente, de ser uma casa franciscana. Desde então suas terras foram vendidas, sua ala conventual, já em adiantado estado de deterioração, foi dilapidando, os ornamentos internos da igreja, da Sacristia e da Casa do Capítulo foram vendidos, e, por fim, o convento do Paraguaçu caiu no quase total esquecimento.

No âmbito de um trabalho de levantamento histórico e patrimonial realizado para uma empresa de arqueologia na região da baía de Iguape, entrei em contato pela primeira vez com esta região e com a história daquele belo e solitário monumento esquecido a beira do rio Paraguaçu. Munida das poucas informações então levantadas, iniciei o mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural na Universidade de Évora. Surgiu, então, a possibilidade de estudar de maneira mais aprofundada e elaborar um projeto de reutilização e revitalização do antigo convento de Santo António do Paraguaçu.

Quanto a metodologia utilizada para a realização desta Dissertação, foram realizadas investigações em fontes manuscritas e fontes impressas na Biblioteca Pública de Évora, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, No Arquivo Histórico e Ultramarino e no Arquivo Histórico do Estado da Bahia¹. Foram também consultas obras de referência sobre História do Brasil e da Bahia, artigos de revistas especializadas, como a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, na Biblioteca Pública de Évora (BPE), na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, na Biblioteca da Universidade de Évora (UeBib), Biblioteca da Universidade de Coimbra (Setor de documentação brasileira), Biblioteca Pública de Salvador, Bahia, Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Foram, também analisadas dissertações e artigos científicos encontrados em repositórios abertos da Universidade de Évora, da Universidade federal do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal da Bahia. Foram ainda realizados estudos nas Cartas e

¹ É necessário esclarecer que as fontes primárias sobre os franciscanos no Brasil e mais especificamente sobre o convento do Paraguaçu são escassas ou simplesmente inexistentes.

Convenções patrimoniais, assim como em vasta legislação nacional (Brasil), estadual (Bahia) e municipal (Cachoeira).

Ainda dentro da metodologia empregada, foram realizadas viagens de campo ao Convento do Paraguaçu, altura em que foram feitas entrevistas aos habitantes locais e registos fotográficos, que serviram para elaboração de um diário de campo, que ajudou a nortear o trabalho aqui apresentado.

No que concerne ao material (fontes, documentos e bibliografia em geral) referente aos franciscanos e ao convento do Paraguaçu, em particular, é sempre escasso. A Ordem Franciscana no Brasil não prima pelo cuidado com a documentação, muitas das bibliotecas dos conventos, como a do convento de Salvador, foram desativadas, e a documentação que não se perdeu por conta da humidade e dos fungos, foi transferida para a sede da Província, que voltou a ser o convento de Olinda, em Pernambuco.

No que se refere ao Estado da Arte, para fazer a contextualização histórica da chegada dos portugueses e da instalação da empresa colonizadora no Recôncavo baiano (área em torno da baía de Todos os Santos), foram feitos estudos em textos considerados clássicos da história do Brasil, como a crónica de Gabriel Soares de Sousa, contida em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, onde é relatado o primeiro século de colonização portuguesa; também foi analisada a obra *Cultura e opulência do Brasil*, de André João Antonil, que se mostrou essencial para a compreensão de questões relacionadas a cultura da cana e a exportação do açúcar no Brasil e na Bahia; no âmbito mais específico da história da Bahia, do recôncavo e do Iguape, foram analisadas as obras *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*, de Stuart B. Schwartz, que faz um estudo aprofundado sobre a cultura canavieira no Recôncavo baiano, inclusive com a participação de engenhos pertencentes às ordens religiosas; já Luís Henrique Dias Tavares, com suas duas obras, *O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governos-gerais das terras do Brasil* e *História da Bahia*, realiza um estudo sobre a história da Bahia, com enfoque maior na região localizada em torno da baía de Todos os Santos. Ainda com relação aos temas tratados no capítulo primeiro, sobre o surgimento do franciscanismo e sua instalação na Península Ibérica, foi utilizado como base de estudo a obra *História da Igreja em Portugal*, Tomo III, parte I, de Fortunato de Almeida, que traz um relato sobre a Igreja em Portugal e, mais especificamente, a Ordem Franciscana; também foi essencial para a caracterização da evolução da OFM em Portugal a obra de António Montes Moreira, *O Franciscanismo em Portugal: III-IV seminários: Actas*; foi analisada ainda a obra *História Concisa da Igreja*, de Philippe Tourault, na parte que trata especificamente da luta contra as heresias medievais.

Sobre a instalação e evolução da Ordem Franciscana no Brasil, na Bahia e na região do Iguape, foi exaustivamente analisada a clássica obra *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, de autoria do cronista franciscano Frei António de Santa Maria Jaboatão, nessa obra, além de versar sobre História do Brasil e das diversas capitanias que naquele momento o compunham, o Frei Jaboatão faz um minucioso relato sobre a fundação e a vida dentro de todos os conventos franciscanos então pertencentes a Custódia e posteriormente Província de Santo António do Brasil, são dessa obra os dados essenciais sobre todos os conventos históricos do Brasil, entre eles o do Paraguaçu; esta obra serve de base e é citada por todas as demais obras que tratam do franciscanismo no Brasil.

Foram ainda analisadas obras essenciais como a do Frei Venâncio Willeke, com *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia e Franciscanos na história do Brasil*. Na primeira obra, apesar de ser mais específica sobre o Convento de Salvador, Frei Willeke fornece importantes informações sobre os religiosos da Província de Santo António do Brasil; já na segunda obra, mais geral sobre os franciscanos no Brasil, o Frei faz um apanhado histórico sobre a presença franciscana no Brasil, desde a sua instalação em 1585 até a década de 1960, quando a obra foi escrita; também foram estudados que se mostraram essenciais a compreensão dos franciscanos no Brasil as obras do Frei Basílio Röwer, *A Ordem Franciscana no Brasil*, e o estudo realizado por Eugênio de Ávila Lins, intitulado “*A vida temporal e espiritual das Casas Franciscanas em face aos estatutos da província de Santo Antônio do Brasil*”, e apresentado no âmbito do III Seminário Internacional Luso-brasileiro de franciscanismo, *Os Franciscanos no Mundo Português, Artistas e Obras*, onde Eugênio Lins faz um estudo minucioso sobre os religiosos que habitavam as Casas franciscanas do Nordeste brasileiro, com descrição detalhada da hierarquia existente e da função de cada membro da Ordem dentro dos conventos.

Para embasar os temas tratados no Capítulo segundo, que trata do Convento do Paraguaçu mais especificamente, mas fazendo um breve estudo sobre a arquitetura colonial brasileira mostrou-se essencial a análise da obra *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, de Germain Bazin. Nessa obra Bazin faz um exaustivo estudo sobre a arte brasileira do período colonial, período de predominância do barroco, onde traz a ideia de que os franciscanos, com todo seu poder de compreensão do outro e de adaptação às circunstâncias em que se encontravam, criou uma verdadeira escola de edificar igrejas e conventos, por ele denominada “*Escola Franciscana do Nordeste*”; foram também analisadas as obras que tratam da arquitetura colonial brasileira, *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*, de John Bury, que faz um estudo sobre 405 construções religiosas brasileiras dignas ‘*de nota*’; e *Arquitetura Colonial*, Robert C.

Smith, e *História Geral da Arte no Brasil*, de Walter Zanini, onde ambos dividem a história da arte no Brasil em três fases ou períodos, uma primeira fase iniciada no princípio da colonização, por volta de meados do século XVI e se estendeu até meados do século XVII; a segunda fase iniciada em meados do século XVII e concluída em meados do século XVIII e a terceira fase, iniciada em meados do século XVIII e concluída por volta de 1820, com a Proclamação de Independência e, portanto, fim do Período Colonial brasileiro.

No que se refere a história específica do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, foi utilizado como base o texto do Frei Jabotão, e a partir deste foram realizadas comparações entre as afirmações aí contidas e as afirmações e análises de outros estudiosos da atualidade, tais como Fernando Fonseca, que estudou especificamente o convento e temos como resultado desse estudo a obra *Santo Antônio do Paraguaçu*, e também sua obra que compara os conventos de Paraguaçu e Cairu, *Santo Antônio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde*; numa abordagem semelhante a de Fernando Fonseca, foi analisada a obra *O Brilho da Simplicidade: dois estudos sobre a arquitetura religiosa no Brasil colonial*, onde é feito um estudo sobre diversos conventos e igrejas do Brasil, com especial atenção aos conventos franciscanos do Nordeste de Paraguaçu e Cairu; de vital importância também foi a obra *São Francisco do Paraguaçu – Uma história sepultada sob ruínas*, do Frei Hugo Fragoso, onde é feito um estudo histórico e patrimonial do Convento.

Ainda sobre o convento do Paraguaçu, foram analisadas as obras *Igrejas e conventos da Bahia*, 1, 2, 3, de autoria de Maria Helena Occhi Flexor, onde a autora traça, no volume 1, um estudos sobre os conventos e as igrejas em geral, e nos dois volumes seguintes faz estudos de caso sobre alguns conventos, e entre eles está o do Paraguaçu; e com maior enfoque sobre a questão arquitetônica e artística mostrou-se importante o estudo da obra de Carlos Ott, *História das Artes Plásticas na Bahia, Arquitetura*, onde o autor desenvolve temas como as técnicas de construção, os materiais utilizados, além da questão arquitetônica e artística; de grande valia também foi a análise das “*Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia*”, espécie de diário de viagens em que o imperador do Brasil, Dom Pedro II, emite opiniões sobre as áreas visitadas, entre elas está o Convento do Paraguaçu, e suas observações ajudam a descrever uma realidade que já não mais existe. Também foram essenciais a análise das fichas de tombo contidas no *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, onde estão os dados levantados pelos técnicos do IPAC-BA, órgão patrimonial, para averiguar a importância do monumento e conceder-lhe um grau de proteção.

Por fim, ainda no que se refere ao capítulo 2, foi analisada a obra *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*, para conseguir compreender e caracterizar do que se trata a Cerca dos conventos. Nesse sentido também foi importante a análise do estudo realizado por Francisco Santana, José Manuel de Mascarenhas, Mário Mendonça de Oliveira e Virgolino Ferreira Jorge, sobre o sistema hidráulico do convento, apresentado no *III Congresso Internacional sobre el franciscanismo en la Península Ibérica*.

No que se refere ao terceiro capítulo, foram feitos estudos sobre a história da patrimonialização, a evolução do conceito de património e sua salvaguarda, para isso foram analisadas as Cartas patrimoniais, as Resoluções e as legislações do Brasil, federal, estadual (Bahia) e municipal (Cachoeira); além disso foram feitos estudos de caso em monumentos históricos reutilizados e para tanto foram utilizadas obras específicas, tais como *Lina Bo Bardi*, coordenada por Marcelo Carvalho Ferraz. Bo Bardi foi a arquiteta responsável pela requalificação do antigo engenho Solar do Unhão, hoje Museu de Arte Moderna da Bahia; ainda sobre o Solar do Unhão e sobre Lina Bo Bardi, *O Trapiche à beira da baía: a restauração do Unhão por Lina Bo Bardi*, trabalho apresentado pela autora, Carla Brandão Zollinger, no 7º Docomomo; além de obras sobre o Solar Martins Catharino, *De Villa Catharino a Museu Rodin da Bahia 1912-2006*, de autoria de Katia Fraga Jordan, onde além fazer um histórico da “Villa”, a autora relata as etapas do projeto para a criação do Museu Rodin de Salvador.

Quanto a criação do Museu das Missões, foram utilizadas obras disponibilizadas pelo IPHAN, São Miguel, que trata de todo o processo de criação do Museu, desde os primeiros estudos realizados por Lúcio Costa, na década de 1930, até sua criação na década de 1940; quanto aos estudos sobre a Pousada Convento do Carmo, foram analisadas a *Conventos da Bahia*, volume 2, de Maria Helena Occhi Flexor, além de um estudo realizado por Joaquim Rodrigues dos Santos e José Cavalcanti Neto, *“Pousada do Convento do Carmo em Salvador da Bahia: A Experiência das Pousadas de Portugal na Reabilitação de Edifícios Monásticos para Pousadas Turísticas”* apresentado no 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado – Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação.

O trabalho está estruturado em três partes ou capítulos:

O Capítulo primeiro, *do achamento do Brasil à instalação dos frades franciscanos*, trata da contextualização histórica, com destaque para a chegada dos portugueses ao Brasil e a Bahia e o início da colonização. Em seguida é feito um breve relato do surgimento do franciscanismo e da implantação da ordem em Portugal, no Brasil e na região da baía de Todos os Santos, onde se encontra o Convento do Paraguaçu.

O Capítulo segundo, *O convento de Santo António de Paraguaçu*, faz um breve levantamento sobre a arquitetura colonial brasileira, com destaque para as edificações religiosas e a “*escola franciscanas do Nordeste*”; em seguida é feito um estudo mais aprofundado sobre o convento de Santo António do Paraguaçu, tratando da sua fundação, sua existência como Casa religiosa e sua extinção; a seguir é detalhada a evolução do seu espaço construído, desde a sua edificação, em meados do século XVII até o seu quase total abandono, no século XX.

O Capítulo terceiro e último, *as intervenções em património cultural: dos conceitos basilares no domínio à apresentação de uma proposta de revitalização e valorização para o convento de Santo António de Paraguaçu*, é feita, inicialmente uma conceitualização de monumento e património, seguido por um estudo comparativo entre as Cartas patrimoniais, as Declarações e Recomendações Internacionais sobre o património a legislação patrimonial brasileira. A este estudo seguem-se alguns exemplos de reutilizações bem-sucedidas de edificações históricas e em seguida é apresentado o Projeto de Revitalização e Reutilização do Convento de Santo António do Paraguaçu, com a instalação no local de um centro de interpretação, onde serão disponibilizadas informações sobre a Ordem Franciscana na Bahia, serão expostos objetos relacionados a Ordem e que sejam de interesse de futuros visitantes interessados não só na obra franciscana como na cultura local.

Capítulo I: Do *achamento* do Brasil à instalação dos frades franciscanos

1. O *achamento* do Brasil e o início da colonização portuguesa

“(...) E neste dia, a horas de véspera, houvermos vista a terra, isto é, primeiramente d’um grande monte, mui alto e redondo, d’outras serras mais baixas a sul dele e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão pôs nome o Monte Pascoal e à Terra de Vera Cruz. (...)”²

Empolgado com os resultados alcançados pela expedição comandada por Vasco da Gama que alcançou a Índia em 1498, o rei Dom Manuel enviou uma segunda expedição que partiu de Lisboa em 9 de março de 1500, sob o comando do Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral. A expedição, composta por dez naus e três pequenos navios, tinha como objetivo final alcançar os entrepostos comerciais do Oriente, mas teve sua rota original desviada, tomando a direção Sudoeste, que a levaria a aportar no litoral sul da Bahia, a 22 de abril de 1500. Quatro dias depois, a 26 de abril de 1500, foi realizada a primeira missa nas terras recém-descobertas. A cerimónia foi oficiada pelo Frade franciscano Dom Henrique Soares de Coimbra, nas proximidades do sítio onde antes haviam aportado. Assim começou a saga portuguesa em terras brasileiras e como ressalta a educadora e escritora baiana Amélia Rodrigues, *“Olhae para o primeiro quadro da nossa história pátria: lá figura um monge franciscano entre os descobridores da terra de Cabral, erguendo a primeira cruz que o Brasil saudou e os seus íncolas viram”*.³

No decorrer do ano de 1500 e nos anos seguintes, a Coroa portuguesa enviou expedições com o intuito de explorar e avaliar o potencial económico das novas terras. A primeira destas expedições exploradoras chegou ao litoral brasileiro no ano de 1501, era comandada por Gaspar de Lemos e pilotada pelo florentino Américo Vespúcio, e é desta expedição que se tem o primeiro relato sobre a baía que receberia o nome de *Todos os Santos*⁴, por ter sido alcançada no dia 1 de novembro de 1501, dia de Todos

²Manuel Viegas Guerreiro, (1974) *“Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil: (1 de maio de 1500)”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 33.

³ Alfredo Vieira Pimentel, (1938) *“Anaes do Arquivo Público da Bahia”*, vol. 26, Salvador-Ba, p. 430.

⁴ Maior baía do litoral brasileiro, com uma extensão de 1.100 km², a baía de Todos os Santos faz parte do litoral do atual estado da Bahia. A Baía de Todos os Santos é um antigo vale afogado, onde se encontram diversas rias e nela desaguam importantes cursos de água regionais, como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o Subaé. Apresenta em seu interior duas pequenas baías, a de Aratu e a de Iguape. E em seu entorno localizam-se catorze municípios, entre eles Salvador, capital do estado da Bahia, e Cachoeira, onde se encontra o Convento de Santo António do Paraguaçu.

os Santos. Começava, então, a presença portuguesa no Recôncavo, nome pelo qual é conhecida a região localizada em torno da baía.

A implantação de uma política colonizadora, entretanto, só se efetivou à partir da década de 1530, com a chegada da expedição comandada por Martim Afonso de Sousa e, principalmente, quando a Coroa portuguesa resolveu dividir o território em grandes lotes, as Capitânicas Hereditárias⁵.

A capitania que posteriormente deu origem a maior parte do atual estado da Bahia, a Capitania da Bahia de Todos os Santos, foi doada a Francisco Pereira Coutinho⁶, e tinha limites compreendidos entre a margem direita do Rio São Francisco e a Ponta do Padrão, perfazendo cerca de 50 léguas de litoral e aproximadamente 200 léguas em direção ao Sertão⁷. Inicialmente a capitania da Bahia viveu um período de relativa paz com os indígenas, tendo inclusive alcançado alguma prosperidade econômica. Entretanto, após algumas lutas com os indígenas locais, fuga e regresso à Capitania, Francisco Pereira Coutinho foi morto e devorado pelos indígenas no ano de 1547, e a Capitania, sem donatário, voltou para as mãos da Coroa, transformando-se, então, em Capitania Real no ano de 1548.

Devido ao relativo fracasso das capitânicas⁸ e objetivando criar meios de ajudar os capitães donatários a desenvolver suas terras, no ano de 1548 a Coroa portuguesa resolveu criar o Sistema de Governos-Gerais⁹, e assim centralizar a administração da colônia. Escolheu-se, então, a Capitania Real da Bahia de Todos os Santos para servir de sede a administração portuguesa na colônia e, no ano de 1549, chegou à Bahia o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, que fundou a cidade que serviria de “*cabeça da colônia*”, a cidade de São Salvador, primeira capital do Brasil.

⁵ Em 1534, por meio de um decreto, Dom João III, então rei de Portugal, dividiu o território brasileiro em 15 faixas de terras desde o litoral até a linha do Tratado de Tordesilhas. Tal sistema de divisão territorial já havia sido testada nas Ilhas do Atlântico, tendo sido alcançado algum êxito. Ao longo do século XVI foram criadas mais 4 capitânicas, perfazendo um total de 19 capitânicas. Entre os privilégios e as obrigações dos donatários destacam-se o direito de fazer a justiça, de cobrar impostos e a obrigação de conceder sesmarias, desenvolver a agricultura canavieira e fundar vilas. Luís Henrique Dias Tavares, (1999) “*O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governos-gerais das terras do Brasil*”, Salvador, EDUFBA, p. 109.

⁶ Fidalgo português, serviu na Índia e na África antes de receber a Capitania da Baía de Todos os Santos. Devido aos seus modos rústicos e atitudes violentas, ficou conhecido como “Rusticão”.

⁷ 1 légua antiga equivalia a 6,6 Km.

⁸ Exceção feita a Pernambuco e São Vicente.

⁹ O Sistema de Governo-Geral vigorou no Brasil do século XVI ao início do século XIX, sendo algumas vezes designado como Vice-Reino. As Capitânicas não foram extintas, mas seus donatários passaram a ter um representante real em território brasileiro, a quem poderiam recorrer em caso de necessidade e, também, a quem deveriam supostamente obedecer.

Além de fundar a capital da colônia, a Tomé de Sousa foi recomendado que fizesse a paz com os indígenas e que com eles trabalhasse desde Tatuapara¹⁰ até o Paraçu¹¹, que incentivasse a produção açucareira e a pecuária. À partir da criação dos Governos-Gerais a produção açucareira manteve-se e expandiu-se, sempre baseada na grande propriedade rural, na mão de obra escrava¹² e na produção destinada ao mercado externo. E a região do Recôncavo baiano passou então a viver uma fase de desenvolvimento económico, que faria com que se tornasse a segunda região maior produtora de açúcar da colônia, atrás apenas da Capitania de Pernambuco.

Entretanto, as invasões holandesas ocorridas primeiro na Bahia, entre 1624 e 1625, e em seguida em Pernambuco, entre 1630 e 1654, acabaram por alterar a situação interna da colônia. Enquanto dominaram o Nordeste brasileiro, tendo Pernambuco como centro administrativo da sua colônia, os holandeses atacaram por diversas vezes os engenhos a baía de Todos os Santos. Apesar da luta contra os holandeses, no decorrer desse período o Recôncavo baiano tornou-se o principal centro produtor de açúcar da colônia, tendo a região do Iguape, área banhada pelo rio Paraguaçu, como a principal região produtora de açúcar de todo o Brasil. A expulsão dos holandeses e retomada de Pernambuco e do Nordeste, concluída no ano de 1654, não mudou esta situação.

Nos anos que se seguiram a expulsão dos holandeses, a reestruturação económica foi sendo feita de modo gradual e obedecendo às muitas dificuldades enfrentadas pelo Império português. Apesar destas dificuldades, o período compreendido entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII foi marcado por um grande surto construtivo em quase todo o Brasil. É justamente desse período imediatamente posterior a expulsão dos holandeses que datam as mais importantes edificações do período colonial brasileiro, entre estas edificações destacam-se os conventos franciscanos ainda hoje existentes no Nordeste, como o Convento de Santo António do Paraguaçu, tema deste trabalho.

1.2. O Recôncavo baiano. A Baía de Iguape. A colonização portuguesa e as razões para a instalação das ordens religiosas

¹⁰ Atual Praia do Forte, no litoral ao norte da cidade de Salvador.

¹¹ Paraguaçu.

¹² Em sua grande maioria, a mão de obra foi a escrava africana, visto que a Igreja se opôs a escravização do indígena, que deveria ser catequizado e cristianizado. Houve, entretanto, em momentos excepcionais, como durante a dominação holandesas ao nordeste brasileiro e às regiões de entrepostos comerciais escravistas da África, que o Estado português recorreu à escravidão indígena para suprir as necessidades de mão-de-obra nos canaviais.

Em meados do século XVI, após um período de guerra contra os indígenas e a expulsão ou pacificação destes, as terras do Recôncavo baiano, que correspondem a área em torno da Baía de Todos os Santos, foram divididas e doadas em sesmarias¹³ e assim deu-se início a colonização portuguesa, tendo o cultivo da cana e a produção do açúcar como sua principal atividade económica. No mapa abaixo é possível observar a Bahia de Todos os Santos e a Bahia de Iguape em seu interior, formada pelo rio Paraguaçu.

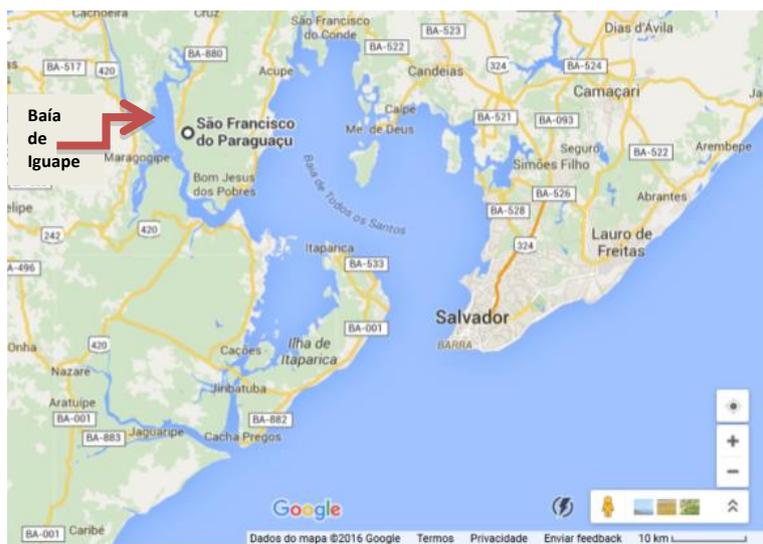


Figura 1: Baía de Todos os Santos.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps> (Janeiro de 2016)

Os primeiros engenhos do Recôncavo foram sendo fundados ainda em fins do século XVI. O fazendeiro, sertanista e cronista Gabriel Soares de Sousa refere-se ao Recôncavo ao afirmar que já em fins do século XVI os complexos engenhos aí edificadas eram imponentes edifícios de pedra e cal, muitos com belas capelas e igrejas, além da existência de muitas fazendas de gado. Ainda de acordo com Gabriel Soares de Sousa, no que se refere especificamente ao Iguape, “(...) *dentro de uma légua quadrada se veem não menos que quatorze engenhos em que se fabrica o melhor açúcar do Recôncavo da Bahia: é famoso pela excelência do seu terreno, todo ele de massapê legítimo e tão valente que ainda não demonstrou fraqueza (...).*”¹⁴

Seguindo a mesma linha, o historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares, citando como fonte o mesmo Gabriel Soares de Sousa, afirma que em fins do século XVI e início do XVII, havia aproximadamente 36 engenhos de açúcar em funcionamento no Recôncavo baiano, mais quatro em construção, e cerca de duas mil famílias

¹³ Subdivisões das capitâneas hereditárias.

¹⁴ Gabriel Soares de Sousa (1851), *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, pp. 12-13.

portuguesas aí instaladas.¹⁵, havia também oito “*casas de cozer melles*”, ou seja, unidades de fabrico menores, responsáveis pela produção de melaço de cana e aguardente. Além de “(...) *cerca de dois mil proprietários e lavradores de cana e mandioca, quatro mil escravos africanos e seis mil índios cativos(...)*”.¹⁶

Em 1612, antes da invasão holandesa, havia cinquenta engenhos no Recôncavo; já em 1629, após a invasão holandesa a Salvador (1624-1625) passou-se a oitenta engenhos. Nas décadas que se seguiram a invasão, permanência e expulsão dos holandeses em Pernambuco (1630-1654), o Recôncavo baiano apresentava, segundo André João Antonil, entre 130 e 150 engenhos, com uma produção total entre 350 e 500 arrobas (entre 5 mil e 7 300 toneladas)¹⁷, o que demonstra a grande importância económica adquirida pela região no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Mas não só de plantações de açúcar e engenhos vivia o Recôncavo baiano, a região exerceu um papel importante e estratégico dentro do Império Colonial português. Era o Recôncavo que fornecia os víveres (mandioca, feijão, farinha e carne) para alimentar a população e as autoridades que viviam em Salvador e administravam a colónia. Além disso, foi no Recôncavo baiano que à partir do século XVII começaram a produzir tabaco em grande quantidade, alimentando o comércio internacional de escravos¹⁸. O Recôncavo baiano converteu-se entre os séculos XVII e XIX no maior produtor mundial de tabaco.

De entre as áreas do Recôncavo, as banhadas pelo rio Paraguaçu eram as mais produtivas e dentre estas merece destaque a antiga freguesia de Santiago do Iguape, localizada a margem direita da baía de Iguape. A ocupação portuguesa nessa pequena área teve início com a instalação de um aldeamento jesuítico no ano de 1561. Segundo Stuart Schwartz, “(...) *datam de 1563 as freguesias de Santa Cruz, em Itaparica, a de Santiago, no Paraguaçu (posteriormente chamada de Santiago do Iguape) (...)*”.¹⁹

A região do Iguape permaneceu como grande produtora de açúcar e tabaco até meados do século XIX e princípio do século XX, respetivamente. À produção açucareira, fumageira²⁰ e de alimentos, citada anteriormente, somam-se as atividades ligadas mais diretamente ao rio, como a pesca e a coleta de mariscos, cujas cascas serviam para se conseguir cal para as edificações.

¹⁵ Engenhos grandes, modernos, movidos a roda de água e que produziam grande quantidade de açúcar.

¹⁶ Luiz Henrique Dias Tavares. (2008). *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA, p. 136.

¹⁷ André João Antonil. (1982) *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: EDUSP, p. 173.

¹⁸ O tabaco era a principal moeda de troca para se adquirir escravos na África.

¹⁹ Stuart B. Schwartz, (2005) *Segredos Internos, Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 a 1835*. São Paulo: Cia das Letras, p 81.

²⁰ Produção de tabaco.

Toda esta pujança económica e importância estratégica justificam as importantes edificações que foram surgindo no Recôncavo baiano e mais especificamente na área do Iguape. Nas cidades, vilas, povoados e mesmo em regiões ermas foram sendo edificados alguns dos mais grandiosos engenhos de açúcar, belas casas de fazendas de gado ou tabaco, prédios da administração pública, igrejas seculares e conventos de diversas ordens. Entre as ordens religiosas que foram atraídas para a região destacam-se os jesuítas, com seu belo Seminário de Belém, os carmelitas, com o grandioso Convento do Carmo de Cachoeira, e os franciscanos, que edificaram o impressionante Convento de Santo António do Paraguaçu, às margens das águas do Iguape.

1.3. A vila de Cachoeira

Cachoeira é um município do Recôncavo baiano, localizado a uma distância de cerca de sessenta quilómetros de Salvador, em linha reta, e cento e vinte quilómetros por via terrestre. Sua colonização foi iniciada pela região do Iguape, área onde posteriormente foi edificado o Convento de Santo António do Paraguaçu, e daí partiu em direção ao Oeste, onde hoje se encontra a sede do município. Ainda em fins do século XVI, na área que hoje corresponde a sede do município, foi edificado um engenho pertencente ao capitão Álvaro Adorno, e entre 1595 e 1606 foi edificada a capela de Nossa Senhora da Ajuda, na parte alta do que hoje é o Centro Histórico de Cachoeira. Algum tempo depois, também por iniciativa de Adorno, ergueu-se na parte baixa das suas terras uma pequena ermida em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. No ano de 1673, a ermida foi reconstruída e doada à recém-criada Paróquia de Cachoeira, tornando-se a Igreja Matriz da Freguesia de Cachoeira.

A sua localização às margens do rio Paraguaçu favoreceu seu desenvolvimento económico, tanto pela existência de terras férteis que foram largamente utilizadas para a agricultura da cana e do tabaco, como pela facilidade de transporte de mercadorias e de pessoas por via fluvial. Dessa maneira o pequeno povoado de Cachoeira cresceu, sendo criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira em 1696. Dois anos depois a Cachoeira foi elevada à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. No decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, Cachoeira tornou-se um dos mais importantes portos da Bahia e do Nordeste, ao converter-se no principal elo de ligação entre o Recôncavo e o Sertão²¹.

²¹ A vila servia de via de entrada para a região do Sertão baiano. Por ela passavam duas das importantes Estradas Reais que cortavam o Brasil durante o período colonial, a Estrada Real

Durante o século XVIII Cachoeira conheceu um momento de grande desenvolvimento económico, em decorrência dos altos preços do açúcar alcançados no mercado internacional e da extração de ouro do sertão da Bahia, na região de Rio de Contas, que era comercializado através do porto de Cachoeira. É nesse período que a vila adquire infraestruturas, com pavimentação de ruas, construção de pontes e do cais, e construção do chafariz público. Já no século XIX, o crescimento económico continuou sendo que as exportações de açúcar foram suplantadas pelas do tabaco e o comércio do ouro de Rio de Contas foi substituído pela comercialização dos diamantes explorados em Mucugê e Lençóis, localizadas na Chapada Diamantina e ligadas a Cachoeira pelo curso do rio Paraguaçu.

A partir de 1880, entretanto, o comércio do tabaco e dos diamantes decaiu, e a população de Cachoeira sofreu forte declínio, só voltando a se recuperar já na passagem do século XIX para o XX, com a instalação de indústrias de cigarros e cigarrilhas na sua vizinhança, fazendo com que seu porto voltasse a exercer papel importante na exportação desses produtos.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a região passou por nova crise, agora no setor de produção e comercialização de tabaco; além disso, o Porto de Cachoeira perdeu sua importância em decorrência da construção da rodovia ligando Salvador a Feira de Santana e da conclusão das obras do sistema ferroviário, interligando o Sertão a Salvador. Desde então a cidade de Cachoeira não mais conseguiu recuperar sua economia, tendo sofrido um constante retrocesso económico e populacional que só seria parcialmente revertido na entrada do século XXI, com um maior incentivo ao turismo na região, além da instalação do núcleo de Ciências da Humanidade da Universidade Federal do Recôncavo.

Atualmente, o município de Cachoeira é um dos menores do Brasil, possui uma área de 398 Km², e uma população de pouco mais de trinta mil habitantes. Faz limites com Santo Amaro, Conceição da Feira, Maragogipe, São Félix e Muritiba. Sua divisão territorial permanece inalterada desde a década de 1960, sendo constituído de três distritos: Cachoeira, o distrito sede, onde encontram-se importantes monumentos históricos como a antiga Casa de Câmara e Cadeia, o Convento do Carmo, a Santa Casa de Misericórdia, a Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a Capela D'Ajuda, entre outros; o distrito de Belém de Cachoeira, onde se encontra o antigo Seminário Jesuíta de Belém, edificado no século XVII; e o distrito de Santiago do Iguape, onde se encontram a Igreja Matriz de Santiago do Iguape e o Convento de Santo António do Paraguaçu, alvo desse estudo.

de Gado, que ligava o Vale do Paraguaçu ao Vale do rio São Francisco, e a Estrada Real das Minas, que ligava diversas regiões do país às áreas mineradoras.

2. O surgimento da Ordem dos Frades Menores (OFM)

Giovanni di Pietro di Bernardone, que posteriormente passaria a ser conhecido como São Francisco de Assis, nasceu no seio de uma abastada família burguesa da Úmbria, centro da Itália, em um momento de rutura entre o “mundo medieval” e a “modernidade”. Era o momento da derrocada do feudalismo, de crescimento do comércio, do surgimento das ideias humanistas e da expansão de muitas dúvidas e questionamentos sobre a religião Católica. Por volta do ano 1205, Giovanni Bernardone renunciou a sua herança, despiu-se das suas ricas vestes e entregou-se à vida religiosa, passando a pregar ideais de pobreza, humildade e justiça que se tornaram as bases de uma nova ordem religiosa, a ordem Franciscana.



Figura 2: "São Francisco Preca para as Aves", Giotto di Bondone, 1297-99.

Fonte: <http://www.giottodibondone.org/Legend-of-St-Francis--15.-Sermon-to-the-Birds-1297-99-large.html> (Janeiro de 2016)

Ao pregar a pobreza absoluta dos seus seguidores, as ideias de Giovanni Bernardone se aproximava perigosamente de alguns movimentos heréticos medievais, tais como o

valdeísmo²² e o catarismo²³, mas os ideais pregados por “São Francisco” receberam o apoio do Papa Inocêncio III, e assim sendo não sofreram perseguição, tendo a possibilidade de se desenvolver e expandir.

A Ordem franciscana, também conhecida como Ordem dos Frades Menores (OFM), teve sua *Regra* aprovada pelo Papa Inocêncio III em 16 de abril de 1209²⁴, e viria a se tornar uma das maiores e mais importantes ordens religiosas católicas. Os franciscanos fazem parte, juntamente com os dominicanos, das ordens mendicantes, e fazem voto de pobreza, castidade e obediência. Vivem em conventos que, no caso dos franciscanos, localizam-se maioritariamente em zonas urbanas e seus religiosos, não estando sujeitos à clausura²⁵, vivem em estreito convívio com os fiéis.

No início do século XIV, diante de diversas suspeitas de decadência moral dentro da Igreja, o Concílio Ecuménico de Viena (1311-1312) fomentou o surgimento de movimentos reformistas, movimentos estes que teriam como ponto de convergência uma maior obediência à *Regra*. Surgiram, então, os movimentos de observância²⁶.

No interior da Ordem Franciscana passou então a existir duas correntes divergentes, o Conventualismo (ou Claustal) e a Observância. A Observância, como o próprio nome sugere, pregava a observância integral a *Regra*, com a prática da pobreza. Defendiam por essa razão as edificações mais simples, localizados em sítios afastados das zonas urbanizadas, em áreas em que a natureza inspirasse a oração mental e a pregação

²² Os valdenses, também chamados de “pobres de Lião”, eram seguidores de Pierre Valdès, um rico mercador de Lião que doou grande parte da sua fortuna e, entre 1170 e 1180, passou a pregar a pobreza, a criticar a hierarquia eclesiástica e a realizar, junto aos seus seguidores, os ritos religiosos que na Igreja Católica tradicional eram realizados pelos clérigos. Em 1184, o papa Lúcio III decretou a excomunhão dos seguidores do Valdeísmo. Philippe Tourault. (1996), *História Concisa da Igreja*. Biblioteca da História. Sintra: Publicações Europa-América/Mem Martins, p. 152.

²³ Os Cátaros, termo que vem da palavras “puros” em grego, acreditavam no princípio maniqueísta do bem, criador do mundo espiritual, contra o mal, criador do mundo material, portanto não acreditavam que Cristo, o Salvador, tenha conhecido o sofrimento nem a morte. Surgiram em Tolosa por volta de 1140 e daí alcançaram grande influência também nas regiões de Gasconha e Albi, por isso também eram conhecidos pelo nome de Albigenses, devido a forte presença nessa região. Em 1179 o III Concílio de Latrão determinou a excomunhão dos seguidores, o que foi confirmado pelos papas Lúcio III, em 1184 e seu sucessor, Inocêncio III, em 1199. (Idem, pp. 153-154).

²⁴ A *Regra* Bulada, redigida por S. Francisco de Assis, com o auxílio de juristas da Ordem e dos canonistas da Cúria Pontifícia, só seria aprovada em 29 de novembro de 1223, pelo Papa Honório III.

²⁵ s.f. Lugar que se encontra constantemente fechado. Circunstância em que alguém está em claustro; internamento: voto de clausura. Modo de vida dedicado ao recolhimento; reclusão. Designação comum de convento. O recolhimento característico ou próprio de convento; reclusão conventual. (Etm. do latim: clausura.ae). <http://www.dicio.com.br/clausura/> (Janeiro de 2016)).

²⁶ O movimento de Observância na Ordem Franciscana foi iniciado na Itália em 1334, mas só em 1368 a Observância se firmou na Itália, de onde se expandiu para outras regiões. Movimentos análogos surgiram em França e Espanha em 1388, tendo chegado a Portugal em 1392, com o frei Diogo Árias, frei Gonçalo Mariño e outros da Província de Santiago. O movimento de Observância não se restringiu à Ordem Franciscana.

popular. Muitos dos conventos franciscanos criados nesse momento tinham como características geográficas comuns a localização próximo a rios ou lagos, na encosta de serras ou montanhas e com florestas em seu entorno.

As relações entre Claustrais e Observantes tornou-se conflituosa, levando o Papa Leão X a separar os dois grupos em ordens independentes: a ordem dos Frades Menores da Regular Observância, ou simplesmente Frades Menores, e a ordem dos Frades Menores Conventuais.

2.1. A instalação da Ordem franciscana em Portugal

Pouco tempo após a sua criação, os frades franciscanos iniciam o movimento de expansão da Ordem. No Capítulo Geral reunido em 1219, em Ancona (cidade da Península Itálica), ficou decidido que os discípulos de São Francisco partiriam à procura de infiéis para os converter. Foi justamente nesse primeiro momento da expansão franciscana que a Ordem chega à Península Ibérica.

Assim, no ano de 1217 os primeiros franciscanos chegaram em terras portuguesas. Eram religiosos de origem italiana e contando com o apoio da nobreza local, fundaram suas primeiras Casas religiosas em Guimarães, Lisboa e Alenquer, que passaram a integrar a nova Custódia de Portugal, parte da Província de Santiago de Compostela. Nestes primeiros momentos de expansão do franciscanismo pela Península Ibérica, passaram por Coimbra Frei Berardo e mais quatro companheiros que se dirigiam a Marrocos onde foram martirizados em janeiro de 1220. Esse acontecimento foi decisivo para que o religioso agostiniano, Fernando de Bulhões, resolvesse se tornar frade franciscano, sob o nome de António, posteriormente Santo António. Sua admissão à Ordem ocorreu ainda no ano de 1220, em Santo Antão dos Olivais, Coimbra.

Entre 1232 e 1239, a Província Franciscana de Santiago dividiu-se, dando origem às Províncias de Aragão, Castela e Santiago, sendo que a Custódia de Portugal permaneceu vinculada a Província de Santiago. No Capítulo Provincial de 1272, ocorreu o desmembramento da Custódia de Portugal em duas: Lisboa e Coimbra²⁷. A OFM crescia rapidamente em território português e em fins do século XIII já existiam em Portugal catorze conventos, sendo que todos estavam localizados em aglomerados urbanos ou em pequenas vilas. No ano de 1330, por deliberação do

²⁷ Fazendo parte da Custódia de Lisboa ficaram sete conventos: Alenquer, Estremoz, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre e Santarém; a Custódia sediada em Coimbra contava, por sua vez com mais sete conventos: Coimbra, Covilhã, Guarda, Guimarães, Lamego, Porto e Bragança.

Capítulo Provincial efetuado em Coimbra, surgiu uma terceira Custódia dentro da subdivisão portuguesa, a Custódia de Évora²⁸.

Como citado anteriormente, no interior do franciscanismo surgiu o movimento de Observância a Regra. As ideias defendidas pelos observantes logo se expandiram pela Europa e alcançaram Portugal no ano de 1392. No ano de 1517, os franciscanos portugueses dividiram-se em duas Províncias, a Província de Portugal da Regular Observância, que contava com vinte e sete conventos, todos masculinos, tendo por sede o Convento de São Francisco de Lisboa; e a Província de Portugal dos Conventuais ou Claustrais, contando com vinte e dois conventos, também todos masculinos, e tendo por sede o Convento de São Francisco do Porto.

No decorrer do século XVI, os Observantes tiveram grande desenvolvimento, enquanto que os Claustrais declinavam em atuação e importância dentro do território português. O grande crescimento dos Observantes levou a mais uma divisão interna, os frades da Regular Observância²⁹ e os frades da Estreita Observância ou Mais Estreita e Regular Observância³⁰. Em 1567, o Cardeal Dom Henrique, então regente do trono português, solicitou ao Papa Pio V a reforma e incorporação dos claustrais aos observantes, o que foi concretizado no ano de 1568. À partir desse momento a OFM em Portugal era composta apenas por frades observantes.

Com o passar do tempo, os frades da Estreita Observância, ou da mais Estreita e Regular Observância, receberam em Portugal o nome de Capuchinhos. As Províncias Capuchas da Estreita Observância seguiam a *Regra* de maneira mais austera, uniam uma severa disciplina conventual a uma forte atividade dedicada a pregação e as missões. Embora possuíssem grande autonomia, os Capuchinhos estavam hierarquicamente ligados ao Governo Central da Ordem Franciscana.

2.2. Os franciscanos no Brasil e na baía de Iguape

A Ordem Franciscana desempenhou um papel de grande importância na Expansão Marítima ibérica e no processo de colonização empreendido pelos europeus no continente americano. Como já citado anteriormente, eram os franciscanos que

²⁸ Que passou a contar com seis conventos existentes ao Sul do Tejo: Beja, Estremoz, Évora, Loulé, Portalegre e Tavira.

²⁹ A Regular Observância era formada pela Província de Portugal, criada em 1517; pela Província dos Algarves, criada em 1532/1533; e pela Província dos Açores, criada em 1639/1640. Delas ainda faziam parte as Custódias de São Tiago Menor, na Madeira, e da Conceição, nos Açores, criadas em fins do século XVII e início do século XVIII, respectivamente.

³⁰ A estreita Observância ou Mais Estreita e Regular Observância era formada pelas Províncias da Piedade, criada em 1517/1518, Arrábida, criada em 1560, Santo António, criada em 1568, Soledade, criada em 1673 e Conceição, criada em 1705/1706.

acompanhavam Pedro Álvares Cabral na expedição que aportou no Brasil em 1500, e nos anos que se seguiram ao “*achamento*”, muitos foram os franciscanos que se dirigiram ao Brasil no intuito de atuar como missionários entre os indígenas.

O Frei Venâncio Willeke em sua obra *Franciscanos na história do Brasil*³¹ afirma que durante as primeiras décadas da presença portuguesa no Brasil há registros da passagem de quinze franciscanos pelo litoral brasileiro até o ano de 1549, ou seja, a presença de religiosos franciscanos antecedeu a instalação da Ordem Franciscana no Brasil e antecedeu também a chegada dos primeiros jesuítas e instalação destes como primeira ordem religiosa a se estabelecer oficialmente na colônia.³²

O estabelecimento definitivo da Ordem Franciscana em terras do Brasil só ocorreu no ano de 1585, quando oito religiosos provenientes da Província de Santo António de Lisboa, liderados por Frei Melchior de Santa Catarina, fundaram a Custódia de Santo António do Brasil, subordinada a província de Santo António de Lisboa, e sediada em Olinda, na Capitania de Pernambuco. Logo em seguida, ainda no ano de 1585, chegaram à Bahia, à cidade de Salvador, então capital administrativa da colônia.

No princípio do século XVII o número de frades da Custódia de Santo António do Brasil cresceu bastante, tendo em seu interior religiosos nascidos em Portugal e no Brasil. O crescimento no número de religiosos fez com que à partir de 1612, durante o governo do Frei Vicente do Salvador, a Custódia de Santo António do Brasil passasse por alterações, como a celebração de Capítulos e a eleição de discretos e definidores (sendo a eleição realizada em Lisboa). Foi ainda durante a Custódia do Frei Vicente do Salvador que os franciscanos do Brasil passaram a trabalhar com o objetivo de transformar a Custódia em Província, o que só viria a se concretizar na segunda metade do século XVII.

Após algumas décadas de trabalhos intensos, os franciscanos do Brasil alcançaram seu objetivo e a 18 de abril de 1647, através de ato conferido pelo Papa Inocêncio X, a Custódia de Santo António do Brasil tornou-se independente da Província de Portugal, e em 24 de agosto de 1657, dez anos depois da independência da Custódia, a criação da Província de Santo António do Brasil foi confirmada pelo Papa Alexandre VII.

Entretanto, à medida que crescia o número de religiosos, aumentavam as desavenças entre brasileiros e portugueses e entre baianos e pernambucanos, e apesar do bem-sucedido projeto de expansão e de autonomia franciscana em terras brasileiras, havia fortes disputas internas pelo poder. Devido a essas disputas, a nova Província passou

³¹ Ver Frei Venâncio Willeke (1977), *Franciscanos na história do Brasil*, Petrópolis: Vozes, p. 10.

³² A Ordem Jesuíta chegou oficialmente ao Brasil junto com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, instalou-se na Bahia no ano de 1549, quando fundou um colégio e daí se expandiu para outras regiões da colônia.

a ser administrada a partir de duas sedes, uma estabelecida no Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda, e outra no Convento de São Francisco de Salvador da Bahia. Para tentar resolver estes problemas a administração da Província de Santo António do Brasil criou a Lei da Alternância, estabelecendo que a cada triênio a direção da Província alternasse entre brasileiros e portugueses e entre os brasileiros fosse feita a alternância entre baianos e pernambucanos. Esta resolução estendeu-se também às administrações conventuais.³³

Ainda no decorrer do século XVII, a Província de Santo António do Brasil se dividiu de maneira definitiva, dando origem em 1667 as Províncias de Santo António do Brasil, cuja sede retornou a Olinda³⁴, e da Imaculada Conceição, com sede no Rio de Janeiro³⁵, cuja fundação ocorreu entre os anos de 1675 e 1677. Mesmo antes da separação entre a Província de Santo António do Brasil e da Imaculada Conceição, os franciscanos já estavam espalhados por quase todo o litoral brasileiro, e até o final do século XVII já existiam no Brasil as seguintes casas religiosas franciscanas: Nossa Senhora das Neves (Olinda), Santo António (Recife), Santo António (Igarapé) e Santo António (Ipojuca), em Pernambuco; Santo António (Paraíba); São Francisco (Vitória) e Nossa Senhora da Penha (Espírito Santo), no Espírito Santo; Bom Jesus da Glória (Sergipe del Rei), em Sergipe; Santo António (Santos), Santo António (São Paulo) e Nossa Senhora da Conceição (Itanhaém), em São Paulo; São Francisco (Salvador), Santo António (Sergipe do Conde, hoje São Francisco do Conde), Santo António (Cairu) e Santo António (Paraguaçu), Bahia; Casseberu e São Sebastião, Rio de Janeiro, todos estes fundados antes da separação e Penedo e Alagoas Velha, Alagoas; e Hospício da Boa Viagem, Salvador da Bahia, após a separação.

Independente dos problemas internos, o projeto franciscano foi muito bem-sucedido no Brasil e desde seus primórdios, durante o século XVI, e no decorrer de todo o Período Colonial, os franciscanos não se restringiram às áreas já urbanizadas ou próximas destas. A OFM foi a ordem religiosa que mais se dedicou ao projeto missionário, tendo se embrenhado pelos sertões do Brasil e alcançado áreas tão distantes e ermas como o vale do Rio São Francisco, abrangendo terras que hoje correspondem aos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

³³ A Lei da Alternância foi extinta em 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil, pois à partir de então todos os frades tiveram que jurar obediência ao governo imperial brasileiro, tornando a Lei da Alternância ultrapassada, sendo abolida por decreto imperial em 1824, dando direitos iguais a todos os frades, independentemente da sua origem.

³⁴ Agregando os conventos localizados nas capitanias do Leste-Nordeste: Pernambuco (Olinda, Igarapé, Ipojuca, Serianhém), Paraíba (na actual cidade de João Pessoa, então Nossa Senhora das Neves), Alagoas (Penedo, e na actual Marechal Deodoro, então Vila Madalena de Sumaúma), Sergipe (São Cristóvão) e Bahia (Salvador, São Francisco do Conde, Cayru e Paraguaçu)

³⁵ Agregando os conventos do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

O início do século XVIII correspondeu a um período de grande expansão da Ordem no Brasil, acompanhada de forte impulso construtivo, sendo as primeiras e precárias edificações substituídas por grandes obras com características marcadamente barrocas. Entretanto, a esse momento de expansão da OFM sucedeu-se o início da crise que se abateria sobre as várias ordens religiosas instaladas no Império Colonial português.

A partir de meados do século XVIII a Coroa portuguesa passou a estabelecer normas para diminuir o grande poder que as ordens religiosas exerciam nos territórios coloniais. Dentro dessa nova perspectiva, em 30 de agosto de 1707, D. João V, rei de Portugal, tomou sob sua proteção a Província Franciscana de Santo António do Brasil, justificando tal atitude devido à lealdade e à atuante participação dos franciscanos ao projeto colonial português no Brasil. Algumas décadas depois, durante o reinado de D. Maria I, foi criada em Carta Régia de 5 de outubro de 1779 a Junta de Melhoramento das Ordens Regulares e todos os padres regulares foram colocados à submissão do bispado para evitar as disputas de jurisdição entre as regulares e bispos de ultramar.

Além das medidas enumeradas acima, em 1740 a Coroa já havia estabelecido a proibição de admissão de noviços até que se atingisse a cota de quatrocentos frades em território brasileiro; em 1764 estabeleceu-se que durante 14 anos não seriam admitidos noviços no Brasil, e em seguida a Coroa proibiu que os padres regulares participassem da obra missionária. Diante das medidas adotadas, entre o final do século XVIII e início do século XIX verificou-se o envelhecimento da Província e a queda acelerada do número de religiosos.

Aa mudanças políticas no Brasil, com o advento da independência e o início do Período Imperial (1822-1889), não alterou a situação, e como agravante, o ministro da Justiça Joaquim Nabuco criaram em 1855 uma Lei Imperial³⁶ que proibia, em definitivo, a admissão de noviços nos conventos brasileiros. O resultado natural dessa lei foi a decadência generalizada da população conventual, levando ao encerramento de muitos conventos no final do século XIX.

Segundo Fernando Fonseca, em sua obra *Santo António do Paraguaçu* (1973), no ano de 1886, três anos antes do início da República no Brasil, o número de frades caiu para dez em toda a Província de Santo António do Brasil³⁷; já no ano de 1889, ano da Proclamação da República brasileira, havia apenas nove franciscanos no Brasil, sendo oito no Nordeste e apenas um no Sul, na Província da Imaculada Conceição.

³⁶ Em 1855, o então Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, proibiu a admissão de noviços em conventos e mosteiros do Brasil, as ordens religiosas, entretanto, não foram extintas.

³⁷ Fernando Luís da Fonseca (1973), *Santo António do Paraguaçu*, Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Série Arte e Monumentos, p. 12.

Entre as primeiras medidas efetivadas pelo novo governo republicano brasileiro estava a separação entre Igreja e Estado. A partir de então o Estado tornou-se laico e a Igreja estava liberta da Lei Padroado³⁸. A liberdade adquirida pela Igreja permitiu a Frei António de Lellis, último Ministro Provincial da Província de Santo António fazer inúmeros apelos ao Ministro Geral da Ordem Franciscana para que fossem enviados frades da Europa para restaurar as Províncias Franciscanas do Brasil, tanto a de Santo António como a da Imaculada Conceição. A Província Franciscana de Santa Cruz da Saxónia, na Alemanha, aceitou a missão e a 27 de dezembro de 1892 chegavam à Bahia os primeiros frades restauradores. A 2 de março de 1893 foi decretado o início da reforma e restauração da Província Franciscana de Santo António do Brasil.

Finalmente, a 14 de setembro de 1901, o Governo-Geral da Ordem Franciscana publicava um decreto considerando restaurada a Província Franciscana de Santo António do Brasil. Antigos conventos foram sendo reabilitados e novos conventos surgiram. A prioridade era promover as vocações nacionais; para isto foram fundados, no ano de 1940, o Colégio Seráfico de Ipuarana, na Paraíba, além de Escolas Apostólicas ou Preparatórias, que foram fechados após o Concílio Vaticano II (1962). Atualmente, existem em toda a Província de Santo António do Brasil pouco mais de 160 religiosos, sendo que vinte e dois deles se encontram no Convento de Salvador da Bahia, dois em Cairu, dois em São Francisco do Conde, enquanto que o Convento do Paraguaçu se encontra abandonado, apenas sua igreja funciona parcialmente, com missas realizadas uma vez a cada mês.

No que se refere a presença religiosa feminina no Brasil, a instalação de tais ordens não era incentivada, uma vez que a presença feminina era escassa nas áreas coloniais, portanto, as poucas mulheres brancas deveriam casar e procriar. A Ordem das Clarissas foi a primeira a se instalar na colónia, no ano de 1677, quando quatro religiosas provenientes do mosteiro de Évora chegaram a Salvador para implantar a Ordem das Clarissas.

³⁸ Foi um acordo instituído em princípios do século XV entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa que delegava ao rei de Portugal a organização e o financiamento de todas as atividades religiosas no império colonial português.

Capítulo II – O convento de Santo Antônio de Paraguaçu

1. Considerações sobre a arquitetura colonial brasileira e a “Escola Franciscana do Nordeste”

As mais importantes edificações coloniais brasileiras, como ressalta John Bury em sua obra *Arquitectura e Arte no Brasil* (1991), são edificações religiosas e encontram-se na faixa litorânea que se estende desde a região Norte até o Sudeste do Brasil. Na citada obra, Bury analisou 405 construções religiosas brasileiras dignas ‘de nota’ devido a sua importância arquitetônica e artística e ressalta que “(...) Vemos que três quartos destas igrejas coloniais que ainda sobrevivem se espalham ao longo da faixa costeira de 4.000 Km que vai de Belém do Pará, logo ao sul da Linha do Equador, até Santos, no Trópico de Capricórnio, poucas se situando a mais de 50 Km da costa em direção ao interior. O quarto restante se situa nas províncias mineradoras de Minas Gerais e Goiás (...). Nesse cinturão costeiro, um terço das igrejas se concentra em três grandes núcleos urbanos: Olinda (Recife), Salvador (Bahia) e Rio de Janeiro. (...)”³⁹

Tal constatação não é de estranhar, uma vez que durante os primeiros dois séculos de colonização, ou seja, durante meados do século XVI até o início do XVIII, a colonização portuguesa esteve quase exclusivamente restrita a área litorânea, como ressaltou o cronista e Frei Vicente do Salvador, em sua célebre obra *História do Brasil* ao afirmar, que “da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”⁴⁰ Esta situação só começou a se alterar na segunda metade do século XVII, mas as grandes obras arquitetônicas iniciadas na segunda metade deste mesmo século ainda estavam dentro desse perímetro litorâneo.

Além de destacar a localização litorânea, Bury também destaca a preponderância das edificações religiosas sobre as edificações civis e militares, o que se explica, provavelmente, devido ao importante papel desempenhado pela Igreja Católica durante o Período Colonial brasileiro, sendo esta responsável pela catequese dos indígenas e pela educação dos colonos, e por esta razão sendo muitas vezes apontada como a principal parceira da Coroa portuguesa na implantação da empresa colonial. Assim sendo, a arquitetura religiosa desenvolveu-se mais e obteve maior destaque do que as arquiteturas civil e militar.

³⁹ John Bury (1991), *Arquitectura e Arte no Brasil*. São Paulo: Nobel, p. 166.

⁴⁰ Frei Vicente do Salvador (1982), *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo: EDUSP, p. 61.

De acordo com alguns autores, no decorrer do longo Período Colonial que durou aproximadamente trezentos anos, as edificações brasileiras podem ser enquadradas em três fases ou períodos que podem ser resumidas em uma primeira fase iniciada no princípio da colonização, por volta de meados do século XVI e se estendeu até meados do século XVII; a segunda fase iniciada em meados do século XVII e concluída em meados do século XVIII e a terceira fase, iniciada em meados do século XVIII e concluída por volta de 1820, com a Proclamação de Independência e, portanto, fim do Período Colonial brasileiro.

Robert Smith é um dos autores que defende a ideia das três fases ou períodos, e em sua obra *Arquitetura Colonial* (1955), Smith afirma que no Brasil podemos distinguir uma primeira fase conhecida como estilo missionário, que teve início com a criação dos Governos-Gerais e a fundação da cidade de São Salvador, em 1549, e termina por volta de 1655, quando chegou ao fim a presença holandesa no Nordeste; a segunda fase caracterizada pelo 'estilo monumental', que teve início por volta de 1655 e chegou ao fim por volta de 1760; e, por fim, o estilo mundano, iniciado por volta de 1760, tendo chegado ao fim por volta de 1820, aproximadamente quando termina o Período Colonial no Brasil.

Já Walter Zanini, em sua *História Geral da Arte no Brasil* (1983), faz um estudo em que estabelece uma divisão semelhante a apresentada acima, também relacionada aos acontecimentos históricos e políticos que ocorreram no Brasil, e, assim como Smith, propõe três fases ou etapas para o desenvolvimento da arquitetura colonial, com ênfase para o barroco, que foi o estilo preponderante durante os primeiros séculos da história da arquitetura brasileira. Para Zanini, na primeira etapa, as manifestações artísticas e arquitetônicas propriamente ditas são uma mera reprodução do que se fazia na metrópole; este período teve início com o estabelecimento do Governo-Geral, em 1549, prolongando-se durante o período da União Ibérica⁴¹. Essa fase chegou ao fim justamente com a retomada da independência portuguesa com relação à Espanha, em 1640; a segunda fase iniciou-se com a chegada da Dinastia de Bragança ao poder, e por mais paradoxal que possa parecer, apesar dos graves problemas econômicos enfrentados pela colônia, com a queda nos preços do açúcar, e pela metrópole, com os gastos realizados na guerra de Restauração, foram edificadas no Brasil imponentes prédios públicos, pelo Estado português, assim como os mais imponentes monumentos religiosos, que constituem, ainda hoje, a mais importante herança colonial brasileira. Esta segunda fase chegou ao fim em 1763, com a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro; A terceira e

⁴¹ A União Ibérica, união entre as Coroas de Portugal e Espanha, esteve vigente entre 1580-1640.

última fase coincidiu com o apogeu e a decadência da exploração de ouro e diamantes na colônia, e caracteriza-se pelo surgimento de um barroco com características próprias, distanciando-se da arquitetura e arte portuguesas. Essa última fase chegou ao fim em 1822, com o término do Período Colonial.

É inegável a existência de uma primeira fase, que transcorreu entre meados do século XVI e meados do século XVII, quando as edificações eram confeccionadas com materiais de pouca durabilidade (madeira e barro); a segunda fase, iniciada aproximadamente à partir de 1640, quando foram reconstruídas as primeiras edificações, também parece ser ponto pacífico; o que pode ser questionado é a existência de uma terceira fase, entre meados do século XVIII até a proclamação da Independência, em 1822, quando a arquitetura colonial teria adquirido características mais “brasileiras” e menos “portuguesas”. Esta terceira fase pode ser considerada apenas como um prolongamento natural da fase monumental, com a introdução de algumas características próprias como a maior utilização do ouro na ornamentação interna dos templos, como ocorreu nas igrejas franciscana do Convento de São Francisco de Salvador da Bahia e na igreja do Colégio Jesuíta de São Salvador, ambas na Bahia.

No que se refere as características arquitetônicas e artísticas destas edificações, estudiosos como Germain Bazin e Carlos Ott, assim como Zanini já mencionado acima, afirmam que embora muitas vezes grandiosas, as edificações monásticas do Brasil colonial seguiram um modelo arquitetônico relativamente simples. De uma maneira geral as construções conventuais estão reunidas em volta do claustro, de um lado fica a Igreja, normalmente à esquerda, a exemplo dos conventos franciscanos de Olinda, João Pessoa, Serinhaém, Penedo, Marechal Deodoro e Salvador, raramente à direita, a exemplo dos também conventos franciscanos de Ipojuca e Paraguaçu, e à direita do Claustro a ala conventual, formada por celas, salas de estudo, cozinha, refeitório. Como é possível constatar na planta do Convento de São Francisco de Salvador, Bahia:

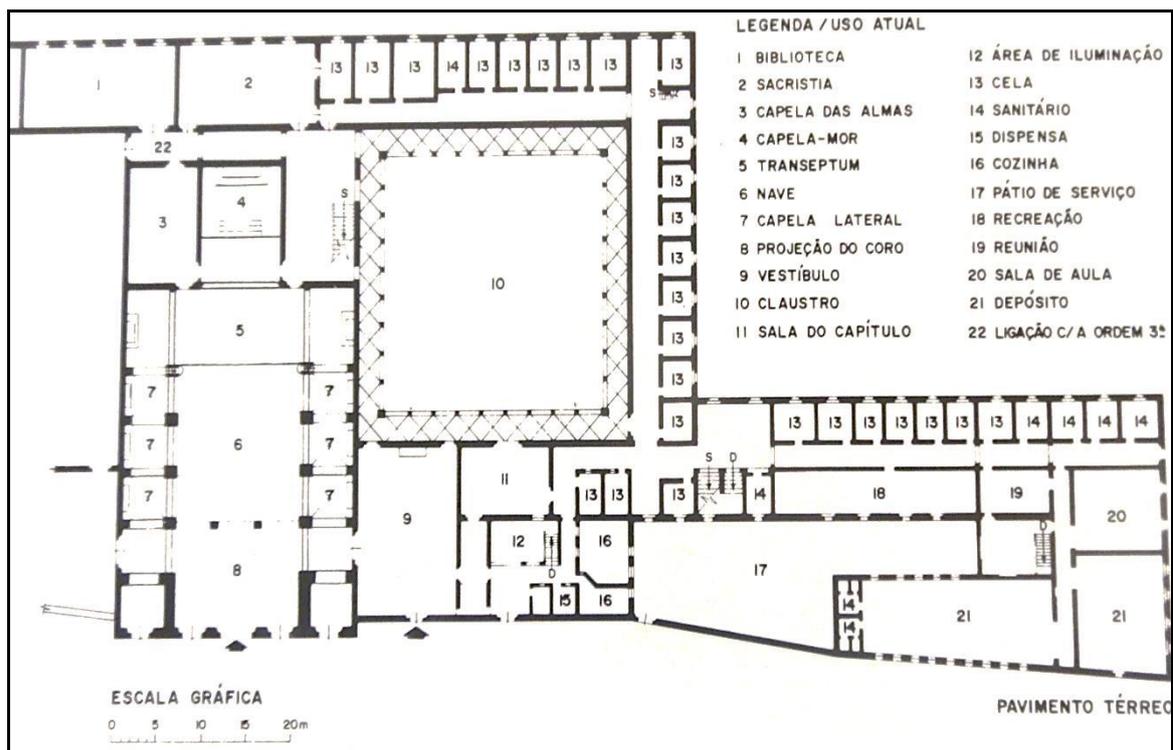


Figura 3: Planta do Convento de São Francisco de Salvador da Bahia.

Fonte: IPAC-BA (1988), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1ª Edição, p. 17.

Ainda segundo Bazin, a exceção da igreja do Convento de São Francisco de Salvador, todas as igrejas conventuais são de nave única e terminadas por uma capela-mor pouco profunda e estreita⁴². Todas essas características em comum entre as edificações franciscanas do Nordeste fizeram com que Bazin indicasse a existência de uma verdadeira escola arquitetônica na região, que recebeu o nome de “*Escola Franciscana do Nordeste*”. Bazin ressalta também que apenas os conventos de Ipojuca, em Pernambuco, e Cairu, na Bahia, edificados por inteiro no século XVII, incluindo a Igreja, apresentam uma perfeita unidade de estilo, barroco, os demais conventos apresentam uma mescla entre características renascentistas, barrocas e até mesmo medievais. Por apresentarem unidade de estilo, Ipojuca e Cairu foram escolhidos como exemplo dos dois modelos de fachada que surgiram dentro da “*Escola Franciscana do Nordeste*”: o “*modelo pernambucano*” e “*modelo baiano*”.

O primeiro modelo, o pernambucano, está representado no frontispício de Ipojuca⁴³, onde pode-se observar uma fachada sem grandes curvas, sem muita leveza, que perpassa a ideia de robustez. A fachada é sustentada por três arcos que dão

⁴² A capela única era uma determinação do Concílio de Trento (1445-1463), pois uma única e espaçosa nave possibilitaria que um número maior de fiéis estivessem presentes e participassem do culto religioso.

⁴³ Convento fundado em 1606, no litoral pernambucano, e reconstruído em 1654.

passagem a um pórtico que por sua vez sustenta o Coro, onde estão três janelas retangulares sem adornos, que servem para iluminar a área do Coro. No terceiro andar, a fachada é arrematada por um frontão triangular, mais elevado que o telhado. Duas grandes pilastras toscanas servem de limites a fachada e sustentam uma arquitrave com cornija saliente, que forma a base do frontão.

O segundo tipo de frontispício, o baiano, segundo Bazin é mais desenvolvido no que se refere às características barrocas, e tem seu protótipo no Convento de Santo António de Cairu. O frontispício de Cairu é uma composição magnífica e monumental, tem formato piramidal, obtido através da superposição de três pavimentos de larguras descendentes. O pavimento inferior é formado por um pórtico com cinco arcadas, separadas por grandes pilastras da ordem toscana. Outras pilastras dividem o pavimento intermediário em três tramas. O segundo pavimento é ocupado pelo coro, com três janelas que iluminam o coro, ornamentadas com maior esmero que o modelo pernambucano, e com volutas adornando suas extremidades; o arremate, na parte mais elevada da fachada, é dado com um tabernáculo com uma estátua do santo da devoção de cada convento, quase sempre Santo António, tendo acima um frontão com volutas coroadas por uma cruz.



Figura 4: Convento de Cairu, "modelo baiano" e Convento de Ipojuca, "modelo pernambucano".

Fonte 1: Fonte: Maria Helena Occhi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 73.

Fonte 2:

http://www.turismopelobrasil.net/turismo/turismo_index.asp?tipo=Religioso&cidade=Ipojuca-PE (Janeiro de 2016)

Embora os dois modelos guardem muitas semelhanças, como fachada em três níveis com três janelas no coro, pilastras da ordem toscana, alguns elementos decorativos como volutas e pináculos, ambos estejam em uma mesma região geográfica (Nordeste), e suas edificações sejam cronologicamente próximas, uma vez que Ipojuca foi reconstruído em meados do século XVII, justamente quando se iniciava a construção de Cairu, o modelo de Ipojuca é considerado Clássico, enquanto que o de

Cairu é considerado Barroco. Os dois modelos, tanto o baiano como o pernambucano, foram copiados no decorrer dos séculos XVII e XVIII, inclusive surgindo variações de ambos e mesmo edificações que tem características dos dois modelos. Assim sendo, com as características mais próximas às de Ipojuca (“modelo pernambucano”) surgiram os conventos de Olinda, reconstruído em 1755, Penedo, reconstruído em 1759, Marechal Deodoro, reconstruído em 1793⁴⁴, e São Cristóvão, em Sergipe⁴⁵, construído em 1659; já o frontispício piramidal, no estilo Cairu (baiano), foi retomado de forma quase idêntica em Santo Antônio do Paraguaçu, concluído em 1686, e no Convento de Santo Antônio da Paraíba⁴⁶, reconstruído após a expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), as obras tiveram início em 1656, mas a sagração da igreja só aconteceu no ano de 1734.

No convento do Paraguaçu e ainda mais no convento da Paraíba, a ênfase dada aos ornamentos, as curvas e contracurvas, o desenho mais elaborado das volutas, até mesmo os pináculos mais sinuosos, com mais movimento, demonstram a evolução que ocorreu no estilo barroco colonial nestas duas edificações. Para Germain Bazin, a fachada de Santo Antônio da Paraíba, “*de inspiração Rococó*”⁴⁷ é a mais “*perfeita dentre as construções franciscanas do Nordeste*”⁴⁸ brasileiro; já o escritor brasileiro e um dos idealizadores do SPHAN (Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional), ao fazer uma viagem pelo Brasil com objetivo de levantar a riqueza patrimonial nacional, fez o seguinte relato sobre a visão da fachada da Igreja da Paraíba: “*Chego no pátio do convento de S. Francisco e paro assombrado (...). Do Nordeste à Bahia não existe exterior de igreja mais bonito nem mais original que este. E mesmo creio que é a igreja mais graciosa do Brasil (...).*”⁴⁹

⁴⁴ Marechal Deodoro e Penedo, localizam-se em Alagoas, região vizinha a Pernambuco e sob sua influência econômica e cultural.

⁴⁵ Sergipe foi desmembrado da Bahia, portanto era uma área sob sua influência econômica e cultural.

⁴⁶ Área sob influência econômica e cultural de Pernambuco.

⁴⁷ Germain Bazin (1983), *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, vol. 1, Rio de Janeiro: Record, p. 49.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Mário de Andrade (1976), *O turista aprendiz*, São Paulo: Duas Cidades; CSST/ SP, p. 313.



Figura 5: Convento de Santo Antônio da Paraíba, com fachada no "estilo baiano".

Fonte: <https://pt.pinterest.com/pin/357473289146555785/> (Janeiro de 2016)

Outros frontispícios franciscanos, como o do Convento de São Francisco de Salvador e o Convento de Santo Antônio da Vila de São Francisco do Conde, edificados no decorrer do século XVIII na Bahia, apresentam características de ambos os modelos, com mais semelhanças com o modelo baiano, de Cairu. Em ambos os casos há um diferencial em relação tanto ao modelo baiano como pernambucano, as duas igrejas conventuais apresentam duas torres sineiras simétricas, enquanto os demais conventos apresentam torre única.



Figura 6: Fachada das igrejas dos Conventos de São Francisco do Conde e de São Francisco de Salvador.

Fonte 1: <http://mapio.net/o/3156524/>

Fonte 2: <http://www.salvadordestination.com.br/pagina/29/Templos-catolicos.aspx>
(Janeiro de 2016)

Vale ressaltar que até o início da década de 1650 o estilo chão português⁵⁰ era o mais utilizado nas construções religiosas coloniais, sendo que foram os Conventos de Cairu (1654) e o de Paraguaçu (1658) que inauguraram no Brasil a fachada piramidal e monumental, adornada com muitas curvas sinuosas e contracurvas. Esse modelo seria seguido e copiado por diversas edificações religiosas em várias partes da colônia.⁵¹

1.1. Construtores e técnicas de construção

Durante o Período Colonial as leis ou posturas que estabeleciam as regras de construção faziam referência apenas à arquitetura civil, sendo a arquitetura militar e religiosa praticamente livres de regras. As exceções diziam respeito as medições da área a ser construída e ao estabelecimento de alguns preços dos produtos utilizados na construção. Segundo Carlos Ott, fixavam-se preços de telhas e tijolos, assim como seus tamanhos e volume. Ainda segundo Ott, *“as caixas de janelas e portas eram geralmente confeccionadas com pedras de cantaria, sendo o arenito o material mais abundante na Bahia, mas como era geralmente misturado a seixos, era difícil fazer adornos e enfeites com esse tipo de pedra e por isso, à partir da segunda metade do século XVII passou-se a importar pedras de lioz de Portugal.”*⁵²

Como de uma maneira geral existia escassez de pedras no litoral brasileiro, durante o primeiro século de colonização, às formas de construir importadas de Portugal misturaram-se os métodos indígenas, surgindo daí uma grande variedade de edificações, muitas delas feitas a base de barro e de madeira, material pouco resistente, o que tornava as construções bastante suscetíveis às condições climáticas, fator agravado pelo fato de serem áreas com excesso de humidade e altas temperaturas, normalmente cercada por florestas. Por conta desses problemas

⁵⁰ Estilo arquitetônico inspirado no Classicismo, caracterizado pela busca das proporções perfeitas e da simplicidade. Difundiu-se em Portugal durante o reinado de D. João III (1521-1557). Adaptado de José Eduardo Horta Correia (2002), Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão, Lisboa: Presença, Edições especiais.

⁵¹ Alguns estudiosos das edificações franciscanas defendem que como os conventos de Cairu e Paraguaçu foram os primeiro fundados e edificadas após a separação entre a Custódia do Brasil e a Província de Portugal, serviram para os franciscanos mostrarem que se iniciava uma nova fase da Ordem no Brasil, com a elaboração de um estilo de fachada novo, para representar a nova Província Franciscana do Brasil. A fachada piramidal, monumental e escalonada, já em voga no norte da Europa, em especial na Alemanha, foi utilizada como inspiração para o modelo que se oporia ao estilo chão português. Além disso, o provável definidor de ambos os conventos, Frei Daniel de São Francisco, atuou de maneira decisiva no reconhecimento da autonomia da custódia, e esteve procurou um estilo ainda não utilizado em Portugal, para isso procurou inspiração no estilo piramidal e escalonado, já em voga no norte da Europa, em especial na Alemanha, com o intuito de diferenciar as construções da nova fase de tudo que tinha sido edificado até então no Brasil e em Portugal.

⁵² Carlos Ott (1991), *História das Artes Plásticas na Bahia (1500-1900)*, vol. 1, Arquitetura. Salvador: Alfa Gráfica, pp 6, 7.

climáticos e estruturais, a maior parte das construções realizadas no primeiro século de colonização, sejam elas civis, militares ou religiosas, não resistiram ao tempo e tiveram que ser substituídas no decorrer dos séculos seguintes, em especial à partir da segunda metade do século XVII, fase de grande produção arquitetônica, que, segundo Zanini e Smith, relacionam-se com as edificações monumentais, quando a utilização de pedras e cal passou a ser mais corriqueira no Brasil. No Nordeste, entretanto, havia uma boa oferta de pedras, o que possibilitou construções mais duradouras mesmo na fase inicial da colonização, o que não invalida o fato de que à partir do século XVII estas construções também passassem por grandes reformas e mesmo demolições e reconstruções.

Além das pedreiras mais abundantes que em outras regiões do Brasil, o Nordeste também tinha acesso mais fácil às pedras portuguesas, pois estas chegavam ao litoral nordestino servindo de lastro às embarcações que chegavam aos portos de Salvador e Recife para buscar os carregamentos de açúcar. Assim sendo, a pedra de lioz não era uma opção cara e tanto na arquitetura religiosa como na arquitetura civil a pedra foi largamente utilizada no Nordeste do Brasil; entretanto, o uso da cantaria era reservado às partes nobres do edifício, que necessitavam ser emolduradas: frontispício, pilastras, soleiras, peitoris, umbrais e parapeitos de portas e janelas, cornijas e faixas.

Da mesma forma que em Portugal, as paredes inteiramente de pedra não foram usadas na totalidade de um edifício, sendo que a única parte da igreja que podia ser inteiramente revestida de pedra era a fachada e o frontispício, por questões relacionadas com a resistência e durabilidade, por ser o frontispício a área em geral mais sujeita às intempéries.

As igrejas e conventos apresentavam paredes com largura entre 80 e 90 centímetros, a argamassa era feita utilizando-se *“dois cestos de cal e três de areia e, por sorte nenhum barro ou saibro”*⁵³ e no reboco *“um cesto de areia e outro de cal”*⁵⁴. A cal era proveniente de casca de moluscos como ostras, largamente encontrada no litoral brasileiro e no chão utilizava-se tijolos.

⁵³ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, livro 4, 2195-220r apud Carlos Ott (1991), *História das Artes Plásticas na Bahia*, livro 1, Arquitetura, p. 7.

⁵⁴ Idem.



Figura 7: Detalhe da largura do arco da ala conventual do Paraguaçu, com cerca de 90 cm de largura, e no destaque partes de carapaças de moluscos presentes na argamassa.
Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

2. Da Fundação do Convento de Santo António do Paraguaçu à sua extinção

A vasta área do Recôncavo baiano era pródiga em engenhos e fazendas mas carente da presença da Igreja, fato que fica patente num documento de 1624⁵⁵, pelo qual sua Majestade concede à Custódia de Santo António do Brasil o direito de fundar igrejas e conventos na região, “(...) *Eu, El Rey faço saber aos que este Alvara virem que a Costodia e mais Religiosos da Custodia de Santo Antonio do Estado do Brazil me enviaram a dizer que sua petição que no dito Estado tinham cituados alguns conventos com muito proveito das almas aumento da Religião Cristã, e por asy ser avia muitos paroquos que lhe pedião fizessem outros de novo, por a terra ser mui grande e aver nela muita gente que muitas vezes por distancia das Igrejas deixavão de ouvir missa, e de se confesar, por carecerem de que lhe administraçe os Sacramentos tantas vezes quanto erão necessárias que principalmente e de presente pedião os moradores do Requonquavo da Bahia, e os da Villa de Sam Paulo e outras Capitánias pelo que me pedião lhe deçe Licença para poderem ldeficar os ditos conventos (...)*”.⁵⁶

Dessa maneira, atendendo aos clamores da população do Recôncavo baiano e a concessão de sua majestade, no Capítulo realizado no Convento de São Francisco da Bahia, em 24 de fevereiro de 1649, presidido pelo custódio independente Frei João Batista, foi aceita a fundação de um convento no lugar denominado Paraguaçu. O Convento de Santo António do Paraguaçu, assim como seu vizinho e contemporâneo o Convento de Santo António de Cairu, ambos na Bahia, foram, portanto, os primeiros conventos fundados no Brasil logo após a separação entre a Custódia do Brasil e a

⁵⁵ Documento na íntegra em anexo.

⁵⁶ BPE, Cód. CXV/2-3, Fl. 622.

Província de Santo António de Portugal, no ano de 1647, o que deu origem, dez anos depois, a Província de Santo António do Brasil.

Foram designados o Frei António de Santa Clara, o Frei Pacífico de Jesus e o irmão leigo Frei Jorge, para se dirigirem ao Iguape e iniciarem a edificação da Casa Religiosa no sítio do Pontal, às margens do Paraguaçu, sítio doado pelo Padre Pedro Garcia, rico proprietário da região, senhor dos engenhos da Ponta e Velho. Entretanto, as más condições físicas da área fizeram com que, passado pouco tempo, os religiosos resolvessem mudar a casa de lugar. Pensaram em mudar-se para a outra margem do rio, nas proximidades de Maragogipe, mas a segunda Casa de Recolhimento acabou por ser edificada em um segundo terreno doado pelo mesmo padre Garcia, em uma área mais próxima de Cachoeira, exatamente onde hoje se encontra o convento.

Há informações imprecisas no que diz respeito ao momento em que a primeira casa de recolhimento fora abandonada e também se esta obteve ou não reconhecimento canônico. Segundo Maria Helena Flexor, a casa edificada no Pontal *“permaneceu sem reconhecimento canônico até 1658, quando a casa franciscana mudou-se para o lugar definitivo, mais próximo de Cachoeira.”*⁵⁷ Segundo o Frei Jaboatão, no ano de 1653 o Frei Mauro das Chagas fora designado o primeiro Prelado da Casa, com o título de Guardião, o que pressupõe já haver, nesse momento, uma casa religiosa regular no Paraguaçu. O Frei Jaboatão ressalta ainda que no ano de 1654 a nova Casa de Recolhimento já recebia dois noviços que ali iniciariam a vida religiosa.⁵⁸

Não fica claro, porém, se esta casa que recebeu o Guardião Mauro das Chagas é a primeira ou a segunda Casa de Recolhimento, o que é incontestável é que a presença franciscana no Iguape se iniciou no último ano da década de 1640 e estendeu-se até o final do século XIX. E para que o convento e o noviciado aí edificados funcionassem por um período relativamente longo (o noviciado funcionou por cerca de cento e setenta anos e o convento por aproximadamente duzentos e cinquenta anos) foi necessário contar sempre com a caridade de fazendeiros da região do Iguape, de outras regiões do Recôncavo baiano e até mesmo de áreas longínquas como as regiões mineradoras. Sobre isso, Frei Hugo Fragoso, em sua obra *Convento de São Francisco do Paraguaçu, uma história sepultada em ruínas* (2004), ressalta que *“(...) atendendo à pobreza do Convento de Cairu, se lhe aplica para tirar esmola de fumo, todo o distrito de Muritiba, Oiteiro redondo, Cedro e Embira; e que não se intrometam*

⁵⁷ Ver Maria Helea Occhi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 51.

⁵⁸ Ver Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, p 537.

a tirar feijão, que este pertence ao Convento de Paraguaçu.⁵⁹ E continua demonstrando os problemas enfrentados pelo Conventos, em especial aqueles que abrigavam noviciados “(...) Que em atenção à falta de esmoleres e grande carga dos Noviços, que padecem os dos Noviciados de Olinda e Paraguaçu, concorram os conventos de Penedo até Cairu, para o Convento de Paraguaçu. (...)”⁶⁰

Atendendo aos pedidos dos religiosos, foram vários os filhos de ilustres famílias baianas que contribuíram durante décadas para a manutenção do Convento e do Noviciado do Paraguaçu, e muitos dos seus representantes tiveram, por isso, o privilégio de serem sepultados no interior da Igreja pertencente ao Convento. De entre estes, destacam-se o Padre Pedro Garcia de Araújo, rico fazendeiro, dono do vizinho Engenho Velho e do Engenho do Pontal, e doador do terreno onde se instalou o Convento; Dona Brites da Rocha Pita, de nobre família, foi sepultada no ano de 1738, e a sua lápide é uma das poucas que resistiram ao tempo e ao abandono; D. Maria Adorno, sepultada em 1721, filha do célebre sertanista Gaspar Dias Adorno, e esposa de Manuel de Araújo de Aragão, sepultado em 1709, uma das maiores autoridades da Bahia durante o século XVII; Brigadeiro Rodrigo António Falcão, Barão de Belém, sepultado em 1855.

O Convento e sua comunidade gozaram de grande prestígio na região, não apenas pelo facto de ser o único seminário franciscano da Bahia, mas por ter em sua proximidade um pequeno hospital sustentado pelo trabalho dos frades. O hospital surgiu da necessidade gerada por uma violenta epidemia que assolou a Bahia, em fins do século XVII, levando a morte até de figuras proeminentes da Capitania e da colónia, como o Governador-Geral do Brasil, Mathias da Cunha e o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, Frei João de Madre de Deus. Na época, a epidemia ficou conhecida como “*peste da bicha*” ou febre-amarela.

Muitos moradores do Recôncavo tentaram fugir da peste refugiando-se nos arredores do Convento. Os frades, então, criaram uma enfermaria para cuidar dos doentes. Após a passagem do surto da “*peste da bicha*”, a enfermaria foi mantida e evoluiu posteriormente para um pequeno hospital que recebeu o nome de Hospital de Nossa Senhora de Belém. Localizava-se fora dos muros do Convento, e esteve durante todo o tempo da sua breve existência a cargo do religioso leigo frei Bernardo da Conceição, natural de Cidade da Bahia. Como ressalta Jabotão no *Novo Orbe Seráfico*, sua capacidade de lidar com doenças e de realizar curas mediante aplicação de plantas medicinais pelo próprio cultivadas, ultrapassou os limites da comunidade religiosa,

⁵⁹ Actas Capitulares de 1804 APUD Hugo Fragoso (2004), *São Francisco do Paraguaçu, uma história sepultada sob ruínas*, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, p. 29.

⁶⁰ Idem.

fazendo com que ao pequeno hospital acoressem pessoas dos arredores, desde pobres pescadores, escravos, até ricos fazendeiros e seus familiares “(...) Neste hospital não só se curavaõ os Enfermos de fora, mas taõbem os Religiozos, especialmente dos outros Conventos, por não haver neste Paraguaçu каза particular de Enfermaria, e no hospital se curavaõ sem dispêndio algum dos Conventos e nem este do Paraguaçu gastava couza alguã de botica e sustento com os seos doentes, porque athe o comer lhe vinha feito da cozinha do hospital. A este se foram taõbem curar os Religiozos de outras Familias, e da mesma sorte sem dispêndio deles. (...)”⁶¹

Em princípios da década de 1720, como o hospital localizava-se fora dos muros do convento, o Provincial da época exigiu que o Frei Bernardo se recolhesse ao Convento, sendo então o hospital de Nossa Senhora de Belém transferido para a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira por António Machado Velho. O Hospital São João de Deus, nome que recebeu ao ser instalado na Vila de Cachoeira, foi posteriormente elevado à categoria de Santa Casa da Misericórdia e existe até os dias atuais na cidade de Cachoeira; já o Frei Bernardo faleceu pouco tempo após a transferência do hospital para a sede do município.

No decorrer da sua história, em seu interior formaram-se religiosos como o Frei António de Santa Maria Jaboatão, natural da Capitania de Pernambuco, que concluiu seus estudos no ano de 1725; é o autor do “*Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil*”, o melhor e mais completo registo da história dos franciscanos no Brasil. Além de Jaboatão, podemos citar Frei Raphael da Purificação, natural de Matosinhos, Portugal, que concluiu os estudos no ano de 1708, foi Mestre de Reparações no Convento da Paraíba, onde foi Leitor de Retórica, Lente de Artes do Convento de Olinda e Leitor de Teologia no Recife, foi ainda Comissário da Província em Pernambuco e Visitador das aldeias da Região do Sertão e Rio São Francisco; Frei Manoel de Santa Maria Itaparica, natural da Ilha de Itaparica, na Bahia, formou-se no ano de 1720, dedicou-se ao púlpito e a literatura, sendo autor de *Eustáquios*, poema sacro e tragicómico, que contém a vida de Santo Eustáquio Mártir; Frei Davi dos Reys, natural do Recôncavo Baiano, formou-se em 1718, foi Leitor do Curso de Teologia em Olinda e de Artes na Bahia e guardião do Convento de Sergipe do Conde; Frei Boaventura de São Jozé, natural do Porto, em Portugal, formou-se no ano de 1720, foi Lente de Artes em dois cursos de Teologia, um no Convento de Olinda, outro em Salvador, foi Guardiã do Convento do Paraguaçu; Frei André de São Luiz, natural de São Pedro do Lugar de Nogueira, em Portugal, formou-se no ano de 1729, foi Leitor de Teologia no segundo curso de Artes do Convento da Paraíba.

⁶¹ António de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense p. 548.

De acordo com o Estatuto da Província Franciscana adotado no ano de 1705, a Província de Santo António do Brasil podia ter um total de duzentos frades e ao Convento do Paraguaçu cabiam no máximo vinte religiosos.⁶² Foi durante o século XVIII que o Convento do Paraguaçu, assim como os demais conventos instalados no Brasil, apresentaram seu momento de maior vigor, com elevado número de religiosos, havendo quase sempre um equilíbrio entre o número de religiosos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal. Segundo Fernando Fonseca na já citada obra “*Santo António do Paraguaçu*”, “*em uma relação do ano de 1797, havia no Convento oito Sacerdotes, cinco Coristas e dois Donatos*”⁶³. Entretanto a partir do Período Pombalino (1750-1777), as ordens religiosas instaladas no Império Colonial português passaram a enfrentar graves problemas decorrentes de leis criadas pela Coroa com o intuito de diminuir a importância das ordens religiosas no Império. As ordens religiosas entraram em decadência numérica, que levaria ao fechamento de muitos conventos no final do século seguinte.

Aos entraves criados pela Coroa a expansão das ordens religiosas, somou-se, os gastos decorrentes da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. Como destaca Maria Helena Occhi Flexor, em sua obra *Conventos da Bahia*, vol. 1, “(...) até a mais humilde povoação, freguesia, vila ou cidade do Brasil esteve obrigada a contribuir com pesadas quantias para a reconstrução daquela cidade.”⁶⁴. O comprometimento das rendas dos colonos brasileiros levou a queda nas doações feitas às ordens religiosas instalados no Brasil o que, conseqüente, levou ao aumento das dificuldades internas dos mosteiros e conventos.

No que se refere exclusivamente a Bahia, um outro fator relacionado a dinâmica socioeconômica brasileira também contribuiu para a decadência dos conventos. A partir de meados do século XVIII, devido as crises sucessivas do setor açucareiro e ao crescimento da extração do ouro e dos diamantes na região Sudeste do Brasil (no atual estado de Minas Gerais), o principal centro da economia colonial deslocou-se do Nordeste açucareiro para o Sudeste minerador, o que levou a transferência da capital

⁶² O estatuto previa o número máximo de religiosos para cada convento, conforme a capacidade de autosustentação de cada unidade; assim sendo, o Convento de São Salvador da Bahia comportava 35 religiosos; Conde, 20; Paraguaçu, 20, Cayru, 10; Sergipe Del Rey, 12; Rio São Francisco (Penedo), 12; Alagoas, 10; Serianhém, 15; Ipojuca, 16; Recife, 22; Cidade de Mirim, 25; Igarassu, 15; Nossa Senhora das Neves, 24, totalizando uma população de 236 religiosos. Estatutos da Província de Santo Antonio do Brasil apud Eugênio de Ávila Lins (2008), “A vida temporal e espiritual das Casas Franciscanas em face aos estatutos da província de Santo António do Brasil”, in *Os Franciscanos no Mundo Português, Artistas e Obras*, CEPESE/Porto, p. 96.

⁶³ Fernando Fonseca (1973), *Santo António do Paraguaçu*, Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Série Arte e Monumentos, p. 16.

⁶⁴ Maria Helena Occhi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 56.

da colônia, no ano de 1763, de Salvador (no Nordeste) para a cidade do Rio de Janeiro (no Sudeste). Esse acontecimento causou o aprofundamento dos problemas econômicos já enfrentados e a Bahia entrou em um processo de decadência que só seria parcialmente revertido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

O fim da dominação portuguesa e advento do período imperial brasileiro, no ano de 1822, não mudou a situação em que se encontrava o Clero no Brasil. No ano de 1824 o noviciado do Convento do Paraguaçu acabou sendo desativado e seus poucos noviços transferidos para o convento de Salvador. O fechamento do noviciado acelerou a decadência do convento e no ano de 1857, havia apenas cinco religiosos entre sacerdotes e irmãos leigos, lá vivendo.

Ao iniciar a segunda metade do século XIX, o Convento do Paraguaçu já se encontrava praticamente despovoado e sofrendo os efeitos da degradação física. Com o intuito de estabelecer um meio de renda que possibilitasse sua manutenção, no ano de 1878 o governo da Província da Bahia criou a Lei nº 1832, que concedia cinco loterias para o conserto do Convento. Além disso cogitou-se transformá-lo em seminário arquiépiscopal. Mas tanto a loteria como a ideia do seminário fracassaram e o Convento do Paraguaçu continuou em sua trajetória de decadência, transformando-se gradualmente em ruínas.

Segundo Alfredo Vieira Pimentel nos *Anaes do Arquivo Público da Bahia, no ano de 1888*, o então presidente da Província da Bahia, Conselheiro Manoel do Nascimento Machado Portella, empreendeu uma viagem ao Iguape e ao chegar ao Convento do Paraguaçu teria dado este testemunho ao Jornal "A Gazeta da Bahia": "*este imponente e grande edifício, que revela a magestade das construções antigas, achase hoje abandonado, servindo apenas de guarita às aves nocturnas.*"⁶⁵ O relato do Presidente demonstra que já não havia comunidade religiosa no Convento do Paraguaçu naquele ano de 1888, portanto antes mesmo do Brasil se tornar República. Um ano depois, em 1889 foi proclamada a República no Brasil, e como já mencionado, estabeleceu-se a separação entre Estado e Igreja. Os religiosos, livres da tutela do Estado, passaram a ter liberdade de trabalhar no intuito de restaurar suas províncias. A Província de Santo António do Brasil foi restaurada por franciscanos provenientes da província alemã da Santa Cruz da Saxónia. Após a restauração chegaram ao Convento do Paraguaçu trinta frades alemães. Os religiosos fizeram alguns reparos urgentes no Convento, mas logo o abandonaram; em 1896, alguns franciscanos

⁶⁵ Alfredo Vieira Pimentel (1938), *Anaes do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, Vol. 26, p. 428.

deixaram o convento da Bahia, que se encontrava infetado pela febre-amarela, e foram se instalar no Paraguaçu, mas passado algum tempo retornaram ao seu Convento de origem, e novamente o Convento de Santo António do Paraguaçu ficou desabitado, e não mais voltaria a abrigar uma comunidade religiosa regular.

No ano de 1914, o superior da Província de Santo António do Brasil pediu autorização ao papa Bento XVI para entregar o convento ao arcebispado da Bahia, na figura do arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva. Em seu pedido o provincial alegava que a edificação estava bastante destruída e que a OFM não tinha condições de mantê-la. No mesmo ano a solicitação foi aceita e o convento, os terrenos adjacentes e a igreja foram entregues a arquidiocese de Salvador, deixando de pertencer a Ordem franciscana.

2.1. O espaço conventual e a sua evolução

2.1.1. O conjunto edificado

“(...) As primeiras leis que se estabeleceram para o governo dos conventos capuchos (ainda estes estavam congregados em forma de custódia) determinavam, taxativamente, que todos eles “fossem pobres, pequenos, recolhidos, situados longe das villas, e cidades”. (...) os conventos deveriam, portanto, ficar afastados das povoações vizinhas, suficientemente longe por forma a não perturbar o recolhimento dos religiosos e a evitar os olhares mais indiscretos e atrevidos oriundos do exterior. (...).⁶⁶

Quando o Convento do Paraguaçu foi edificado, em meados do século XVII, não havia no local qualquer vila ou povoado, sendo o convento originalmente uma edificação rural, distante cerca de catorze quilómetros (em linha reta) da sede municipal de Cachoeira e cerca de dez quilómetros da sede do município vizinho, de Maragogipe.

Ao ser edificado, o convento de Santo António do Paraguaçu encontrava-se próximo do ideal perseguido pelos franciscanos observantes, em fins do século XIV e início do século XV, quando muitas das suas edificações tinham como características geográficas comuns a localização próximo a rios ou lagos, na encosta de serras ou

⁶⁶ António Manuel Xavier (2005), *Das Cercas dos Conventos Capuchos*, Évora: Casa do Sul Editora, pp. 34-35.

montanhas e com florestas em seu entorno. No decorrer dos séculos XV e XVI, entretanto, os franciscanos voltaram a edificar suas casas preferencialmente em áreas urbanas, pois tinham por objetivo estar mais próximos das populações que aí se concentravam. Portanto, partindo desse ponto de vista, o Convento do Paraguaçu foi uma exceção em seu tempo.

E esta não era sua única peculiaridade, ao receber um terreno para edificar seus conventos, os franciscanos buscavam ergue-los em uma posição elevada, o que proporcionava aos frades desfrutar de uma larga e distante paisagem. No Brasil não foi diferente e entre os conventos edificados no Nordeste, quase todos encontram-se na área mais elevada das redondezas. Nesse sentido, o Convento do Paraguaçu é, em parte, uma exceção, pois embora construído sobre uma pequena planície elevada em relação ao rio Paraguaçu, não se encontra no ponto mais elevado do terreno, mas sim em uma área intermediária entre o rio Paraguaçu e os morros que o cercam.



Figura 8: Vista da área em que se encontra o Convento do Paraguaçu, ressaltando o rio à frente do Convento e os morros recobertos de florestas ao seu redor.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/> (Janeiro de 2016)

Como indicado anteriormente, a fundação do Convento do Paraguaçu foi aprovada em um Capítulo realizado no ano de 1649, no Convento de São Francisco da Bahia. Contando com a ajuda de escravos cedidos pelos senhores de engenhos locais, os religiosos empreenderam a recolha e o armazenamento de pedras e madeiras, que eram encontrados fartamente nas redondezas; já os tijolos e telhas chegavam de

Maragogipe, na outra margem do rio, região que desde os primórdios da colonização especializou-se na elaboração destes produtos⁶⁷.

De acordo com os escritos do Frei António de Santa Maria Jaboatão, em sua obra *Novo Orbe Seráfico*, Frei Daniel São Francisco⁶⁸ teria lançado a pedra inicial do Convento de São Francisco de Cairu e teria sido designado para dispor as plantas do Convento de Santo António do Paraguaçu. Além de Jaboatão, outros estudiosos do tema como Fernando Fonseca, em sua obra “*Santo António do Paraguaçu*” e Glauco Campello, autor da obra “*O Brilho da Simplicidade*” também afirmam ter sido o Frei Daniel de São Francisco o definidor do Convento do Paraguaçu, à partir de traços do Frei Francisco dos Santos.⁶⁹

As obras do convento e igreja teriam transcorrido entre o ano de 1654, ano em que foi lançada a pedra fundamental, e o ano de 1686, última data gravada na lateral da igreja. Na edificação de todo o conjunto. O conjunto edificado é formado por adro escalonado, igreja de nave única, sacristia, biblioteca (sobre a sacristia), sala do capítulo, portaria, claustro em dois andares, celas, refeitório, cozinha, mirante e aqueduto, como é possível observar na planta que se segue:

⁶⁷ Ao contrário de outras regiões do Brasil colônia, o uso de tijolos e telhas já era comum na Capitania da Baía de Todos os Santos desde fins do século XVI.

⁶⁸ Nascido em Portugal, entre 1600 e 1610, na localidade de Arrifana de Souza, situada nas proximidades da cidade do Porto, veio para o Brasil muito jovem, com a finalidade de ingressar na vida religiosa como noviço. Professou no Convento de Olinda, por volta de 1627. É provável que ali tenha entrado em contato com a arquitetura holandesa na época da invasão batava, o que ajudaria a explicar, na opinião de Alberto Sousa, a solução arquitetônica encontrada por ele para o projeto do Convento de Cairu. Transferiu-se mais tarde para Salvador, onde se dedicou a sua formação intelectual, como “leitor” de um curso de filosofia durante três anos e de teologia pelos quatro anos seguintes.

Depois desse período, viajou para Lisboa a fim de tratar da separação da custódia brasileira da portuguesa. Logrou êxito, tendo sido eleito o primeiro guardião do Convento de Salvador, em 1647. Renunciou ao cargo, porém foi reconduzido no período seguinte (1650-1653), quando realizou muitas obras no convento. Tinha enorme facilidade de convencer os ricos e poderosos a fazer polpudas doações para as obras do Convento de Salvador. Sem dúvida alguma, foi nesse período que desenvolveu o projeto do Convento de Cairu. Também participou da restauração da Capitania de Pernambuco contra o jugo holandês, quando lá se encontrava, na qualidade de custódio. Foi guardião do Convento Franciscano de Olinda por três anos, no início da década de 1670, retornando a Salvador para exercer novamente a função de superior do Convento, entre os anos de 1673 e 1677. Completado o seu mandato, vamos encontrá-lo mais tarde, já em idade avançada, como guardião do Convento de Olinda, no Capítulo do Provincial Fr. Aleixo de Madre de Deus. Frei Daniel faleceu no Convento de Recife, em 4 de fevereiro de 1692. José Dirson Argolo (2010), *O Convento Franciscano de Cairu*, MinC/IPHAN, p. 12.

⁶⁹ O Frei Francisco dos Santos havia elaborado as plantas dos primeiros convento franciscano edificado no Brasil entre fins do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, entre eles o Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda.



Figura 9: Planta baixa do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu.

Fonte: Adaptado de *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, II Parte, p. 113.

O Adro tem aproximadamente trinta metros de comprimento por cerca de doze metros de largura. É escalonado, como já mencionado, e começa nas proximidades do rio, junto a um pequeno ancoradouro, e sobe até as proximidades do pórtico da igreja.



Figura 10: Imagem frontal da Igreja, vista à partir da parte mais baixa do adro, tendo ao centro a base do Cruzeiro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Segundo Bazin em sua obra “*A arquitetura religiosa barroca no Brasil*”, a construção do Adro é contemporânea à construção de todo o restante do conjunto arquitetônico do Paraguaçu. Ele é cercado por muros cujas paredes são adornados por volutas e coruchéus⁷⁰, como pode ser observado na imagem anterior. No centro encontra-se, em um segundo patamar, o Cruzeiro com seu belo pedestal ou base. A base do cruzeiro, ou peanha, foi elaborado em pedra, com base oitavada, e apresenta uma rica decoração com figuras bastante utilizadas nas obras barrocas, como folhas, flores, frutos nesse caso tropicais: ananás, cajus, jacas), rostos que lembram os nativos das Américas e figuras geométricas.

Os frutos tropicais demonstram a adaptação dos franciscanos às regiões onde iam exercer o papel de missionários, e ao serem colocados na parte mais elevada do pedestal, ao pé da cruz, faz lembrar uma ‘*oferenda*’, atitude comum tanto entre os povos indígenas da América quanto aos africanos aí escravizados.



Figura 11: Base da cruz, onde estão representadas figuras geométricas, vegetais e faces de nativos.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Segundo Ott, em “*História das Artes Plásticas na Bahia (1500-1900), Arquitetura*” (1991) a base do Cruzeiro remete a uma decoração ainda não experimentada no Brasil, com ornamentação fantástica de autoria de Gabriel Ribeiro. Infelizmente não há documentação que comprove a autoria da obra. O que há de inegável é a beleza da obra e sua localização cuidadosamente escolhida, proporcionando uma bela visão do rio Paraguaçu que banha a região.

⁷⁰ Germain Bazin (1984), *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, p. 17.



Figura 12: Vista do rio Paraguaçu a partir do adro do Convento.

Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

Os já citados muros que margeiam os dois lados do adro, perfazem um percurso de cerca de trinta metros adro acima e servem de moldura a base da cruz, como é possível ver na foto anterior.

Antes de alcançar a fachada da igreja, nas proximidades do cruzeiro, foi colocado um espaço destinado a queima de velas, onde os devotos de Santo António podem fazer seus pedidos e agradecimentos.



Figura 13: Área destinada a queima de velas na lateral do adro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Ao terminar de subir o adro, chega-se a fachada triangular da Igreja de Santo António do Paraguaçu, construída de acordo com o “modelo baiano”. Menos graciosa que as fachadas “irmãs” de Cairu e Paraíba, porém igualmente imponente, é assim descrito por Glauco Campello, em *O Brilho da Simplicidade*, “Visto do lagamar, a fachada

*triangular de Santo António do Paraguaçu (...) exerce uma atração quase magnética (...). Acodem ao espírito duas imagens: a de um palácio veneziano perdido nos trópicos, ou a de um templo já esquecido, surgindo inesperadamente da mata.*⁷¹ Já Fernando Fonseca, na introdução da sua obra *Santo António do Paraguaçu*, assim descreve a sua fachada, *“Para o interior e à margem do lagamar do Iguape, ergue-se altaneiro e majestoso o convento dos franciscanos, chamado Santo António do Paraguaçu. A sua formosa Igreja a margem d’água sugere, à primeira vista, um templo hindu às margens do Ganges.*⁷²



Figura 14: Vista do convento a partir do rio Paraguaçu.

Fonte: Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

A majestosa e altaneira fachada do Paraguaçu que exerce uma forte e poderosa atração a quem se desloca pelo Iguape, também passa uma sensação de maior solidez e robustez que Cairu e Paraíba; entretanto, esta fachada foi elaborada quase que totalmente em alvenaria, sendo as pedras utilizadas apenas para emoldurar os arcos da galilé, as colunas que separam os arcos, as portas e janelas. E a cantaria foi, nesse caso, mais utilizada como revestimento para uma base em alvenaria do que propriamente como base da edificação, pois percebe-se que até mesmo as colunas da fachada foram edificadas em tijolos e revestidas em cantaria.

⁷¹ Glauco de O. Campello (2001), *O brilho da simplicidade: dois estudos sobre arquitectura religiosa no Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 67.

⁷² Fernando Luís da (1973), *Santo Antônio do Paraguaçu*, Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Série Arte e Monumentos, p. 5.



Figura 15: Parte da fachada com sua parede elaborada em alvenaria mista e alguns detalhes, como a caixa da janela e as colunas revestidas em pedra.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

A fachada possui três andares, dividida em painéis retangulares delimitados por colunas em estilo toscano. A base do retângulo apresenta cinco arcos que atualmente são fechados por portões de madeira vazada pintados em um verde/azulado desbotado, como mostra a imagem a seguir:



Figura 16: Fachada piramidal ou triangular dividida em três andares.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Acima deste primeiro andar encontra-se o andar do coro, dividido em três partes, com três janelas ladeadas por caracóis e pináculos gigantes. As janelas hoje apresentam placas de vidro que foram acrescentadas em fins do século XIX. Entre as janelas ainda é possível encontrar alguns adornos em forma de flores.



Figura 17: Detalhe dos ornamentos das janelas do Coro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

No terceiro e último andar encontra-se o frontão, com o nicho que contém a imagem do Santo António, provavelmente elaborado em mármore, e acima deste o emblema dos franciscanos, tendo os dois braços, de Cristo e de São Francisco, cruzados com as chagas a mostra, tudo envolto por caracóis e pináculos, tendo acima uma cruz latina, simples, sem qualquer adorno. Todo o frontão é adornado com volutas e nas extremidades do nicho há também pináculos.



Figura 18: Detalhe do frontão com o nicho contendo a imagem de Santo António.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro 2014)

Inicialmente o templo apresentava apenas três arcos frontais, como atesta o Frei Jaboatão na seguinte passagem em uma das passagens do seu *Orbe Seráfico*: “(...) *Tem a Igreja frontispício sobre três arcos para a parte do Poente (...). (...) entraõ pelo*

*arco do lado esquerdo, e por baixo no choro, por onde passam a Igreja pela porta principal, ou para o convento pelo outro arco do lado direito, em que está a Portaria.(...)*⁷³

A adição dos dois arcos nas extremidades direita e esquerda serviram para adequar a fachada às características vigentes no século XVIII. De acordo com Frei Venâncio Willeke em sua obra *Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia*⁷⁴, por volta do ano de 1730, os religiosos franciscanos dos conventos dessa capitania receberam autorização para arrecadar esmolas na região das minas, a fim de concluir as obras inacabadas dos conventos aí edificadas. O que torna possível supor que os dois arcos laterais da Igreja de Santo Antônio do Paraguaçu tenham sido inseridos nesse período.

A entrada da Igreja encontra-se um pórtico ou galilé, elaborado em arcos e com abóbadas de aresta construídas em alvenaria de tijolos, conforme uso corrente na época. Os arcos são elaborados em alvenaria e forrados de pedras; já as abóbadas, que apresentam cruzamento ogival, também foram elaboradas em alvenaria e moldadas em cimbres de madeira. Segundo Fernando Fonseca em sua obra "*Santo Antônio do Paraguaçu*" (1973), a mesma técnica utilizada na abóbada do pórtico foi repetida na cobertura da torre sineira. Na Galilé encontram-se as duas portas onde aparecem as datas de 1660 e 1686, que são respectivamente a porta principal da igreja e a entrada da Portaria.

⁷³ Antônio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, Tomo II, p. 542.

⁷⁴ Ver Frei Venâncio Willeke (1978), *Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia, 1587-1862*. Rio de Janeiro: MEC- Ministério da Educação e Cultura: IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional p. 75



Figura 19: Pórtico ou galilé com as datas nas portas da igreja e da portaria.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

A torre sineira está localizada a direita da Igreja, entre esta e o Claustro. O corpo da torre é dividido em duas partes, a base ou parte de baixo é uma estrutura maciça, mais robusta, já o corpo mais alto é um pouco menor e apresenta as quatro aberturas sineiras e quatro umbrais de argamassa onde se apoiam arquitraves, frisos e cornijas. As cornijas, mais salientes, têm pequenos pináculos com acabamento esférico, como remate nos cantos. Na parte mais elevada da torre foi colocado um tambor octogonal, sobre o qual se apoiam a cúpula também facetada em oito partes, e, coroando todos esses elementos, há um pequeno pináculo em forma de pirâmide na parte mais alta da torre.



Figura 20: Torre sineira.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

A construção da igreja, segundo Maria Helena Occhi Flexor teve início no ano de 1658 e foi concluída, sem a galilé de cinco arcos, no ano de 1660 (como demonstra a data na porta principal a referida anteriormente). Seu interior é grande e de nave única, possui aproximadamente vinte metros de comprimento por doze metros de largura. Possuía adornos e rica talha em madeira. Havia altar-mor, altares laterais, púlpito e tribunas. Assim ela está descrita no Diário de Viagem de D. Pedro II, “(...) *A igreja é grande e rica: as paredes são cobertas de azulejo: o coro e as grades do corpo da igreja são de apurado trabalho. Na capella mor há as imagens de Santo António, São Francisco e São Domingos (...).*”⁷⁵ Nada que consta nessa descrição sobreviveu ao tempo e a ação humana. A nave encontra-se desprovida de qualquer tipo de adorno, nem mesmo as imagens dos santos sobreviveram, algumas foram vendidas, outras foram roubadas em diversas ocasiões em que a igreja foi assaltada e as que restaram foram restauradas pelo IPHAN e colocadas na Capela de Nossa senhora da Glória, localizada na praça São José, na área central do povoado de São Francisco do Paraguaçu.

⁷⁵ *Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia* (1867), Rio de Janeiro: Typographia Industrial Nacional de Cotrim e Campos, p. 143.



Figura 21: Interior da Igreja do Paraguaçu, atualmente desprovido de adornos e imagens.
Fonte: Maria Helena Ochi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 61.

A nave possui ainda uma barra de azulejos com motivos florais, semelhantes ao que existia no claustro, esta barra apresenta uma altura de 1,6 metro aproximadamente e acompanha quase toda a extensão da nave. São em tom azul e branco, apresentam formato silhar com figuras albarradas, apresentando vaso com flores, rostos de querubins, folhagens e peixes compondo a moldura dos vasos de flores. Os azulejos da igreja assim como outros encontrados na área do claustro apresentam esta alusão ao mundo aquático, afinal a vida dos religiosos do Convento do Paraguaçu deveria depender, em muitos sentidos, do rio que se descortina a sua frente. Esse tipo de azulejo foi bastante utilizado em Portugal e no Brasil, entre os séculos XVII e XVIII.⁷⁶

O forro da nave deveria ser, como de costume, de madeira pintada e em formato de caixotes, pois assim é o forro do convento de Cairu, construído praticamente ao mesmo tempo que o Paraguaçu; entretanto, como nada sobrou, não há possibilidades de comprovar estas suposições. Atualmente a Igreja possui apenas a cobertura com telhas; já o forro da capela-mor, segundo Luís Fonseca em sua obra "*Santo António do Paraguaçu*" (1973), apresentava formato abobadado e, quando das suas investigações, em meados da década de 1980, aí ainda se encontravam vestígios desse forro, atualmente nada mais resta.

⁷⁶ No Brasil, esse tipo de azulejos, com motivos semelhantes, são encontrados, além do Convento do Paraguaçu, no Convento de Santa Tereza de Salvador, sede do Museu de Arte Sacra da UFBA, e no Convento de Santo António de Cairu, em Portugal, é possível encontrar exemplar muito semelhante no Colégio Espírito Santo, de Évora.



Figura 22: Cobertura atual da igreja.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Os limites entre a nave e a capela-mor foram elaborados em cantaria. A capela-mor, medindo cerca cinco metros de largura por sete de profundidade, encontra-se em oposição ao coro e entre esta e a nave havia uma grade entalhada em jacarandá. No início do século XX a grade foi retirada e vendida em partes⁷⁷.

O piso da nave e da Capela-Mor eram feitos em arenito, na nave havia também campas dos membros das famílias ilustres do Iguape, de franciscanos e de benfeitores que com seus donativos auxiliaram na construção e manutenção do Convento e de seus edifícios adjacentes. Tais campas eram elaboradas em mármore e madeira, mas após alguns atos de vandalismo, o piso original foi substituído por lajotas de cerâmica. Ainda hoje encontram-se na nave algumas lápides, de entre estas, uma das que se encontra e melhor estado é a da fidalga D. Brites da Rocha Pitta, onde é possível ler a inscrição: *“Sepultura de D. Brites da Rocha Pitta, fidalga da Casa Real e mulher do procurador proprietário d’Alfandega desta cidade o coronel Domingos da Costa Almeida administrador dos morgados dos engenhos de Jacaracanga, e de N. Senhora do Desterro. Monumento de seu filho Rodrigo da Costa de Almeida, também provedor proprietário da mesma alfândega e primeiro intendente da marinha. M.D.C.C LXX V III. (...)”*.

⁷⁷ Posteriormente teria sido levada para a antiga secretaria de educação da Bahia, prédio que actualmente comporta o Museu de Arte da Bahia.

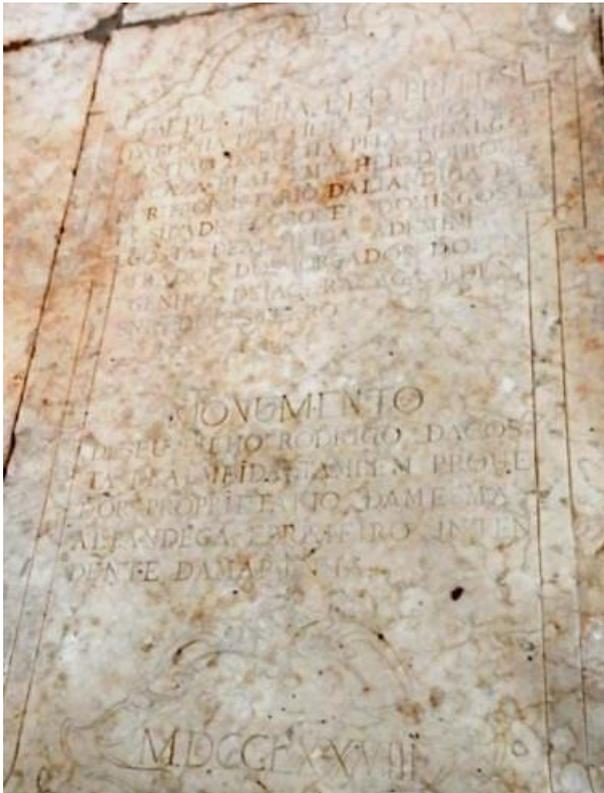


Figura 23: Lápide encontrada na nave, pertencente a fidalga D. Brites da Rocha Pitta.
Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Na parte superior da entrada da igreja encontra-se o Coro, que tem cerca de seis metros de largura por quatro de comprimento. O Coro apresenta janelas que dão para o frontispício e escadaria interna que dá acesso a parte superior. Do antigo coro não sobrou nenhum adorno ou móvel, estando o espaço formado por tablado em madeira como um vão único e vazio, como é possível constatar na imagem a seguir:



Figura 24: Coro de Santo António do Paraguaçu.
Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

A igreja apresenta ainda corredores ou varandas laterais, tanto na parte térrea como no piso superior, que acompanham toda a extensão da nave e da capela-mor. Pela parte exterior do térreo é possível identificar uma série de arcos um pouco menores que o pórtico da fachada que fazem parte dessa varanda; já no andar superior, é possível constatar uma repetição desses mesmos arcos formando a varanda que servia para interligar as tribunas existentes na parte superior da nave. O telhado dessa varanda é mais baixo que o telhado da Igreja, dando continuidade a característica piramidal da fachada.



Figura 25: Vista externa lateral da Igreja com a varanda superior em destaque, interligando as tribunas; já a varanda inferior, e seus arcos, encontra-se quase totalmente encoberta pela vegetação.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Assim como demais partes que compõem a igreja, os corredores ou varandas foram restaurados pelo IPHAN durante as últimas intervenções realizadas em princípio desse século, mas os trabalhos nunca chegaram a ser totalmente concluídos e os corredores transformaram-se em verdadeiros depósitos de restos de construção e objetos que acabaram sendo deixados



Figura 26: Corredor lateral da Igreja, cujo andar superior servia para interligar as tribunas.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

No corredor lateral esquerdo da igreja encontra-se o ossário e ainda hoje é possível identificar alguns jazigos ou criptas muito danificadas, como o da imagem abaixo:

A sacristia localiza-se ao fundo da igreja e é transversal a esta. Apresenta aproximadamente dez metros de comprimento por cinco de largura. O teto era de madeira, mas assim como o que ocorre com a nave da igreja, não se sabe com quais motivos o forro era adornado. Sobre o teto encontramos esta descrição nas *Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia* (1867), “(...) Na Sacristia, cujo tecto foi pintado com habilíssimo pincel, e se conserva como se fosse obra de seis ou oito annos.(...)”⁷⁸ Já os painéis de azulejo são assim descritos, “(...)as paredes são até o tecto de lindíssimo azulejo azul, em perfeito estado ainda (...)”.⁷⁹

Pouco resta dos painéis originais de azulejos que antes forravam as paredes da sacristia. Existe hoje uma reconstituição feita pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional, seção Bahia (IPAC-BA). Este tipo de reconstituição foi mais utilizado nas décadas de 1980 e 1970, segundo dados do IPHAN.

⁷⁸ *Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia* (1867), Rio de Janeiro: Typographia Industrial Nacional de Cotrim e Campos, p. 143.

⁷⁹ *Idem.*



Figura 27: Painel de azulejo da Sacristia com sua reconstrução utilizando técnica considerada “exótica” pelo IPHAN.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Assim como os painéis de azulejos, o piso da sacristia também não resistiu a ação humana. De acordo com a descrição das “*Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia*” (1867), o piso era de mármore vermelho e branco, formando um xadrez, nada restou. Atualmente toda a igreja, corredores laterais e Sacristia apresentam piso em cerâmica em estilo rústico.

Acima da Sacristia encontrava-se a Biblioteca, que possivelmente apresentava as mesmas dimensões do primeiro andar, mas desta também nada restou além dos peitoris junto as janelas superiores.



Figura 28: Vista da Sacristia que possuía, em seu andar superior, a Biblioteca.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Ainda na Sacristia havia um lavabo com rica ornamentação, era em formato de concha, em mármore português, decorado com dois golfinhos de cujas bocas saiam os esguichos de água. O lavabo encontra-se assim descrito no Diário de viagem do imperador, “(...) de tudo, porém, o que admirei foi a pia da sacristia, sobre a qual há um soberbo e bem trabalhado esguicho também de pedra, que é obra digna de ser apreciada, porque é realmente de imenso valor. (...)”⁸⁰. Acima do lavabo ainda se encontrava o escudo da comunidade franciscana, encimada pela coroa real.⁸¹

⁸⁰ *Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia* (1867), Rio de Janeiro: Typographia Industrial Nacional de Cotrim e Campos, p. 143.

⁸¹ Segundo consta na ficha de tombamento do IPHAN, o Lavabo é datado de 1786 e encontrava-se inicialmente na Sacristia, sendo, no início do século XX transferido para o Solar Monjope, no Rio de Janeiro, que posteriormente foi demolido. O lavabo mede aproximadamente 31,6 centímetros por 53,5 centímetros, sendo elaborado em pedra de lioz. A bacia curva apresenta borda entalhada com motivos florais, assim como sua parte inferior. Seu espaldar é recortado em curvas e contracurvas também com motivos florais e concha, possuindo dois elementos entrelaçados em forma de golfinhos, e da boca destes saiam os jatos de água necessários a utilização do lavabo. O Lavabo foi tombado em separado, consta do Livro de Belas Artes do IPHAN, sob inscrição n. 515, Processo 0895-T-74, de 25 de abril de 1974. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1038
(Janeiro de 2016)



Figura 29: Imagem do Lavabo.

Fonte: Arquivo pessoal do Arquiteto Francisco de Assis.

A portaria foi reconstruída entre o final da década de 1990 e o início do atual século, e a Sala do Capítulo, com cerca de quatro metros e meio por quatro metros e meio, também foi restaurada nesse mesmo período. De ambas as instalações não sobrou nada da grandeza que outrora apresentaram, o que se apresenta hoje são espaços vazios, reconstruídos e desprovidos de ornamentos.



Figura 30: Sala do Capítulo e Portaria (exterior e interior)

Fonte: Francisco Santana, “*Documentação fotográfica das intervenções realizadas pelo IPHAN na Igreja e Convento de Santo Antônio do Paraguaçu*”.

O Claustro do convento de Santo António do Paraguaçu possui aproximadamente 100 m², sendo dez metros de largura por dez metros de comprimento. Situa-se à direita da Igreja e, seguindo o modelo tradicional, sua figura assemelha-se a um quadrado. Segundo Maria Helena Occhi Flexor, em *Igrejas e conventos da Bahia*, v.3, sua construção já estava concluída no ano de 1651⁸². Ele possuía ligação direta com a portaria, com o corredor lateral da Igreja, com a Sala do Capítulo e com o Refeitório. Segundo Bazin, o claustro, apresenta colunas toscanas, que era o estilo adotado nos claustros franciscanos do Nordeste. O Claustro do Paraguaçu destaca-se também por ter sido em dois andares, assim como o claustro de Cairu. Segundo Ott, “(...) os franciscanos ainda foram os que construíram os claustros mais bonitos de dois andares, geralmente com paredes revestidas de azulejos (...)”⁸³ Do claustro do Paraguaçu, infelizmente, não sobra muito que ateste as palavras de Carlos Ott. Os azulejos que revestiam as paredes do claustro eram decorativos em tons azul e branco, que embora bastante degradados ainda podem ser encontrados em algumas áreas, e pode-se constatar que estes, do claustro, são muito semelhantes aos azulejos da nave da Igreja. Neste, a exceção dos querubins, é possível observar as flores, vasos, folhagens e peixes, novamente em alusão a importância do rio Paraguaçu para a vida no convento.



Figura 31: Claustro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

⁸² Maria Helena Occhi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 52.

⁸³ Carlos Ott (1991), *História das Artes Plásticas na Bahia (1500-1900)*, vol. 1, Arquitetura. Salvador: Alfa Gráfica, p. 36.



Figura 32: Detalhe das colunas que formavam o claustro e dos seus adornos.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Diferente de outros claustros, neste não existe um reservatório de águas fluviais, o que, segundo o estudo realizado por Francisco Santana, José Manuel Mascarenhas, Mário Mendonça e Virgolino Ferreira Jorge sobre o *Sistema Hidráulico do Convento de Santo António do Paraguaçu* (2009) ocorre porque o sistema de limpeza de dejetos sanitários do convento utilizava-se das cheias e vazantes das marés a que está sujeito o Paraguaçu nessa altura, o que eliminou a necessidade dessa captação de águas fluviais para tal finalidade.

Na parte frontal do Convento, abaixo das celas, existe um subsolo que é alagado toda vez que a maré sobe, e segundo o estudo acima citado, era nessa área que se encontrava o depósito de resíduos do convento, cuja limpeza era efetuada pelas águas do rio Paraguaçu, que nessa altura, próximo a baía de Todos os Santos, está sujeito ao regime das marés.



Figura 33: Vista da lateral da ala conventual. No destaque o subsolo alagado nas marés altas.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Em algumas partes dessa área externa, próxima ao Claustro, encontram-se restos de pisos, estando alguns assentados e outros amontoados nas proximidades das paredes que circundam o mesmo.



Figura 34: Piso existente na parte externa, ao lado do claustro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Ao lado do Claustro, à sua direita, encontram-se as ruínas do que eram as dependências dos frades. Trata-se de uma enorme estrutura em dois pavimentos que vai até as margens do rio. Ai existiam celas, banheiros, refeitório, cozinha e celeiro.

No andar superior localizavam-se as celas. A área das celas e seus corredores apresentam dimensão aproximada de trinta e cinco metros de comprimento por dez metros de largura. Segundo Fernando Fonseca, na obra *Santo António do Paraguaçu* (1973), o piso deveria ser de pranchões de madeira como do convento de Cairu, contemporâneo deste, mas com a degradação do Convento seus pisos, grades, pilastras foram sendo retirados. E é justamente a área das celas que está em pior estado de conservação. Como é possível constatar nas imagens a seguir:



Figura 35: Ruínas da área conventual.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

No andar superior existia um mirante com nove janelas providas de bancos, o que segundo Bazin possibilitava uma magnífica vista do rio Paraguaçu e uma imagem ideal para as contemplações dos religiosos.

O Refeitório era bastante espaçoso, seu piso era de cerâmica, havia azulejos nas paredes, também com motivos florais, em tons de branco, azul e amarelo, dos quais sobram resquícios. Ainda é possível identificar bases de mesas de pedra no local, como demonstra a imagem a seguir:



Figura 36: Ruínas do refeitório e detalhe da parede do refeitório com resquícios de azulejos.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Sobrevivem ainda o que parecem ser pequenos lavabos elaborados em pedra localizados nas paredes do refeitório. Existem dois, muito parecidos mas que guardam algumas diferenças interessantes:



Figura 37: Lavabos em pedra.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

O segundo lavabo apresentado na figura acima apresenta mais e melhor ornamentação que o primeiro, no segundo é possível identificar dois pequenos pináculos nas extremidades superiores e uma barra com desenhos e talvez alguma inscrição abaixo do emblema franciscano (que também não foi colocado no primeiro). A cozinha era relativamente espaçosa, possuía aproximadamente sete metros de largura por cinco metros de comprimento. Ao lado da área onde havia o fogão e a chaminé existia e ainda é possível identificar uma espécie de pia grande onde se reservava água para utilização nos afazeres diários. A pia ou reservatório era abastecido por água proveniente de uma fonte que ainda hoje existe, embora, segundo moradores locais, não se saiba a exata localização de sua nascente. A dita fonte é conhecida pelos moradores da região como Fonte da Custódia. Ainda segundo os moradores da região, havia uma roda de madeira que jogava a água da cisterna subterrânea para um tanque que, por sua vez, distribuía a água entre as pias e o tanque de lavar pratos, localizado na cozinha. O tanque da cozinha também era revestido de azulejos, mas destes resta muito pouco.



Figura 38: Cozinha com a chaminé ao fundo.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Ao fundo dela encontra-se uma área específica onde havia o fogão e uma enorme chaminé em formato de cone, com aproximadamente três metros e meio de diâmetro e cerca de dez metros de altura. Apesar das péssimas condições gerais dessa parte conventual, a torre da chaminé encontra-se de em bom estado de conservação. Segundo os moradores da região, o cume da chaminé era mais elevado, cerca de 2 metros acima da altura atual, e apresentava uma borda trabalhada, o que já não é mais possível verificar.



Figura 39: O cone da chaminé visto por dentro.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Na área próxima a cozinha e ao refeitório é possível identificar um sistema de esgoto que corria sob o piso, possivelmente ligado a grande “pia” existente na cozinha. Os canaletes seguem, supostamente em direção ao rio, onde provavelmente eram despejados os dejetos.



Figura 40: Sistema de canaletes existentes na área conventual.

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

No final do século XIX, já despovoado, o Convento de Santo António do Paraguaçu e sua Igreja foram então doados a Arquidiocese da Bahia e posteriormente foi vendido a José Mariano Filho, que retirou o que restava de imagens, azulejos, móveis, madeira, e o lavabo.

Foi tombado pelo SPHAN sob o nº 173 do Livro de História, folha 29, em 21 de março de 1941, sob o número 239 do Livro de Belas Artes, folha 53, em 25 de setembro de 1941. Apresenta grau de Proteção 1 (proteção direta, para monumentos ou objetos que devem ser conservados integralmente). No decorrer do século XX passou por algumas intervenções, em 1915, como já citado, o convento teve partes vendidas para se restaurar a igreja; em 1952 o SPHAN realizou trabalhos de contenção na Igreja que ameaçava cair; em 1955, a igreja foi assaltada e algumas das belas imagens de madeira que possuía foram roubadas; em 1957, o SPHAN realizou obras na nave e colocou uma nova cobertura na Igreja; em 1962, foram realizadas obras nas tribunas do lado direito, e reforçada a base do Convento que fica sob as águas do Paraguaçu, também foram restauradas imagens que sobreviveram ao furto de 1955; em 1971, desabou parte do telhado da Igreja; na década de 1980, o IPHAN iniciou obras de contenção, reconstrução e restauro na Igreja e Convento, as obras duraram mais de uma década, sob o comando do arquiteto Francisco Assis, mas as obras estão paralisadas desde o ano de 2004, sem previsão de retorno.

Atualmente o Convento pertence a Arquidiocese da Bahia, mas as terras em que se encontra pertencem a propriedade particular da família Santana, que vive na sede do município de Cachoeira. Praticamente toda a estrutura, a exceção da Igreja, encontra-se em adiantando estado de ruína. A Igreja permanece com serviços esporádicos, estando quase que completamente desprovida de ornamentação e mesmo assim vem

sofrendo ataques ocasionais de ladrões e vândalos que roubam muito mais que os poucos ornamentos que lhe restam, roubam-lhe a dignidade e a História de um tempo há muito foi deixado para trás.

2.1.2. A cerca

Tão importante quanto o complexo de edificações que formam um convento (igreja, capela, claustro, celas etc.), é a Cerca que compõe o Convento. A cerca corresponde a área envolvente dentro dos muros do convento e estes muros delimitam e separam o espaço destinado a vida espiritual do espaço destinado a vida mundana. Compõem a cerca, o jardim, a horta, poços e fontes, os sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água, reserva de floresta, enfim, a cerca comporta uma importante parte dos equipamentos relacionados à subsistência dos religiosos, principalmente quando os conventos se localizam em áreas tão isoladas como é o caso do Convento de Santo António do Paraguaçu.

Alguns conventos possuem cercas imensas, pois dispõem ou dispuseram de vastas áreas para a sua construção; outros possuem cercas menores, mas independente do seu tamanho, a cerca é sempre essencial para a vida prática e cotidiana dos que ali vivem ou viveram. No caso específico do convento do Paraguaçu, embora os muros já quase não existam e em muitas partes nem mesmo seus alicerces tenham sobrevivido, é possível supor que não deveria ser muito extensa, pois o Convento do Paraguaçu encontra-se delimitada pelo rio de mesmo nome (a sua frente) e por uma série de morros (ao fundo e nas laterais).

Além disso, segundo o Frei Jaboatão, a comunidade de pescadores que ali existe surgiu em função da criação do próprio convento e contava no século XVIII com algumas pobres habitações, ou seja, a área onde se encontra o povoado estava obviamente fora da cerca, o que delimita ainda mais especificamente a área que fazia parte da cerca do Convento de Santo António do Paraguaçu. Assim sendo, utilizando-se dessas informações é possível estabelecer a antiga cerca do convento de acordo com a imagem a seguir:



Figura 41: Imagem aérea que mostra a área que compõe a cerca do Convento do Paraguaçu.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/> (Janeiro 2016)

Os muros que cercavam o convento do Paraguaçu, como acima citado, não sobreviveram ao tempo nem a ação dos que por ali passavam, mas diante das evidências apresentadas acima é possível calcular que esta correspondia a uma área total de 27.307,17 m² ou seja 2,73 hectares.⁸⁴ Ainda é possível identificar algumas partes dos muros localizados na lateral esquerda da igreja. Ao percorrer esse muro/cerca, o mesmo desaparece, restando alguns alicerces visíveis, que acompanham praticamente todo o perímetro da antiga cerca.



Figura 42: Ruínas e alicerce que restam do muro que delimitava a Cerca

Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

⁸⁴ SANTANA, Francisco de Assis Salgado de (1988), *Igreja e convento de Santo Antônio do Paraguaçu*, in VI Curso de Restauração e Conservação em Monumentos e Conjuntos Históricos, VI Cecre, Salvador: Cecre/FAUFBa.

Existem outros resquícios de antigos alicerces na lateral a esquerda da igreja, próxima ao rio, que não seguem a linha do muro, e segundo moradores locais também faziam parte dos antigos muros que cercavam o convento e de um pórtico localizado logo a subida do rio. Pode-se ver também resquícios do que, segundo moradores locais, trata-se de uma antiga capela, também muito próxima a margem do rio Paraguaçu. Mas não há qualquer tipo de documentação, seja escrita ou em forma de imagem, que corrobore as informações dos moradores locais.

A existência de água dentro das cercas dos conventos era algo importante; entretanto, segundo o Frei Jaboatão, em seu perímetro não havia água de boa qualidade, a que havia era grossa e salobra, proveniente de um poço localizado próximo ao muro e junto ao rio: “A água de beber se buscava fora, numa pequena e boa fonte de águas claras que brota entre pedras e areias ao pé do monte, a pouca distância do muro do convento e a porta que chamavam do carro”.⁸⁵

Em outra passagem, novamente ao discorrer sobre a água utilizada pelos frades, Frei Jaboatão ressalta que “(...) já se trazia água da fonte ao tanque da cozinha por bicas de paus. Tinham aberto um rego que traz água mas que só serve para a horta (...)”.⁸⁶

O que demonstra que quando o Frei Jaboatão escreveu as Crônicas, por volta de meados do século XVIII, ainda não havia o pequeno aqueduto de pedras que ainda hoje podemos ver nos fundos do Convento; já segundo *Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia* (1867), o Convento possuía uma grande horta e ainda hoje é possível ver o pequeno aqueduto que levava água do poço até as dependências do Convento. O que demonstra que o aqueduto foi construído entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Ainda hoje existe um pequeno aqueduto que levava água até a cozinha. O aqueduto possui cerca de vinte cinco metros de comprimento entre o poço e a cozinha. Foi edificado provavelmente em princípio do século XIX e foi restaurado durante as últimas intervenções realizadas no Convento há pouco mais de dez anos.

⁸⁵ Ver Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, p. 541.

⁸⁶ Ver Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, p. 541.



Figura 43: O aqueduto e o poço.

Fonte: Francisco Santana, “*Documentação fotográfica das intervenções realizadas pelo IPHAN na Igreja e Convento de Santo António do Paraguaçu*”.

O convento ainda contava com um jardim localizado a esquerda da igreja, que durante o século XX foi transformado em cemitério local enquanto se construía outro cemitério para a população do povoado de São Francisco do Paraguaçu. Segundo informações de moradores locais, a área do “cemitério” esteve aberta até o ano 2012, quando o Ministério Público determinou o fechamento do mesmo. Atualmente esse espaço é utilizado como estacionamento de carros dos turistas que chegam para visitar o Convento.



Figura 44: Vista da lateral esquerda do convento, com destaque para a área do antigo cemitério transformado em estacionamento.

Fonte: Elaboração própria (Novembro de 2014)

Como a área onde se encontra o Convento é uma área de transição entre a vegetação costeira, mais rasteira e arbustiva e a floresta tropical, a Floresta Atlântica, que cobria

grande parte do litoral brasileiro, o convento do Paraguaçu, provavelmente contava com boas reservas de lenha e madeira, sendo que a área de cobertura florestal deveria estar na proximidade dos montes que delimitam a região e são, ainda hoje, áreas recobertas de árvores de grande porte.

2.2. O espaço envolvente e a sua relação com o convento

A escolha do sítio ideal para a edificação de um convento obedecia a fatores geográficos, económicos e possivelmente também místicos. De entre os fatores geográficos, pode-se destacar a localização em área elevada, para evitar possíveis alagamentos, a existência de água potável, existência de reservas de madeiras e as possíveis vias de comunicação com vilas e cidades próximas.

Entre os fatores económicos, destaca-se a capacidade económica da região, que possibilitasse uma arrecadação de esmolas suficiente para a manutenção dos religiosos. Como ressalta António Manuel Xavier em sua obra *“Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade”* *“(…) a opção por determinada vila ou cidade parece relacionar-se não só com a dimensão urbana e populacional mas também com a capacidade económica dos seus habitantes (…)”*⁸⁷.

Embora o convento de Santo António do Paraguaçu não se localize no perímetro urbano de uma importante vila ou cidade brasileira, ele faz parte da área que compõe o município de Cachoeira, importante vila, e posteriormente cidade, localizada no Recôncavo baiano. O convento situa-se no distrito de Santiago do Iguape, que entre meados do século XVII, justamente quando foi decidida a sua construção, era a área colonial que mais produziu açúcar no Brasil e uma das áreas mais produtivas do mundo. Além da produção açucareira, o Iguape também se encontrava nas proximidades de grandes plantações de tabaco, mandioca, feijão e de criação de gado, o que poderia garantir as necessárias esmolas à manutenção do Convento.

Outro fator que possivelmente pesava na escolha do sítio era a necessidade de recolhimento e de isolamento tão necessárias na formação de religiosos, e nesse sentido, segundo António Manuel Xavier, *“(…) as primeiras leis que se estabeleceram para o governo dos conventos capuchos (ainda estes estavam congregados em forma de custódia) determinavam, taxativamente, que todos eles fossem pobres, pequenos, recolhidos, situados longe das villas, e cidades (…)”*⁸⁸.

⁸⁷ António Manuel Xavier (2005), *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*, Évora: Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, p. 37.

⁸⁸ Idem, p. 34.

Portanto, havia uma tendência a se estabelecer conventos a uma certa distância de povoações e de cidades, para que fosse garantida a capacidade de recolhimento, e nesse sentido o Convento do Paraguaçu localiza-se numa área privilegiada para o recolhimento e meditação, a uma distância de algumas léguas, mais de dez, das povoações maiores, como Cachoeira e Maragogipe, tendo apenas em sua proximidade a já citada povoação surgida à sombra do convento. O próprio Jaboatão faz referência a importância da localização para a edificação do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu: “(...) *Aceitassem a fundação da caza como propria para principiantes, e Religiozos, pelas circunstancias, que ficaõ referidas, especialmente pelo solitário e apartado da comunicação de gentes (...)*”⁸⁹.

Também segundo António Manuel Xavier, havia uma simbologia na escolha do sítio, e assim sendo, as formas côncavas, de vales, eram frequentemente privilegiadas pois faziam “*lembrar a cova onde açoitara o primeiro eremitão, sendo ela, igualmente, a mais apropriada para receber as influências celestes.*”⁹⁰ E o Convento do Paraguaçu é o único entre os conventos franciscanos do Nordeste que foi construído não sobre uma colina mas numa pequena planície elevada à beira de um rio e cercada de morros, o que faz lembrar o formato côncavo ressaltado na passagem acima.

Outro fator importante era a fertilidade dos solos que possibilitassem a criação da horta, pomar e do jardim, tão necessários à sobrevivência e autossuficiência dos frades. E nesse ponto o vale do Paraguaçu também favoreceu à implantação do Convento, pois em suas margens, desde tempos coloniais plantam-se mandioca, feijão, milho, laranjas, melancias, além da pecuária nas áreas mais altas, nos morros que são abundantes na região.

Portanto, ao analisar todos os fatores que poderiam ser importantes para a escolha do sítio onde seria edificado um convento e em especial um noviciado, conclui-se que a região do Iguape aglutinava todas as características necessárias e essenciais para aí se edificar o Convento de Santo António do Paraguaçu.

Quando, entre o final do século XVII e início do século XVIII, surgiu uma pequena povoação que passaria a se chamar de São Francisco do Paraguaçu, como já referido, a população aí estabelecida, diminuta, em praticamente nada alterou a vida dos religiosos que ali viviam. Segundo Jaboatão, quando lá esteve como noviço, em princípios do século XVIII, o povoado era muito pequeno, tendo aumentado quando ele lá retornou, em meados do mesmo século, e sobre essa mudança Jaboatão

⁸⁹ Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, tomo 2, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, p. 542.

⁹⁰ António Manuel Xavier (2005), *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*, Évora: Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, p. 40.

comenta: "(...) *quando alli fomos noviços pelos anos de 1717 não havia no lugar mais que dous ou três casebres de Pescadores, e o Hospital*⁹¹ (...); *hoje haverá huã dúzia de cazas de alguns pobres, que vivem à sombra do Convento.*"⁹²

No que se refere aos habitantes das redondezas do Iguape, sabe-se, devido a relatos do Frei Jaboatão, que muitos destes recebiam atendimento no hospital Nossa Senhora de Belém, como já citado anteriormente, mas segundo o Frei Jaboatão o contato entre as pessoas do Iguape e os religiosos era esporádica, restringindo-se a duas festas religiosas por ano, o Jubileu da Porciúncula e a Semana Santa.

Na atualidade o pequeno povoado possui cerca de 1.500 habitantes distribuídos por cerca de quatrocentas habitações. O pequeno comércio local tem duas mercearias e alguns serviços como de barbearia, carpintaria e estaleiro de Roque para conserto das embarcações. Em termos de assistência, a comunidade dispõe de água tratada, eletrificação (desde o início da década de 1970), escola de nível fundamental, assistência médica (PSF- Posto de Saúde da Família), biblioteca pública (biblioteca João António de Santana) e posto telefónico.

No que se refere a religião, existe no povoado a igreja do convento e uma capela, além de algumas igrejas protestantes. A igreja conventual funciona esporadicamente, há um padre, o religioso belga Thierry Bierlaire, que embora não resida no povoado, lá se apresenta todos os sábados para officiar a cerimónia religiosa. Além das missas, na igreja realiza-se a Trezena de Santo António sempre do 1º ao 13º dia do mês de junho, com uma missa festiva sendo realizada no dia 13, dia de Santo António, dela participam os habitantes locais e pessoas que chegam dos povoados vizinhos. A procissão que antigamente era realizada nessa altura⁹³, já não é mais realizada e não há registro de habitantes do povoado que tenha presenciado tal acontecimento.

Além das festividades em homenagem a Santo António, o calendário de festividades do povoado inclui a Lavagem do Cruzeiro, no último sábado de janeiro; a queima do Judas, no Sábado de Aleluia; louvação a Nossa Senhora da Glória, em maio; a festa de São Roque, em agosto; a louvação a São Francisco, em outubro; o Natal é a festa mais concorrida, com missa, procissão e festa dançante que ocorre na Praça central do povoado, todas estas festividades atraem visitantes de vários lugares.

⁹¹ O Hospital ficava fora dos muros do Convento.

⁹² Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense, p. 550.

⁹³ Procissão fluvial relatada pelo Frei Jaboatão no seu *Novo Orbe Seráfico*.

Capítulo III – As intervenções em património cultural: dos conceitos basilares no domínio à apresentação de uma proposta de revitalização e valorização para o convento de Santo António de Paraguaçu

1. Definições de Monumento histórico, Património e Património Cultural

A Carta Patrimonial de Veneza (maio de 1964) em seu Artigo nº 1, estabelece que “(...) a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção se aplica não somente as grandes obras, como também as obras modestas que com o tempo tenham adquirido um significado cultural (...)”. No Artigo nº 7, afirma que o “(...) monumento não pode ser separado da história da qual é testemunho e do meio em que se situa (...)”⁹⁴. Já o termo Património está relacionado a herança paterna, com os bens de família. O termo também é usado referindo-se ao conjunto de bens naturais e culturais que se busca preservar ⁹⁵.

No que se refere a definição de “bem” ou “património cultural”, termos mais utilizados na atualidade, começaram a ser utilizados a partir da Convenção de Haia, que ocorreu no ano de 1954. Nesse primeiro momento, o termo utilizado foi “bem cultural” e a preocupação mais evidenciada no documento é a proteção dos bens culturais em caso de conflitos armados, o que caracteriza uma clara influência dos conflitos mundiais ocorridos nas décadas anteriores a convenção e que tiveram a Europa como seu palco principal; já o termo “patrimônio cultural”, aparece pela primeira vez na Convenção de Paris para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, ocorrida em novembro de 1972. Dois anos depois da Convenção de Paris, no ano de 1974, uma comissão do governo italiano, a Comissão Franceschini, definiu bem cultural como “(...) aquela que constitui um testemunho material possuidor de valor de civilização. (...)”⁹⁶. A partir deste momento, essa definição passou a ser adotada por diversas instituições de património em todo o mundo e passou a agregar leis de carácter cultural criadas pelas organizações patrimoniais internacionais e pelas diversas organizações das diferentes nações. A importância desta definição deve-se ao fato dela estabelecer vínculos entre os três pontos fundamentais para a aceitação da

⁹⁴ Carta de Veneza, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (último acesso: 28/01/2016)

⁹⁵ Antônio Houaiss (2011), Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos, São Paulo: Publifolha, 3ª Ed., p. 1039.

⁹⁶ Esta definição foi oficializada pelo Decreto-Lei nº. 310, de 14 de dezembro de 1974, convertida em Lei nº 5, de 29 de janeiro de 1975, que instituiu o Ministério pelos Bens Culturais e Ambientais da Itália.

conceção de “bem cultural”: a materialidade; a existência de uma coletividade que reconhece o valor do objeto em questão e a relação entre o bem cultural e a comunidade a qual pertence.

Com relação à legislação brasileira, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Artigo 216, “(...) *constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.* (...)”⁹⁷. Ou seja, uma ampla definição que abarca praticamente todo tipo de patrimônio existente e reconhecido na atualidade.

2. As Cartas, Declarações e Recomendações Internacionais sobre o patrimônio em perspectiva histórica e sua influência na legislação patrimonial brasileira

Durante o processo revolucionário francês (1789-1799) muitos dos monumentos que representavam a nobreza e o Antigo Regime foram destruídos ou danificados, levando os sucessivos governos ainda durante o processo revolucionário a criar instrumentos de salvaguarda do patrimônio nacional francês. A França foi, portanto, a primeira nação moderna a criar legislação e órgãos públicos com objetivo específico de proteção e restauro do patrimônio.

Com relação ao universo luso-brasileiro, mesmo antes da criação efetiva de órgãos de proteção patrimonial na França, o Reino de Portugal criou no ano de 1721, durante o reinado de Dom João V, um Alvará que tinha o objetivo de salvaguarda dos monumentos antigos então existentes e que viessem a ser descobertos no Reino, como também de moedas e medalhas antigas⁹⁸. Embora o Alvará tivesse aplicação restrita ao território português, estando os territórios de ultramar isentos de cumpri-lo, este documento passou a influenciar as primeiras medidas tomadas na então colônia do Brasil com relação à proteção patrimonial. Assim sendo, no ano de 1742, D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, Vice-Rei do Brasil, expediu o primeiro documento da administração local que demonstrava interesse na proteção

⁹⁷ Constituição Federal de 1988, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (Janeiro de 2016)

⁹⁸ Conhecido como o Alvará de Dom João V, de 20 de agosto de 1721, estabelecia os primórdios da proteção do patrimônio material em Portugal, atribuindo a Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica, e Secular a incumbência de conservar os monumentos antigos.

patrimonial.⁹⁹ Tal documento era dirigido ao governador da capitania de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, e visava a proteção de edificações deixadas pelos holandeses nesta capitania. Durante a segunda metade do século XVIII e quase todo o século XIX não foi criada nenhuma lei de cunho patrimonial no Brasil. Nem mesmo o advento da independência, em 1822, alterou esta situação. A partir de 1840, com o início do Segundo Reinado, apesar do interesse manifestado por sua Alteza imperial, D. Pedro II, por História e Cultura, a situação também não se alterou e durante seu longo reinado, que perdurou até 1888, nenhuma lei patrimonial foi criada no país.

Somente em princípios do século XX, quando se iniciava a República, surgiram os primeiros projetos de lei federal com o objetivo de criar mecanismos para a defesa do patrimônio nacional brasileiro. No ano de 1923, foi elaborado um projeto de lei¹⁰⁰ que tinha por objetivo criar a Inspetoria Nacional de Monumentos Históricos, mas o projeto concretizado e em resposta à falta de interesse do Governo Federal, a partir do ano de 1824, os próprios Estados passaram a criar leis que protegessem seu patrimônio. Os Estados da Bahia e Pernambuco, herdeiros de grande herança colonial, criaram medidas legislativas com o objetivo de proteger esse patrimônio¹⁰¹. Foram então criados nesses dois estados órgãos que tinham por objetivo a defesa do patrimônio histórico local.

Em 1928, o Estado de Pernambuco criou uma lei estadual, Lei nº 1918, que autorizava a criação de uma Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e um Museu. Entretanto, todas essas iniciativas estaduais acabavam por entrar em conflito com a Constituição Federal de 1891, então vigente, e com o Código Civil Brasileiro, que estabelecia o direito irrestrito à propriedade privada e punições severas a quem atuasse contra os interesses desses proprietários, restringindo drasticamente a atuação dos organismos patrimoniais estaduais.

Em agosto de 1930, nos momentos finais da chamada República Velha (1889-1930), um último projeto de lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa Federal. Era de autoria do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, e tinha o objetivo de criar um órgão de defesa do patrimônio em âmbito nacional¹⁰². O projeto não logrou êxito, mas teve o mérito de servir de embasamento para a criação da legislação

⁹⁹ Ver José Afonso da Silva (1981) *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, p. 29.

¹⁰⁰ Projeto nº 350/1923.

¹⁰¹ Leis estaduais baianas nº 2.031 e nº 2.032, de 8 de Agosto de 1927, regulamentadas pelo Decreto nº 5.339, de 6 de Dezembro de 1927; Lei estadual pernambucana nº 1.918, de 24 de Agosto de 1928.

¹⁰² Projeto nº 230, de 29 de Agosto de 1930.

patrimonial brasileira a partir da década de 1930, que está em vigência até os dias atuais.

No âmbito internacional, sob vigência do Escritório Internacional dos Museus, entidade integrante da Sociedade das Nações, aconteceu a Conferência de Atenas, que ditou as primeiras regras internacionais para a proteção do patrimônio histórico mundial, criando a primeira Carta Patrimonial de âmbito internacional¹⁰³. Na Conferência de Atenas estiveram presentes representantes de diversos países que por sua vez apresentaram suas legislações nacionais e, a partir das discussões sobre tais legislações chegou-se a um denominador comum, estabelecendo e recomendando que, “(...) independente das diferenças nacionais, os interesses públicos se sobreponham aos interesses particulares, e que se necessário, o poder público deve assumir a conservação do patrimônio nacional (...)”.¹⁰⁴

A *Carta de Atenas* exprime ainda a preocupação com a educação patrimonial, ao afirmar que “(...) a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos (...)”¹⁰⁵. As consequências dessa Conferência e da Carta dela resultante foram sentidas quase que de imediato no Brasil. Já sob a vigência da “Era Vargas” (1930-1945), período de quinze anos em que o Brasil foi governado pelo ditador Getúlio Vargas, no ano de 1933 foi promulgado o Decreto nº 22.928¹⁰⁶, considerando Vila Rica, cidade de Minas Gerais, como Patrimônio Nacional. A importância desse decreto é que ele inaugura a preservação do patrimônio nacional em âmbito federal e não apenas como casos isolados de interesses de alguns estados da União.

Em 16 de Julho de 1934, a Assembleia Constituinte Nacional promulgou a Constituição Federal que em seu Artigo nº 148, do Capítulo III da Educação e Cultura declara que “(...) cabe à União, aos Estados e aos Municípios (...) proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país (...)”.¹⁰⁷ Era a primeira vez que uma Constituição brasileira tratava da questão do patrimônio histórico e a partir desta,

¹⁰³ As castas patrimoniais são documentos firmados internacionalmente, onde estão estabelecidas as normas, procedimentos e conceitos sobre a preservação de bens culturais. Isabelle Cury (2000), *Cartas patrimoniais*, Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio.7.

¹⁰⁴ Carta de Atenas, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (último acesso: 28/01/2016)

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Decreto de atuação restrita pois tinha como único objectivo transformar a cidade de Ouro preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, em patrimônio nacional.

¹⁰⁷ Constituição Federal de 1934.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1937, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Último acesso: 06/01/16).

todas as demais Constituições que se seguiram a estas tomaram como base os preceitos patrimoniais aí estabelecidos.

Faltava, entretanto, uma legislação federal que tornasse efetiva esta proteção e a criação de um órgão federal que cuidasse de tal proteção. Assim sendo, em 13 de abril de 1936 um Decreto do Presidente Getúlio Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, passou a existir efetivamente em 30 de novembro de 1937, foi integrado no Ministério da Educação, e é a mais antiga entidade oficial de proteção patrimonial da América Latina.

Em 1937, uma nova Constituição substituiu a de 1934 e, além de manter as preocupações com a preservação patrimonial, ampliou a atuação dos órgãos patrimoniais, abrangendo o patrimônio natural e qualificando os crimes contra o patrimônio. Assim, em seu Artigo nº 134 pode-se ler: “(...)os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (...)”¹⁰⁸.

Em 30 de Novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25¹⁰⁹, ainda em vigência, que incorpora toda a legislação patrimonial até então existente no Brasil. Em seus artigos 1 e 2 estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional é “(...) o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (...) “A esses bens se equiparam os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”¹¹⁰.

Ao longo da década de 1940, foram sendo criadas leis que deram base e sustentação à aplicação dos preceitos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 25, são eles: o Código Penal Brasileiro¹¹¹, promulgado em 7 de Dezembro de 1940, que estabelece

¹⁰⁸ Constituição de 1937.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm (Último acesso: 06/01/16).

¹⁰⁹ Decreto Lei nº 25, cesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em Decreto Lei n. 25, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Último acesso: 06/01/16)

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 De Dezembro De 1940.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm (Último acesso: 10/01/16).

penalidades severas¹¹² para os casos de infração das determinações mais importantes do Decreto-Lei nº 25; e em 1941 foi criado o Decreto-Lei nº 3.365¹¹³, que trata da desapropriação por utilidade pública, estabelecendo que em determinadas circunstâncias o Estado pode desapropriar bens móveis ou imóveis para que sua conservação seja garantida.

Em 1945 a '*Era Vargas*¹¹⁴ chegou ao fim e foi restabelecida a Democracia. Surgiu então uma nova Constituição promulgada em 1946. Esta Constituição manteve as determinações acerca da proteção patrimonial. Em seu Capítulo II, Artigo nº 178 pode-se ler que "(...) *as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público. (...)*"¹¹⁵. Ainda no ano de 1946 foi instituído o Decreto-Lei nº 8.534, que transformou o SPHAN em diretoria, passando a atender pela sigla DPHAN (Diretoria do Patrimônio histórico e Artístico Nacional), mantendo as suas atribuições anteriores, e criando quatro distritos ou sedes regionais vinculadas à federal, localizada no Rio de Janeiro. Os distritos criados foram duas na região Nordeste, Recife e Salvador; e duas na região Sudeste, Belo Horizonte e São Paulo, pois estas são as duas regiões detentoras do maior número de monumentos coloniais do país. Em 26 de Julho de 1961, o Decreto-Lei nº 3.924¹¹⁶, instituiu uma proteção mais rigorosa aos monumentos arqueológicos e pré-históricos, até então não abarcados pela legislação patrimonial vigente.

Em maio de 1964 o II Congresso Internacional de Técnicos e Arquitetos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), realizado na Itália, divulgou a *Carta de Veneza*. Nela salienta-se a noção atual de monumento histórico, como atrás referimos, e suas relações com o espaço ou o meio onde se encontra, ou seja, entre o monumento e seu entorno. Além disso, a *Carta de Veneza* estabelece também critérios de conservação e restauro, recomendando a preservação de obras monumentais de cada povo como patrimônio comum, devendo ser transmitido na plenitude da sua

¹¹² Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Alteração de local especialmente protegido; Art. 166 - Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei: Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm (Último acesso: 28/01/16).

¹¹³ Decreto-Lei nº 3.365, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm (Último acesso: 06/01/16)

¹¹⁴ Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil em 1930 e permaneceu governando o país até 1945, período que ficou conhecido como "Era Vargas", durante o qual foi criada toda a base da legislação patrimonial brasileira.

¹¹⁵ Constituição 1946, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm (Último acesso: 06/01/16)

¹¹⁶ Decreto-Lei nº 3.924, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm (Último acesso: 06/01/16).

autenticidade. No que se refere especificamente a restauro, a Carta estabelece que esta é uma operação de carácter excepcional, tendo por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos.

No contexto brasileiro, já durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foi criada, em novembro de 1965, a Lei Federal nº 485 que proibiu a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil desde o começo do Período Colonial até o fim do Período Monárquico. E em 1967 o Brasil ganhou uma nova Constituição, e em seu capítulo IV, Artigo 180, encontram-se ideias como “(...) o amparo à Cultura é dever do Estado (...)”, e “(...) ficam sob proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (...)”¹¹⁷.

No mesmo ano, uma reunião ocorrida em Quito, no Equador, estabeleceu critérios e normas sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico existentes no continente americano como um todo e em especial na América Ibérica¹¹⁸. Quito propôs que o recém-criado Centro Interamericano de Inventário do Património Histórico e Artístico fizesse o resgate, de acordo com os governos de Portugal e Espanha, da documentação de interesse monumental existente em seus arquivos e ressaltou a necessidade de incluir na educação escolar programas de estudos sobre a importância do património monumental latino-americano. O documento chama ainda a atenção para a importância económica dos monumentos, que devidamente conservados, podem constituir-se em “*instrumentos do progresso*”¹¹⁹, fazendo referência a vocação turística dos monumentos histórico e culturais.

Ainda de acordo com o documento de Quito, os projetos de preservação monumental devem fazer parte de um programa integral de valorização, que defina não apenas a sua função monumental como também o seu destino e manutenção, e leve prioritariamente em conta a melhoria socioeconómica de seus habitantes e sendo o turismo um meio de conservação dos monumentos, os planos de desenvolvimento turístico devem construir uma via mediante a qual, com a utilização de um alto nível técnico, se logrem objetivos importantes na produção e preservação do património cultural americano.

¹¹⁷ Constituição Brasileira, 1967.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm, (Último acesso: 28/01/2016).

¹¹⁸ Normas de Quito, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Janeiro de 2016).

¹¹⁹ Idem.

Em 1968 ocorreu em Paris a décima quinta Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, onde foram apresentadas recomendações sobre a conservação dos *bens culturais*, relacionando o atendimento das necessidades da sociedade contemporânea. A *Carta de Paris*, resultante dessa Conferência, ressalta a necessidade do respeito às relações culturais eminentes, o que caracteriza a identidade do lugar. Atribui-se, assim, como papel do Estado, a elaboração de políticas de proteção e de revitalização, por meio de projetos de planejamento nacional, regional e local. Ressalta também que a expressão *bens culturais* refere-se a bens imóveis, como sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas ou rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico, e estende-se *bens culturais* também ao entorno desses bens.

De volta ao contexto nacional brasileiro, no ano de 1970, o Ministério da Educação e Cultura do Brasil organizou em Brasília, capital federal, o primeiro Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Tomando por base as determinações internacionais, tanto da Conferência de Quito quanto da Conferência de Paris, esse encontro teve o objetivo realizar estudos e discussões de medidas em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Como resultado deste encontro foi elaborado o Compromisso de Brasília, que recomenda a atuação conjunta de Estados e Municípios em ação de proteção aos bens culturais e naturais de valor regional, com a criação de órgãos estaduais e municipais com esta finalidade. O documento estabeleceu ainda a criação de cursos de formação de mão-de-obra especializada para arquitetos, restauradores, conservadores, arquivistas e museólogos, mantidos também com recursos estaduais e municipais, além da inclusão nos currículos escolares de disciplinas que tratem da preservação e conservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas, das riquezas naturais e da cultura popular.

Em 1971, um ano após o 1º Encontro de Brasília, ocorreu o II Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, organizado pelo MEC e IPHAN. Este encontro ratificou todos os itens do Primeiro Compromisso de Brasília, e recomendou a criação de um Ministério da Cultura, e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito dos estados. O documento resultante desse segundo encontro, conhecido como Compromisso Salvador, recomendou que os planos diretores e urbanos bem como os projetos de obras públicas e particulares que afetam

áreas de interesse referentes aos bens naturais e de valor cultural especial protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN, do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e dos órgãos municipais da mesma área; recomenda ainda a facilitação de incentivos financeiros para áreas que apresentem grande número de património assegurado por lei, assim como a concessão de incentivos fiscais e a facilitação de criação de fundos mantenedores de ações patrimoniais em âmbito federal e estadual.

A nível internacional, em 1972 foi lançada a *Carta do Restauo* do Ministério da Instrução Pública da Itália, que estabeleceu normas e instruções para as intervenções e restauros em qualquer obra de arte, desde monumentos arquitetónicos até pinturas e esculturas (património material móvel e imóvel). Essas normas passaram a ser seguidas em diversas partes do mundo. A *Carta do Restauo* também tratou de esclarecer possíveis dúvidas sobre os conceitos de salvaguarda e restauro¹²⁰. Sublinhamos ainda que a Carta de Restauo teve grande repercussão no Brasil, principalmente porque estabeleceu normas de como deve ser feito um projeto para o restauro, com minucioso e exaustivo estudo interdisciplinar, contemplando diversos pontos de vista e diversas áreas interrelacionadas entre si, tais como História, Património, Arquitetura, Belas Artes, Arqueologia, Sociologia entre outras.

No mesmo ano de 1972 ocorreu em Paris a décima sétima Convenção sobre o Património Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO. A Carta resultante dessa convenção estabeleceu definição de Património Cultural e Natural, estabelecendo que monumentos são “(...) *obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumental, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte e da ciência; que os conjuntos são grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham valor universal excecional do ponto de vista histórico, estilístico, etnológico ou antropológico. (...)*”¹²¹.

Dois anos após a Convenção de Paris, em 1974, ocorreu em Santo Domingo, capital da República Dominicana, o Seminário Interamericano sobre Experiência em Conservação e Restauo do Património Monumental dos Períodos Colonial e Republicano. Esse Seminário demonstrou especial preocupação com a questão da

¹²⁰ A salvaguarda é a medida de conservação que não implique na intervenção direta sobre a obra; restauro é qualquer intervenção que mantenha a obra em funcionamento, facilitando a leitura para transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos considerados de valor cultural.

¹²¹ Carta de Paris, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso em 28/01/2016)

elaboração de projetos de restauro, demonstrando forte influência da Carta do Restauro, resultante da Conferência de Veneza. No documento resultante de Santo Domingo lê-se que “(...) os *problemas da preservação monumental obriga a um trabalho prévio de investigação documental e arqueológico, devendo levar-se a cabo estudos integrais para resgatar a maior quantidade de dados relacionados com a história do sítio (...)*”¹²², ressaltando, assim como a Carta do Restauro, a necessidade de projetos interdisciplinares. Além disso, esta resolução reforça o papel da iniciativa privada como agente de conservação e de valorização dos centros históricos; para tal, recomenda aos governos o estabelecimento de medidas legais para sua utilização econômica.

Em 1976, uma Conferência realizada em Bruxelas, na Bélgica, pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), deu origem à *Carta de Turismo Cultural*¹²³, que estabelece critérios para a exploração turística de áreas de preservação patrimonial dotadas de importante acervo histórico e cultural. Nesta Carta proclama-se a necessidade do respeito às relações culturais que caracterizam a identidade do lugar, atribui-se ao Estado a elaboração de políticas de proteção e de “revitalização”, por meio de projetos de planejamento nacional, regional e local e ressalta-se a importância do turismo cultural como meio de preservação do patrimônio cultural existente. Voltando ao âmbito latino-americano, um ano depois, em 1977, ocorreu em Machu Picchu, no Perú, um encontro internacional de arquitetos e a carta resultante desse encontro ressalta que a *Carta de Atenas* ainda é um documento fundamental, que pode ser atualizada, mas não negada. Dessa maneira, a *Carta de Machu Picchu* além de reafirmar os preceitos de Atenas, ressalta a necessidade de que os projetos patrimoniais levem em conta as necessidades humanas das populações que aí vivem. Em um processo constante e minuciosamente planejado de interação entre profissionais da área patrimonial e população aí residente.

Em 1980 o ICOMOS elaborou a *Carta de Burra* que, seguindo a mesma linha da Carta de Veneza, pontua uma série de recomendações para a conservação e restauro, e ressalta a necessidade de manutenção de um entorno visual apropriado, não devendo ser realizada nenhuma construção, demolição ou alteração suscetíveis de causar prejuízo ao entorno.

A *Declaração de Tlaxcala* foi o resultado do Colóquio Internacional ocorrido em Tlaxcala, no México, no ano de 1981, tendo como ponto principal a conservação do patrimônio monumental e a revitalização das pequenas aglomerações. O texto

¹²² Resolução de Santo Domingo, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso em 28/01/2016)

¹²³ Carta do Turismo Cultural, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso em 28/01/2016)

reafirma que as pequenas aglomerações se constituem em reservas de modo de vida que dão testemunho de nossa cultura. Esse documento ressalta ainda que a ambiência e o patrimônio edificado das pequenas zonas de *habitat* são bens não renováveis cuja conservação deve exigir procedimentos cuidadosos para evitar riscos de alteração ou de falsificações causadas por razões de oportunidade política; já em 1985, uma nova reunião do ICOMOS, também realizada no México, deu origem a um documento que reforça o valor de autoafirmação na elaboração cultural de cada povo. Ambas as resoluções reforçam o reconhecimento e a manutenção das características existentes no local, que são, em última análise, parte da sociedade aí existente.

De volta ao contexto nacional brasileiro, em 1988 foi outorgada a Constituição atualmente em vigor no Brasil. Em seu Artigo 216, a Constituição de 1988 amplia o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação “*patrimônio histórico e artístico*”, até então usado, por “*patrimônio cultural brasileiro*”, ampliando assim o conceito patrimonial com o intuito de abarcar o patrimônio intangível ou imaterial, adequando-se aos novos conceitos de Patrimônio que passaram a vigorar à partir de 1972, com a Carta de Paris. A atual Constituição brasileira estabelece ainda que a proteção e a salvaguarda do patrimônio nacional é da competência comum da União, dos Estados e dos Municípios. Complementando a Legislação Federal, Estados e Municípios criaram, de acordo com a Carta Magna, suas próprias legislações.¹²⁴

No ano de 1989 ocorreu na cidade de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, um Encontro do Comitê Brasileiro do ICOMOS, e a Carta resultante desse encontro, seguindo a tendência das últimas Cartas internacionais, ressalta que a defesa da identidade cultural far-se-á através do resgate e das formas de convívio harmônico com seu ambiente. A Carta de Cabo Frio ressalta que “*o êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o envolvimento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação*”¹²⁵. O documento ressalta ainda que o respeito aos valores naturais, étnicos e culturais enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais. Nota-se, portanto, mais uma vez a preocupação com a participação das comunidades locais na preservação patrimonial e o papel essencial da Educação Patrimonial para despertar o interesse das comunidades pela preservação do patrimônio que lhes diz respeito.

¹²⁴ A Constituição do Estado da Bahia e a Lei Orgânica de Cachoeira, estado e município onde se localiza o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, tema deste trabalho, serão tratados no subtema a seguir.

¹²⁵ Carta de Cabo Frio, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso: 06/01/2016)

Em princípio da década de 1990, a nível internacional, foi realizada em Nara, no Japão, uma Conferência cujo documento, a *Carta de Nara* (1994), sublinha o princípio fundamental da UNESCO, que considera o património cultural de cada um é o património cultural de todos, além de ressaltar a autenticidade do património de cada povo. Seguindo a linha de pensamento da *Carta de Nara*, na América Latina, em 1995, como resultado de encontro regional do Cone Sul¹²⁶, realizado em Brasília, foi criada a Carta de Brasília que tem como tema central a autenticidade do património. De acordo com esse documento, o processo de autenticidade funciona com duas dimensões básicas: a identidade e a diferença, ou seja, as culturas locais, em suas diversas representações, apresentam suas próprias características, mesmo que estas sejam o resultado da simbiose entre culturas que lhe serviram de base. No caso dos povos latino-americanos e mais especificamente os povos do Cone Sul, é possível identificar e diferenciar diversas heranças culturais, indígena, europeia, africana e crioula, mas também é possível identificar a mistura que tem ocorrido entre as diversas culturas no decorrer dos séculos: “(...) *prosseguir no desenvolvimento significa adquirir uma civilização própria, mesmo que seja imperfeita, e no copiar as civilizações estrangeiras, mesmo que sejam avançadas. Cada povo deve ter sua idade e seu solo, cada povo deve ser ele mesmo. (...)*”¹²⁷.

Em 1996, a *Declaração de Sófia*, resultado da XI reunião geral do ICOMOS, ressalta que o conceito património cultural está em constante processo de evolução; assim, a conservação do património tangível e intangível do passado é mais que uma questão de juízo estético, sendo também um tema de atuação prática, “(...) *a defesa do pluralismo cultural, do respeito ao património alheio e do repúdio à intolerância constituirá, assim, um imperativo ético universal. (...)*”¹²⁸. No mesmo ano de 1996, foi elaborada a Carta de São Paulo, como resultado da reunião entre membros do ICOMOS/BRASIL, que teve como objetivo principal discutir e adequar à realidade local o tema central da Conferência de Sófia *‘Mudanças Sociais e Património Cultural’*.

Outro importante marco da legislação patrimonial é a *Carta de Turismo*, resultado da reunião geral do ICOMOS, ocorrida na Cidade do México, no ano de 1999. Esta carta afirma, de uma maneira geral, que os patrimónios naturais e culturais pertencem a toda a humanidade e que cada um de nós possui direitos e deveres no que se refere à compreensão, apreciação e conservação destes bens universais. Além disso, a carta do México reforça o valor da atividade turística na conservação, como meio de

¹²⁶ Grupo formado pelos países que compõem a região sul das Américas.

¹²⁷ Carta de Brasília, 1995, disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso em: 28/01/2016)

¹²⁸ Declaração de Sófia, 1996, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso em: 28/01/2016)

obtenção de recursos económicos para desenvolver projetos de conservação e restauro, caso seja necessário. Ressalta ainda a importância da educação e da conscientização das populações envolvidas.

Recentemente, no ano de 2008, à partir de uma reunião do ICOMOS surgiu a *Carta dos Itinerários Culturais*, que inova ao atrelar a ideia de preservação patrimonial com o seu entorno, a natureza circundante e as populações que vivem em função de determinado monumento. Em seu preâmbulo a *Carta do Itinerário Cultural* estabelece que “(...) *Fruto do desenvolvimento das ciências da conservação do património, o conceito de Itinerário Cultural evidencia a evolução das ideias relativas ao conceito de património cultural, do papel crescente dos valores atribuídos ao meio e à sua significação à escala territorial e revela a sua macroestrutura a diferentes níveis. (...) respeitando o valor inerente a cada um dos seus elementos, o Itinerário Cultural enriquece a mensagem espiritual do passado de todos os que o compõem como peças pertencentes a um conjunto que reforça o seu sentido. Ilustra igualmente a conceção contemporânea dos valores do património para a sociedade, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável.*(...)”¹²⁹. De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da UNESCO, um itinerário cultural pode ser uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou de outra natureza, com dinâmica e funções históricas próprias.

2.1. O património na legislação do Estado da Bahia e na legislação do Município de Cachoeira

Sendo o Brasil uma Federação de Estados, cada Estado tem sua própria Constituição, e esta tem que estar, evidentemente, de acordo com a Carta Nacional. A Constituição do Estado da Bahia estabelece, em seu Artigo nº 271, que “(...) *compete ao Estado e aos Municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal;* e continua em seu Artigo nº 172 que o *Conselho Estadual de Cultura, que formulará a política estadual de cultura, terá sua competência e composição definidas na forma da lei, assegurada a representação majoritária da sociedade civil.* (...)”¹³⁰.

Ainda de acordo com a estrutura administrativa brasileira, assim como cada Estado tem sua própria Constituição, cada município que faz parte de cada um dos vinte e sete Estados também tem suas leis próprias, denominadas *Leis Orgânicas*, estando estas de acordo com as legislações Federal e Estadual. Assim sendo, na Lei Orgânica

¹²⁹ Carta dos Itinerários Culturais, 2008. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (Último acesso: 28/01/2016)

¹³⁰ <http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273> (Último acesso: 28/01/2016)

do Município de Cachoeira pode-se observar em seu Artigo nº 242 que “(...) o Município, através de seus órgãos e pesquisadores, fica obrigado a manter viva a história da Cidade, de suas instituições e tradições. E assim segue no Artigo nº 244, ficam sob proteção do Município, os conjuntos e sítios históricos paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos, tombados pelo Poder Público Municipal.(...)”¹³¹

O Convento de Santo António do Paraguaçu, que apresenta tombamento nacional, pelo IPHAN, e estadual, pelo IPAC-BA, está, portanto, sob o abrigo das legislações nacional e estadual, além de amparado pela legislação municipal do município de Cachoeira, que visa, como acima exposto, “manter viva a história da Cidade, de suas instituições e tradições.”¹³²

2.2. Dos órgãos patrimoniais brasileiros: IPHAN E IPAC

O atual órgão de proteção a nível federal é o Instituto do Patrimônio Histórico, IPHAN, que foi criado no ano de 1936, sendo inicialmente chamado de Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional, SPHAN. O IPHAN é uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura, e é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, tendo como prerrogativas a proteção dos bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Além do IPHAN, existem órgãos patrimoniais a nível estadual. Na Bahia, estado onde se encontra o Convento de Santo António do Paraguaçu, nosso caso de estudo, existe o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC-BA)¹³³, organismo vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que atua em consonância com o poder público federal e com os poderes municipais, além da sociedade em geral. Seu objetivo principal é a salvaguarda de bens históricos e culturais tangíveis e intangíveis, para tanto promove ações, tais como, obra de restauro de patrimônios materiais, promoção de incentivo de atividades culturais, educação patrimonial, promoção científica e a publicação de obras relacionadas ao patrimônio.

2.3. Do tombo ao tombamento no Brasil

O termo “*tombo*” significa registo, ou seja, registo de bens de interesse histórico e cultural. O termo começou a ser empregado pelo Arquivo Nacional Português, durante

¹³¹ Lei Orgânica do Município de Cachoeira Disponível em: <http://camara.cachoeira.ba.io.org.br/contasPublicas/download/704574/120/2014/10/publicacoes/D1889A7F-B530-BD49-25236EADB575E861.pdf>. (Último acesso: 06/01/2016)

¹³² Idem.

¹³³ O IPAC-BA foi criado no ano de 1967, através da Lei nº 2.464, pelo Decreto nº 20.530.

o século XIV, e foi instalado originalmente em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo.

Atualmente, no Brasil o termo “*tomb*ar” significa inscrever o bem, com o seu nome, localização e regime de restrições no livro do Tombo para que conserve suas características, impedindo que seja alienado, destruído, demolido ou mutilado, reparado, pintado ou restaurado, sem autorização e inspeção dos órgãos patrimoniais. De acordo com os critérios estabelecidos, os bens são registados em quatro livros diferentes, de acordo com as características por apresentadas pelo bem tombado. Os livros de tomo são: Livro de Tombo Histórico, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro de Tombo de Belas Artes e Livro de Tombo das Artes Aplicadas. Registo e tombamento são instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural. Usa-se o termo “*tombamento*” para bens materiais (edificações, monumentos e objetos) e o termo “registo”¹³⁴ para os bens não materiais, embora ambos os tipos de patrimônio, material ou intangível, sejam igualmente registados em seus respectivos livros. A função desses instrumentos ou ações legais são de proteger os bens da ação predatória da sociedade, garantindo a permanência da memória e da identidade social de um determinado local ou prática comunitária, além de atestar a qualidade do bem e sua importância para o conjunto da sociedade.

Bens tombados ou registados recebem alguns benefícios diretos como o acesso a fontes de financiamento público para conservação e restauro (bens materiais); incentivo e promoção (bens imateriais). No que se refere ao direito de propriedade, ela não é alterada, ou seja, o proprietário do imóvel tombado permanece dono e responsável pela sua manutenção e conservação, entretanto, necessita da autorização do órgão patrimonial para por em prática obras de consolidação e de restauro do bem.

Ao serem registados os monumentos recebem graus de proteção, que é o resultado da somatória de todos os valores atribuídos ao monumento de acordo com as características por ele apresentadas, tais como características históricas, artísticas e ambientais. Existem quatro graus de proteção, grau 1 (um), proteção direta, para monumentos ou objetos que devem ser conservados integralmente; grau 2 (dois), proteção direta, para monumentos que sofreram sucessivas modificações; grau de proteção 3 (três), proteção de referência, para edificações que podem ser eventualmente demolidos e substituídos desde que não contrariem o ambiente

¹³⁴ No Brasil “registo”.

circundante; e grau de proteção 4 (quatro), proteção de referência, para edificações cuja demolição seria auspiciosa e sem necessidade de reconstrução.

O entorno, ou área que circunda o bem, também é delimitado com o objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos descaracterizem, obstruam, ou reduzam a visibilidade do património em questão. Sobre o “entorno”, o artigo 18 do Decreto-Lei 25/37 estabelece, “*sem prévia autorização do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional, não poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto*”.¹³⁵ Não há uma delimitação específica, o que deve ser estabelecido pelo órgão patrimonial com o intuito de garantir, além da visibilidade do bem, seu acesso, manutenção, conservação e valorização.

2.4. Dos bens culturais da Igreja

Muitas das mais importantes obras de arte e grande parte do património edificado do mundo pertencem ou pertenceram a Igreja Católica. Diante de tão vasto património cultural espalhado pelos cinco continentes, tornou-se necessário a criação de uma legislação patrimonial específica e de acordos (e/ou tratados) entre a Santa Sé e as diversas nações do mundo, com o intuito de conservação desse património e salvaguardá-lo para a posteridade.

Dentro desse contexto, no ano de 1917 foi elaborado o Código de Direito Canónico, que, entre muitos temas relacionados a Igreja Católica, trata da preservação patrimonial dos bens pertencentes a esta instituição. Nesse documento, o cânone 1497 trata dos bens temporais da Igreja, e aí estão descritos como bens os documentos escritos existentes em arquivos, os lugares sagrados, altares, capelas, sacrários, cemitérios, imagens preciosas, objetos sagrados, relíquias, bens destinados ao uso litúrgico entre outros. O critério utilizado para definir a importância destes bens é a antiguidade, a arte e o culto. Por se tratar de um Código de 1917, desconhece o conceito de Bem ou Património Cultural.

Muitas décadas se passaram até que, em 1993, durante o Pontificado de João Paulo II, foi elaborada a Constituição “*Pastor Bonus*”, que incorporou o termo “*Bem cultural*” aos textos da Instituição que se referem ao património pertencente a Igreja Católica. Ao mesmo tempo foi criada a pontifícia comissão para a conservação do património

¹³⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em Decreto Lei n. 25, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. (Último acesso 06/01/2016)

artístico e histórico da Igreja, com o nome de Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. No ano seguinte, em 1994, realizou-se em Vila Vignoni, na Itália, um encontro promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela recém-criada Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, tendo como tema “*A conservação do património cultural como dever do Estado e da Igreja*”. Desse encontro surgiu o documento intitulado *Carta de Vila Vignoni*, que estabelece que “*os bens culturais constituem a expressão mais forte da tradição cristã, e que como tal, representam uma parte essencial da herança cultural da Humanidade*”.¹³⁶ Mais adiante o texto ressalta que “*(...) a Igreja, a sociedade e o Estado têm que consciencializar-se da sua enorme responsabilidade perante este valioso património, cuja responsabilidade lhes foi confiada só temporariamente (...)*”.¹³⁷ Assim sendo, de acordo com os preceitos estabelecidos, tanto a Igreja quanto os Estados e a sociedade devem colaborar entre si, cuidar e resguardar esse património para transmiti-lo às gerações futuras.

No que se refere a utilização desse património, o texto estabelece que “*(...) a continuidade da utilização, segundo a primitiva finalidade, constitui também a melhor garantia para a conservação dos bens culturais. Uma eventual alteração de uso, não evitável, deve ser sempre compatível com o carácter religioso do bem cultural. A manutenção constante dos bens culturais deve ser considerada a obrigação concreta mais importante de cada comunidade responsável pela sua proteção. (...)*”.¹³⁸ Ou seja, a maneira mais eficiente de manter esse património é dar-lhe utilização, que deve ser primordialmente uma utilização religiosa ou, caso não seja possível, que seja ao menos relacionada ao universo religioso.

Com relação aos bens culturais da Igreja existentes em território brasileiro, foi firmado no ano de 2003 o Acordo Brasil-Santa Sé que reúne toda a legislação até então existente entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica. O Acordo compreende vinte artigos, que regulamentam as matérias de interesse comum entre o Brasil e a Santa Sé, tendo sempre em vista o benefício da sociedade brasileira. Dentre esses vinte artigos, o nº 6 versa sobre questões patrimoniais, onde se lê “*as Altas Partes reconhecem que o património histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do património cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiais, que sejam considerados pelo*

¹³⁶ Carta de Vila Vignoni, 1993. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> (último acesso: 28/01/2016).

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Ibidem.

*Brasil como parte de seu património cultural e artístico. § 1º. A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades, que possam surgir da sua natureza cultural. § 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu património cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram.”*¹³⁹ Assim sendo, o vasto património religioso e católico brasileiro, distribuído por diversas regiões do país, está salvaguardado pela Santa Sé e pelo Estado brasileiro, representado em suas três esferas administrativas: União, Estados e Municípios.

3. Exemplos de intervenções, revitalização e reuso de patrimónios registados

Ao se pretender reutilizar uma edificação que é património nacional do Brasil, que carrega em si boa parte da história dos próprios franciscanos da Bahia e mesmo da Província de Santo António do Brasil, faz-se necessário estudar, analisar e compreender projetos de reutilização de patrimónios que são considerados exemplos exitosos. Assim, serão apresentados dois exemplos de reutilização de edificações que originalmente tinham funções religiosas, e duas edificações não religiosas.

3.1. Intervenção em espaços religiosos: exemplos de revitalização e valorização patrimoniais

Tendo presentes a legislação atual sobre património a nível internacional, nacional, estadual e municipal, como vimos expondo, bem assim como os organismos que, no Brasil, estão vocacionados para a proteção do património e ainda a legislação acordada entre o estado brasileiro e a Santa Sé sobre património religioso, partiremos agora para a análise de alguns exemplos em território brasileiro de intervenção em espaços religiosos.

3.1.1. Convento do Carmo, Salvador, Bahia, Brasil

Salvador é a capital do estado da Bahia e é a terceira maior cidade do Brasil, com uma população de aproximadamente três milhões de pessoas. Salvador, como já citado anteriormente, foi a primeira cidade fundada no Brasil e localiza-se no Recôncavo, uma das primeiras áreas do Brasil a ser colonizada pelos portugueses no Brasil.

¹³⁹ Acordo Brasil-Santa Sé, 2003.

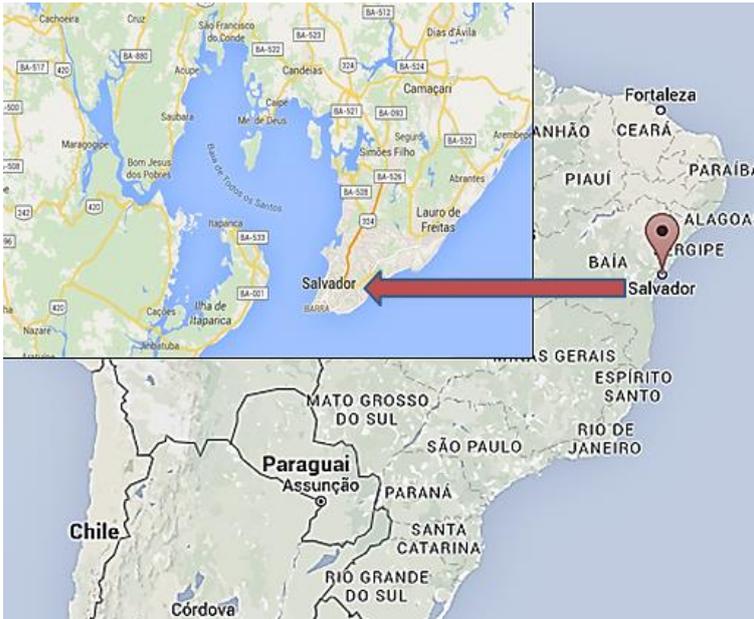


Figura 45: Localização da cidade do Salvador, Bahia, Brasil.

Fonte: <https://www.google.com/maps> (Janeiro de 2016)

O conjunto arquitetônico, de elevado valor monumental e histórico, é formado por convento, igreja conventual e igreja Ordem Terceira, foi edificado ao longo dos séculos XVII e XVIII. É considerado o maior convento da América Latina, foi tombado pelo IPHAN, com grau de proteção 1 (ou seja, proteção direta, para monumentos ou objetos que devem ser conservados integralmente). Seu tombamento encontra-se no número 22 do Livro de História, folha 5, em 11 de maio de 1938 e no Livro de Belas Artes com o número 50, na folha 10, em mesma data.



Figura 46: Fachada da Igreja e Convento do Carmo da Bahia.

Fonte: <http://dolargoaocarmo.wordpress.com/convento-do-carmo/> (Janeiro de 2016)

Após o fim da guerra pela independência, o convento e a igreja passaram por obras de consolidação. Mas assim como as demais ordens monásticas instaladas no Brasil, a Ordem dos Carmelitas também teve seu período áureo durante o século XVII e XVIII, e no decorrer do século XIX já se encontrava em processo de decadência devido as leis restritivas criadas pela Coroa portuguesa à partir de meados do século XVIII. Devido a falta de religiosos, entre o final do século XIX e início do século XX muitos conventos das diversas ordens monásticas foram fechados no Brasil.

Em 1941 foram realizadas obras de restauro sem autorização do órgão patrimonial, na década de 1950 foram realizadas novas obras de consolidação da Igreja; em 1962 desabou um conjunto de talha que fazia parte do altar-mor. Diante do baixo número de religiosos e dá situação de degradação constante do conjunto arquitetónico, no ano de 1970 foi aprovado o projeto do *Grupo Luxor* para a recuperação de um dos claustros do convento e instalação de uma pousada na parte conventual.

O projeto de restauro e adaptação do convento coube ao arquiteto Fernando Machado Leal. Foram então feitas obras de consolidação das estruturas, adaptações, restauros e em 1974 a pousada foi inaugurada e funcionou por cerca de dez anos, mas fechou as portas em meados da década de 1980, antes do restauro e reabilitação do Centro Histórico de Salvador, ao qual, como já dito, o Convento do Carmo faz parte.

No início do século XXI, quando os religiosos assinaram o acordo com o Grupo Pestana, o convento encontrava-se quase desabitado (lá viviam apenas três religiosos) e em perigo de ruína, sendo então arrendada ao grupo hoteleiro português por um período de vinte anos. O restauro e as adaptações para a transformação em hotel da cadeia "*Pousadas de Portugal*" levaram quase dois anos e durante esse período foram realizados trabalhos nos telhados, nos soalhos, inclusive com tratamento estético para dar o aspeto de antigo ao madeiramento. Toda a argamassa recebeu um tratamento de ondulação, característico do estuque à base de cal e areia, que era utilizado durante os séculos XVI, XVII e XVIII, para dar um aspeto estético de antigo aos rebocos. Também foi realizado restauro de toda a parte decorativa do convento.

O projeto coube ao arquiteto brasileiro radicado em Portugal, Jaime Morais, e contou sempre a supervisão dos técnicos do IPHAN. A exceção da Igreja, da Sacristia e da Sala do Capítulo, todas as demais áreas do convento passaram a ser ocupadas pela Pousada Convento do Carmo.

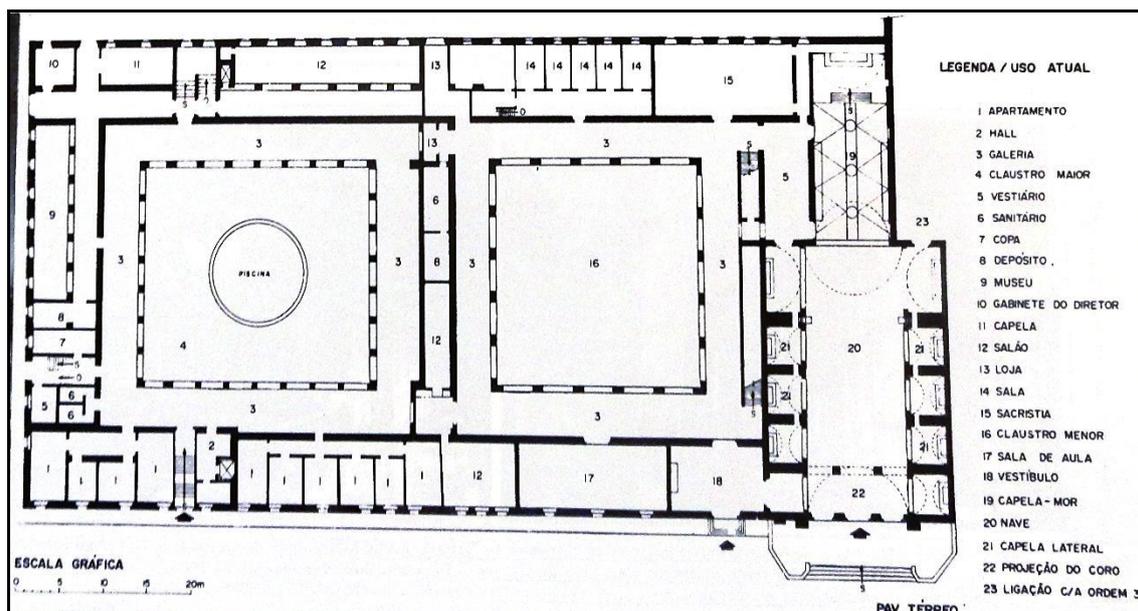


Figura 47: Planta do Convento do Carmo de Salvador da Bahia.

Fonte: IPAC-BA (1988), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, p. 19.

A igreja, segundo a ficha de tombo do IPAC-BA, apresenta planta de nave única com capelas laterais intercomunicantes. A planta, apesar de carmelita, é tipicamente jesuíta, inspirada na Igreja do Espírito Santo de Évora e na Igreja do Colégio Jesuíta da Bahia¹⁴⁰. A capela-mor apresenta ornamentação neoclássica em prata que aí foi colocada em fins do século XVIII e permanece até os dias atuais. A capela do noviciado apresenta belos painéis de azulejos portugueses. Ainda segunda a ficha de tombo do IPAC-BA, a ornamentação da igreja é neoclássica¹⁴¹.

¹⁴⁰ IPAC-BA (1988), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, p. 19.

¹⁴¹ Idem.



Figura 48: Interior da Igreja do Convento do Carmo, com sua capela-mor.
Fonte: Maria Helena Occhi Flexor (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, vol 9, tomo 2, p. 76.

A sacristia, que não faz parte da Pousada do Carmo, apresenta ornamentação rococó do final do século XVIII, a talha dourada e o forro em caixotes também datam do mesmo período. O Forro apresenta painéis com a vida do Santo Elias. Na sacristia existe um lavatório em mármore decorado com estípites, carrancas, anjos e delfins.



Figura 49: Sacristia do Convento do Carmo.
Fonte: <http://www.salvador-bahia.tur.br/fotos-hoteis-salvador/hotel-convento-do-carmo-salvador-bahia-4.jpg> (Janeiro de 2016)

Os dois claustros atualmente fazem parte da área ocupada pela pousada. O menor, edificado em fins do século XVII, mantém suas características originais; já o maior, concluído em 1776, teve sua área adaptada para a edificação de uma piscina.

A piscina é bastante rasa, com cerca de cinquenta centímetros de profundidade, para não afetar a estrutura original do convento, o que demonstra toda a preocupação do projeto em respeitar o secular monumento colonial luso-brasileiro.



Figura 50: Claustro maior com a piscina adaptada ao espaço.

Fonte: <http://www.pestana.com/pt/hotel/pestana-convento-do-carmo/reviews> (Janeiro de 2016)

O hotel possui duas áreas destinadas a restauração, o Restaurante Conventual, e o café, ou bar, Todos os Santos. No Restaurante Conventual é servido o pequeno-almoço, pela manhã, e à tarde e à noite o restaurante oferece variado cardápio da cozinha internacional, com destaque para as especialidades de origem portuguesa.



Figura 51: Detalhe do Restaurante Conventual.

Fonte: <http://www.salvador-bahia.tur.br/fotos-hoteis-salvador/hotel-convento-do-carmo-salvador-bahia-7.jpg> (Janeiro de 2016)

O grande dormitório foi concluído em 1681. Nas celas que aí existiam foram adaptados setenta e nove apartamentos, que apesar das mínimas intervenções, dispõem de extremo conforto e todas as comodidades dos quartos de hotéis edificados recentemente, nomeadamente acesso a rede mundial de computadores,

sistema de televisão a cabo, com a transmissão dos principais canais de televisão do mundo, casas de banho modernas, algumas com banheira etc.

Alguns quartos possuem dois andares. Essa adaptação foi possível porque durante a reforma do convento foram descobertas algumas pequenas celas que se localizavam acima das que se conhecia. Estas se encontravam isoladas e com suas entradas vedadas. Foram então reabilitadas e transformadas em modernos “lofts”¹⁴².



Figura 52: Loft da Pousada Convento do Carmo.
Fonte: <https://www.tripadvisor.com.br/> (Janeiro de 2016)

Os quartos são separados por enormes corredores e isolados por paredes originais, de oitenta centímetros de espessura, onde foram adaptadas passarelas metálicas onde os hóspedes podem se locomover.

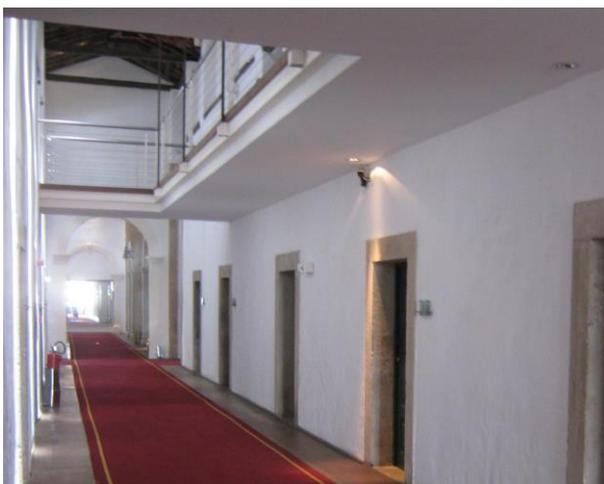


Figura 53: Um dos corredores que ligam os quartos da Pousada do Carmo.
Fonte: <http://ellistur.blogspot.pt/2009/03/conheca-o-pestana-convento-do-carmo.html> (Janeiro 2016)

¹⁴² Quartos com um andar superior em forma de águafurtada ou mezanino.

O projeto de adaptação do convento para hotel de luxo é considerado um sucesso por ter conseguido manter a estrutura original do monumento, por ter respeitado os estilos aí introduzidos no decorrer dos séculos em que foi edificado e por ter conseguido criar um hotel extremamente confortável, dotado de todas as comodidades modernas, nomeadamente spa, sauna, piscina, salão de convenções, ginásio, dentre outros, sem com isso perder o charme de toda a história que carrega decorrente de seus quatro séculos de existência.

3.1.2. Museu, Igreja e ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil

São Miguel das Missões é uma pequena cidade do estado do Rio Grande do Sul, região Sul do Brasil, com cerca de 7.400 habitantes¹⁴³. A vila de São Miguel, hoje cidade, surgiu em 1926, quando foi efetuado um loteamento urbano em torno dos remanescentes do antigo povo jesuítico-guarani. As ruínas de São Miguel, localizam-se dentro dos limites do município, mas fora do centro da cidade, e fazem parte dos Sete Povos das Missões.



Figura 54: Localização da cidade de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

¹⁴³ Dado do Censo de 2010. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431915&search=rio-grande-do-sul|sao-miguel-das-missoes> (Último acesso: Janeiro de 2016).

Numa extensa região, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, os jesuítas espanhóis fundaram trinta aldeamentos onde viviam os índios Guarani. Dentre estas missões ou reduções¹⁴⁴, sete encontravam-se numa área que hoje pertence ao território brasileiro. Esta área ficou conhecida como os Sete Povos das Missões.

De entre estas missões ou reduções destaca-se a de São Miguel Arcanjo, cuja igreja, em estilo barroco, começou a ser construída no ano de 1735 e foi concluída entre 1744 e 1747. Com planta do arquiteto italiano Gian Batista Primoli (jesuíta), inspirada na Igreja de Gesú de Roma.

A estrutura da Igreja é toda em pedra arenito, tanto as paredes externas como internas, unidas por argamassa de barro, pois não havia cal na região, e recoberta por um tipo de argila clara, chamada tabatinga. A Igreja possuía três naves, com cinco altares e uma torre contendo cinco sinos. Seus espaços interiores possuíam rica ornamentação, formada por pinturas e esculturas com motivos sacros, de madeira policromada, algumas partes com douramento. Da parte ornamental nada sobreviveu.



Figura 55: Cruzeiro e fachada da igreja missioneira de São Miguel, Rio Grande do Sul.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtio_Arqueol%C3%B3gico_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo#/media/File:S%C3%ADtio_Arqueol%C3%B3gico_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo_25.jpg
(Janeiro de 2016)

Além da igreja, havia na missão de São Miguel uma praça central, com cerca de 130 metros de diâmetro. A Igreja ficava em posição de destaque, tendo ao seu lado direito

¹⁴⁴ Complexos que reuniam diversas edificações igreja, colégio, hospital, moradias, cabildo e oficinas, onde os religiosos reuniam indígenas de diferentes etnias para praticar a catequese. Eram auto-sustentadas pela prática da agricultura, da pecuária e do artesanato, num sistema de trabalho cooperativo que combinava a introdução de novas tecnologias com a adaptação de técnicas indígenas tradicionais, propiciando o desenvolvimento da arquitetura e das artes.

o Colégio e à sua esquerda o cemitério, ligado à Igreja por uma porta lateral, ficando o Hospital à esquerda do cemitério; havia também o cabildo, órgão da administração colonial espanhola; os outros três lados da praça eram cercados pelas vivendas dos índios, além das oficinas, casas dos padres e o cotiguaçu, que era o lar das viúvas e órfãs. Nos fundos da Igreja havia as hortas e o pomar.

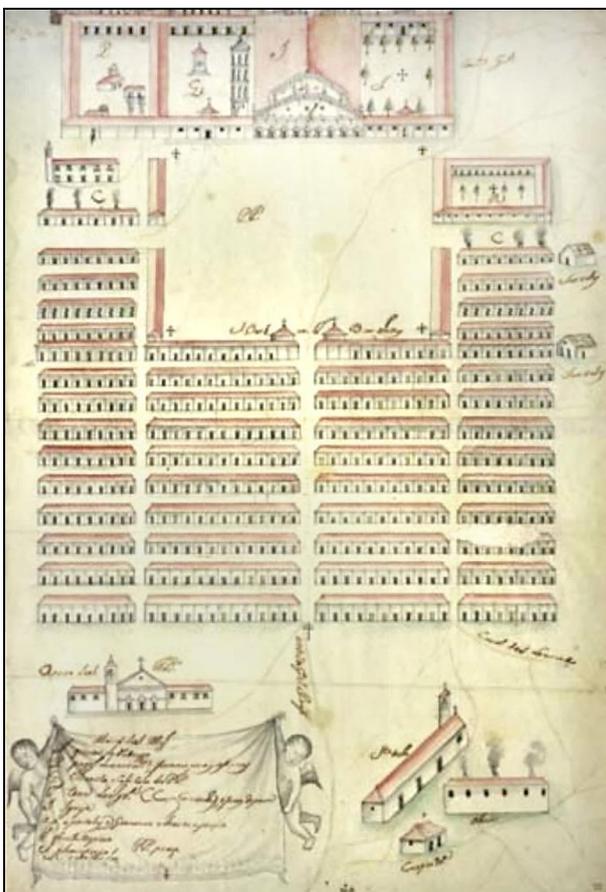


Figura 56: Planta da Missão de São Miguel Arcanjo.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtio_Arqueol%C3%B3gico_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo#/media/File:Plano_da_Redu%C3%A7%C3%A3o_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo.jpg
(Janeiro de 2016)

Em 1750, pouco tempo após a conclusão das obras da Igreja, portugueses e espanhóis assinaram o Tratado de Madrid¹⁴⁵, que estabeleceu a entrega dos Sete Povos das Missões (São Miguel, Santo Ângelo, São Borja, São Nicolau, São João Batista, São Luís Gonzaga e São Lourenço) a Portugal, enquanto que os espanhóis receberiam a Colónia de Sacramento. Os Guaranis da região, catequisados e insuflados pelos jesuítas espanhóis, resistiram, provocando as guerras guaraníticas, que levaria à quase destruição das missões e ao extermínio de boa parte da

¹⁴⁵ O Tratado de Madrid determinou a entrega das reduções localizadas à margem esquerda do rio Uruguai aos portugueses, em troca da Colónia do Sacramento, actual Uruguai.

população indígena aí existente. Menos de um século depois, em 1828, durante a campanha militar da Cisplatina¹⁴⁶ (antiga Colônia de Sacramento), o que sobrou da região das missões foi atacado e saqueado. As pilhagens somadas às intempéries e ao abandono fizeram com que as missões entrassem em processo acelerado de ruína durante o século XX.

Atualmente, entre as sete missões localizadas em território brasileiro, a de São Miguel Arcanjo, com sua estrutura toda em pedra, foi a que melhor se preservou. As ruínas da antiga missão foram tombadas pelo IPHAN em 1938 e em 1983, a UNESCO declarou São Miguel Patrimônio Cultural da Humanidade.

Entre 1938 e 1940, o arquiteto Lucas Mayerhofer dirigiu as obras de estabilização na Igreja de São Miguel, e a construção do prédio onde seriam recolhidas as obras estatutárias que fariam parte do acervo do Museu. Em 1940 foi inaugurado o Museu das Missões, localizado dentro do sítio arqueológico. O projeto foi do arquiteto Lúcio Costa, que utilizou como referência a arquitetura espanhola e as casas dos índios missioneiros com pátio interno e rodeado por varandas.



Figura 57: Museu das Missões, São Miguel, Rio Grande do Sul.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADtio_Arqueol%C3%B3gico_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo#/media/File:Museu_das_Miss%C3%B5es_01.jpg (Janeiro de 2016)

O Museu das Missões tem como objetivos pesquisar, documentar e divulgar a vivência histórica missioneira, estimular a população local a interagir e a se relacionar com a história, a arte, a memória e o patrimônio local. O Museu de São Miguel Arcanjo abriga a maior coleção de arte sacra missioneira do país, foi criado com a intenção de abrigar em um só local as esculturas sacras missioneiras e os fragmentos arquitetônicos das antigas reduções que se encontravam espalhados pela região, além disso, o museu e ruínas que fazem parte deste, apresenta uma programação cultural variada e mantém

¹⁴⁶ Guerra ocorrida entre o Império brasileiro e a antiga Colônia do Sacramento ou Província da Cisplatina, pela independência desta. A guerra chegou ao fim no ano de 1828 com a independência da Cisplatina e o surgimento da República do Uruguai.

um sistema de visitas guiadas durante todo o ano. As ruínas também integram o roteiro de turismo religioso, o Caminho das Missões, passando por várias cidades da região, que possuem em comum elementos culturais cristãos e guaranis.

O sítio arqueológico que integra a área do Museu das Missões permanece como um fértil campo de estudos para a arqueologia, a história e áreas afins, sendo objeto de estudo de projetos desenvolvidos pelas universidades locais e demais instituições científicas do Brasil, o que tem gerado considerável bibliografia acadêmica sobre o tema.



Figura 58: Área onde se encontram o sítio arqueológico e o Museu das Missões.

Fonte: <http://turismo.terra.com.br/galerias/0,,OI96322-EI176-FI1133214,00.html>
(Janeiro de 2016)

A estatutária é de forte influência barroca do século XVIII, caracterizada pelo movimento das formas. Há registo que identificam alguns escultores europeus, como o irmão Brasanelli, mas a maioria das esculturas é de autoria anónima dos próprios guaranis, sendo possível identificar características indígenas nas feições, cabelos e vestuário das imagens.



Figura 59: Interior do Museu das Missões. Estatuetária missioneira.

Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_das_Miss%C3%B5es#/media/File:S%C3%ADtio_Arqueol%C3%B3gico_de_S%C3%A3o_Miguel_Aranjo_21.jpg (Janeiro de 2016)

A área onde se encontram as ruínas e o museu apresenta ainda para os visitantes, ao cair da noite, um espetáculo de luz e sombras. Trata-se de uma narrativa da história das Missões Jesuítico - Guarani contada através de efeitos de som e luzes, que narra, em 48 minutos, o nascimento, desenvolvimento e o fim da civilização criada no Rio Grande do Sul por padres jesuítas e índios guarani. O espetáculo foi criado no ano de 1978 e restaurado em 2000, em 2011 foi revitalizado sendo modernizado. A narrativa tem tradução simultânea para os idiomas inglês e espanhol.

O Museu das Missões é um museu federal e está sob a tutela do IBRAM¹⁴⁷ (O Instituto Brasileiro de Museus). O instituto é vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) e sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como fomento a visitação, criação de projetos e políticas para o aumento da arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

¹⁴⁷ Criado em janeiro de 2009, pela Lei nº 11.906

De acordo com dados do IPHAN, as ruínas e o museu de São Miguel das Missões apresentam um número aproximado de quinze mil visitantes ao ano, sendo que quase 70% deste são alunos de escolas e universidades localizadas nas redondezas e o restante 30% são turistas em geral. Esperava-se que o número de visitantes de outras regiões do Brasil e mesmo do exterior crescesse após o reconhecimento da UNESCO, mas tal fato não se verificou e o número de visitantes pouca alteração tem sofrido ao longo dos anos. O que pode ser explicado pela pouca infraestrutura apresentada pela cidade de São Miguel das Missões, área urbana mais próxima das ruínas e do Museu, que mesmo após mais de setenta e cinco anos de tombamento das ruínas e trinta e dois anos de reconhecimento pela UNESCO, continua sem oferecer serviços mínimos aos visitantes, tais como eficiente sistema de transporte, visto que as ruínas ficam um pouco distantes do centro da cidade, disponibilidade de hotéis de qualidade, facilidades de locomoção até a região oeste do estado do Rio Grande do Sul.

3.2. Intervenção em espaços não religiosos: exemplos de revitalização e valorização patrimoniais

De acordo com a legislação patrimonial vigente a nível internacional, nacional, estadual e municipal, como já exposto anteriormente, bem como os organismos patrimoniais também citados, analisaremos agora alguns exemplos, em território brasileiro, de intervenção em espaços monumentais, porém não religiosos.

3.2.1. Solar do Unhão, Salvador, Bahia, Brasil

O Solar do Unhão é um antigo engenho de açúcar edificado no século XVII, em terras doadas por Gabriel Soares de Souza, aos Beneditinos. Construído fora dos muros da antiga Salvador, hoje está inserido no centro urbano da cidade, localiza-se na Avenida Contorno, que liga a Cidade Baixa da Cidade Alta. O monumental conjunto arquitetônico é constituído por solar, capela de Nossa Senhora da Conceição, cais de embarque, aqueduto, chafariz, senzala e um alambique com tanques.

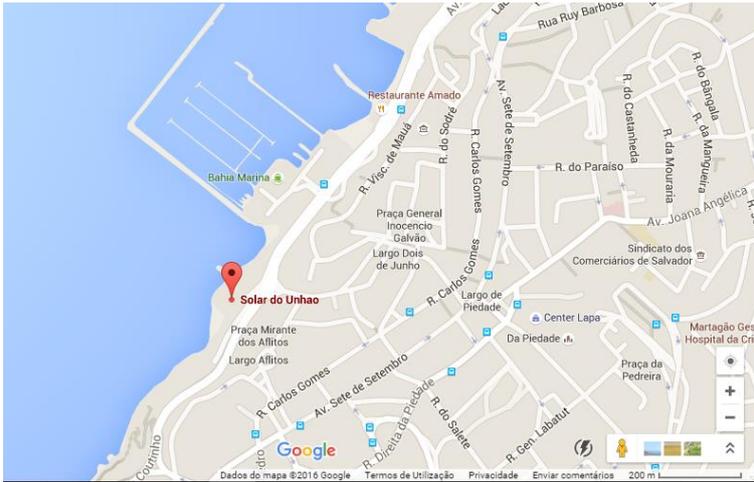


Figura 60: Localização do Solar do Unhão.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

Apesar de ser construído originalmente como um complexo destinado ao fabrico de açúcar, o Solar do Unhão teve diferentes utilizações no decorrer dos séculos da sua existência. Em fins do século XVII, serviu de residência ao desembargador Pedro de Unhão Castelo Branco, daí a antiga fazenda passar a ser conhecida pelo nome de Solar do Unhão; no início do séc. XVIII, o Solar foi vendido a José Pires de Carvalho e Albuquerque, que aí estabeleceu a sede do seu morgado¹⁴⁸; durante o século XIX, o Solar foi arrendado, tendo suas dependências servido para a instalação de diferentes atividades, tais como fábrica de rapé, fábrica de derivados de cacau e depósito de combustíveis. Durante a 2ª Guerra Mundial, o Solar foi transformado em quartel para os fuzileiros navais.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1943, o Solar foi tombado pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas permaneceu em ruínas, com suas edificações servindo como depósito de combustíveis e como cortiço. Cerca de duas décadas depois, no ano de 1961, o solar em ruínas foi adquirido e restaurado pelo Governo do Estado da Bahia. Para que se efetuasse a compra do antigo engenho e o seu restauro, foi de vital importância a atuação da arquiteta Lina Bo Bardi, que assumiu a direção do projeto de restauro e adaptação do monumento com o objetivo de transformá-lo em Museu de Arte Moderna. Mas o projeto era ainda mais ambicioso, e em seu entorno seria instalado o Museu de Arte e Tradições Populares da Bahia e a Universidade Popular. À partir de 1963, as instalações do Solar passaram a sediar o Museu de Arte Moderna da Bahia, o que permanece até os dias atuais.

¹⁴⁸ Bem inalienável vinculado à posse de um título de nobreza e que era transmitido, com este, ao filho mais velho de uma família, que se torna o possuidor ou herdeiro desse bem. (http://www.dicio.com.br/morgado_2/)

O trabalho de Lina Bo Bardi no Solar do Unhão se converteria em uma obra de restauração sem precedentes no Brasil, que até hoje permanece influenciando o campo da reutilização de antigos monumentos nacionais. O projeto de Lina valorizou e manteve todas as edificações, inclusive a capela que corria risco de ser demolida para a passagem de uma via urbana, a avenida Contorno.



Figura 61: Restauro do conjunto do Solar do Unhão e a construção da Avenida Cotorno, que passa em frente ao conjunto arquitetônico.

Fonte: Fonte: Carla Brandão Zollinger (2007), O Trapiche à beira da baía: a restauração do Unhão por Lina Bo Bardi in Anais do 7º Docomomo Brasil, Porto Alegre.

Sem negar o edifício original, reinventou-o, valorizando sua herança industrial (de antigo engenho), introduziu elementos como a escada helicoidal de madeira e as janelas pintadas de vermelho, que se tornaram seu *ex libris* e até hoje serve como referência da arquitetura contemporânea.



Figura 62: Escada helicoidal em madeira, representativa da interação entre antigo e moderno, no MAM-BA.

Fonte: <http://casa.abril.com.br/materia/lina-bo-bardi-9-historias-sobre-a-arquiteta-no-ano-de-seu-centenario> (Janeiro de 2016)

O MAM foi inaugurado em 1969, está vinculado a DIMUS (Diretoria de Museus), vinculado ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-Ba). A DIMUS tem por objetivo formular, promover e garantir a implementação de políticas públicas para o setor museológico, visando contribuir com a criação, a organização, o desenvolvimento e o fortalecimento destas instituições no estado da Bahia.



Figura 63: Solar do Unhão (MAM-BA).

Fonte: <https://www.vivasalvador.com.br> (Janeiro de 2016)

Em termos de estrutura, o MAM possui um espaço técnico com serviços de conservação, restauro e museologia; oito salas de exposição, um teatro, uma biblioteca e uma oficina de arte que oferece cursos abertos de pintura, modelagem, gravura, cerâmica, desenham, papel artesanal e escultura à toda comunidade.

A antiga Casa Grande ou o Solar propriamente dito, sedia o Museu de Arte Moderna, que conta com um acervo de arte contemporânea abrangente, com cerca de mil e duzentas obras, entre pinturas, esculturas, fotografias e desenhos, com destaque para trabalhos de grandes artistas do modernismo brasileiro, como Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Flávio de Carvalho, Di Cavalcanti, Rubem Valentim, José Pancetti, Carybé, Mário Cravo e Sante Scaldaferrri.



Figura 64: Interior do Museu de Arte Moderna (MAM-BA), no Solar do Unhão.

Fonte: http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2015/12/museu-de-arte-moderna_bahia-_25032015_001.jpg (Janeiro de 2016)

Na área externa encontra-se o Parque das Esculturas, inaugurado em 1997, é uma área a céu aberto para exposição de esculturas de médio e grande porte. À beira-mar encontram-se obras de autores contemporâneos como Emanuel Araújo, Mário Cravo Júnior, Mestre Didi, Sante Scaldaferrri, Siron Franco, Tati Moreno e Carybé, Este último, artista argentino radicado na Bahia, foi ainda o autor do gradil que cerca o espaço e também assina o projeto de um painel de concreto, localizado na parte final do jardim e do portal de entrada. A estrutura em ferro representa o sol e estilizações do acarajé.



Figura 65: Parque de esculturas do MAM.

Fonte: http://www.123rf.com/photo_39628057_silhouettes-in-the-parque-das-esculturas-sculpture-park-part-of-the-museum-of-modern-art-of-bahia-ma.html (Janeiro de 2016)

As dependências da antiga senzala encontram-se requalificadas como restaurante especializado. O elegante café/restaurante é uma das razões para o sucesso de público do MAM-BA. O empreendimento é reconhecido como um dos melhores restaurantes de comida típica baiana de Salvador. Além do restaurante/café, o MAM-BA utiliza de um outro expediente para atrair o público, a promoção de apresentações

musicais ao entardecer dos sábados, o que tem demonstrado ser um projeto muito bem-sucedido.

O MAM de Salvador é um raro exemplo de museu brasileiro que consegue manter um grande número de visitantes, cerca de duzentos mil ao ano, o que se deve a uma série de fatores, a começar pela fantástica localização geográfica, passando, claro, pelo excelente acervo permanente e as exposições itinerantes aí realizadas e às monumentais estruturas coloniais que formam o complexo. Entretanto é inegável que a bem montada estrutura cultural, com a abertura do café/restaurante e a utilização dos amplos espaços externos para promover eventos musicais, tem se mostrado um excelente meio de atrair visitantes, para esse que é um dos equipamentos culturais mais importantes do Brasil.

3.2.2. Palacete das Artes - Museu Rodin Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

O Palacete das Artes, também chamado de “*Villa Catharino*” localiza-se no tradicional Bairro da Graça, na cidade de Salvador, Bahia. Idealizado pelo arquiteto italiano Baptista Rossi e decorado por Oreste Sercelli, foi concluído em 1912, e pertencia ao comerciante e industrial Bernardo Martins Catharino, também conhecido como Comendador Catharino. Possui quatro pavimentos e apresenta uma arquitetura considerada na época moderna ao estilo europeu, com influências das arquiteturas francesa e inglesa de fins do século XVIII.

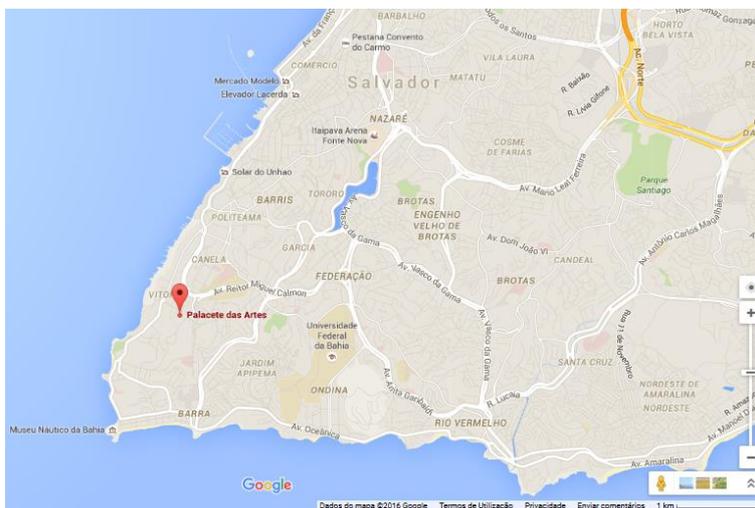


Figura 66: Localização do Palacete das Artes, Museu Rodin da Bahia.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

No ano de 1986 a “*Villa*” ou Palacete Catharino foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), pelo Decreto 33.252, sob o processo 004/82. Após o tombamento, o Palacete abrigou a Secretaria Estadual da Educação e

Cultura e os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura, até ser destinado a sediar o Palacete das Artes Rodin Bahia, em 2003. O Palacete Catharino tornou-se o primeiro imóvel de estilo eclético tombado pelo órgão patrimonial do estado da Bahia.



Figura 67: Fachada do Palacete das Artes ou Vila Catharino, Museu Rodin, Bahia.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=37385970> (Janeiro de 2016)

Para sua adequação, o Palacete recebeu um grande projeto de restauro e adaptação, com redimensionamento de alguns espaços internos e recuperação de todos os seus elementos estruturais e decorativos. Adaptou-se à mansão um anexo de traços arquitetônicos modernos, que passou a ser chamado de Sala Contemporânea, destinada a abrigar exposições temporárias.



Figura 68: Modificações feitas no Palacete das Artes, com construção de um anexo e incorporação de uma rampa a unir os dois edifícios.

Fonte: <http://www.palacetedasartes.ba.gov.br/rodin/exposicao> (Janeiro de 2016)

O projeto, iniciado em 2002 e concluído no ano de 2006, ficou a cargo da empresa Brasil Arquitetura, sob a direção dos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci e o paisagismo, de muito destaque no projeto, ficou a cargo de Raul Pereira. O valor aproximado das obras ficou na ordem de 2,8 milhões dólares, algo em torno de 2,6

milhões de euros, acrescidos a este valor mais 1,2 milhões de dólares investidos na aquisição de quatro réplicas em bronze de obras do escultor, o que perfaz um montante de 4 milhões de dólares.

As obras adquiridas junto ao Museu Rodin de Paris foram "*O Homem que Anda sobre a Coluna*", "*Jean de Fiènnès Nu*", "*A Mártir*" e "*Torso de Sombra*". Estas obras farão parte do acervo permanente do Museu. As quatro esculturas foram incorporadas aos jardins do museu.



Figura 69: Estátua de autoria de August Rodin, nos jardins do Museu Rodin da Bahia.

Fonte: <http://www.apontador.com.br> (Janeiro de 2016)

Além das aquisições, foi realizado um contrato entre o Estado da Bahia e o Museu Rodin de Paris, no qual este cede por empréstimo sessenta obras do autor para serem expostas na Bahia. Para gerir o Museu Rodin Bahia foi criada a Sociedade Cultural Auguste Rodin – Rodin Bahia – entidade sem fins lucrativos, para gerir e dar sustentabilidade a implantação do Museu Rodin. Como parte do acordo bilateral entre Bahia-França, a fundação tem por finalidade criar condições estruturais e logísticas para que o Museu possa executar o seu programa de incentivo e desenvolvimento das artes e da cultura na Bahia. A administração do Museu está a cargo da Diretoria de Museus (DIMUS), vinculada ao Instituto do Património Artístico da Bahia (IPAC-BA). A diretoria está a cargo do Dr. Murilo Ribeiro.

4. Proposta de revitalização e valorização do Convento de Santo António do Paraguaçu

Tendo em conta os exemplos acima descritos de sucesso no que respeita à conservação e salvaguarda do património de diversas ídoles (ainda que partindo alguns deles de situações de ruína das edificações), uma das ideias que sugerimos para a Proposta mencionada assenta na criação de um Centro de Interpretação da OFM na Bahia, no Convento de Santo António do Paraguaçu.

A seguir estão elencadas algumas das razões que fazem do Convento de Santo António do Paraguaçu o espaço ideal para a implantação do Centro de Interpretação Franciscana na Bahia:

- a) O Convento do Paraguaçu é um monumento histórico e cultural que se encontra quase totalmente desocupado e sem serventia;
- b) Seu estado de deterioração vem se acelerando nas últimas décadas e a utilização do monumento pode deter o processo de deterioração além de propiciar melhores condições de vida para o povoado que surgiu em torno do Convento;
- c) As facilidades de acesso, pois embora o convento seja uma construção relativamente isolada, próximo apenas de um pequeno povoado, chega-se com relativa facilidade a este monumento¹⁴⁹.

4.1. O Projeto de implantação do Centro de Interpretação Franciscano no Convento de Santo António do Paraguaçu

O projeto de implantação do Centro de Interpretação está pautado na interdisciplinaridade, com atuação das áreas afins no projeto básico: História, Patrimônio, Arqueologia, Museologia e Educação Patrimonial. Além disso, tornam-se necessárias atuações complementares nas áreas relativas a estrutura física, com destaque para a adequação elétrica, climática, hidráulica, paisagismo e segurança. Como principais objetivos, sublinhamos:

- Fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva dos habitantes locais ao valorizar a autoestima dos indivíduos e da comunidade onde se insere o Convento;
- Demonstrar a necessidade do uso do patrimônio como meio de preservação;
- Trazer a tona histórias da OFM na Bahia e na região do Iguape;
- Reconhecer a indispensável atuação da OFM na Bahia e sua contribuição para a educação a cultura locais;
- Ressaltar a relevância da OFM na expansão da fé católica no Brasil;

¹⁴⁹ Chega-se ao Convento do Paraguaçu, à partir da sede do município de Cachoeira, utilizando-se a rodovia estadual BA 420, que liga Cachoeira a Santo Amaro, e daí até a estrada para a Vila de São Francisco do Paraguaçu, utiliza-se a antiga estrada da Fazenda Opalma, atual BA 880; à partir de Salvador, utiliza-se a rodovia nacional BR 324 até o entroncamento da BA 420, sentido Santo Amaro-Cachoeira, até a entrada da estrada da Fazenda Opalma, BA 880, que leva até o povoado de São Francisco do Paraguaçu. Também é possível chegar utilizando-se a via fluvial, pois existem barcos que fazem o percurso e podem ser contratados no porto de Cachoeira; e à partir do porto de Salvador, de barco, através da baía de Todos os Santos e do rio Paraguaçu.

- Apreciar a existência de uma identidade arquitetônica nos espaços religiosos franciscanos no Brasil, enquadrando o convento de Santo Antônio de Paraguaçu.

Quanto aos diversos espaços do convento, já referimos a necessidade de limpeza de toda a área ao redor da igreja e do convento que corresponde a cerca do convento, o que supõe retirar o excesso de vegetação, principalmente na área que se localiza nos fundos da Igreja, onde é possível ver quase encoberto por ervas daninhas o pequeno aqueduto edificado em pedra e cal provavelmente durante o século XIX.

Em relação ao conjunto construído, a área destinada à implantação do Centro de Interpretação deverá receber intervenções pontuais no sentido de adequar as instalações ao seu uso. Torna-se necessário, no sentido de manter o seu entorno mais seguro a uma visitação mais intensa, a estabilização de algumas partes do convento ou isolamento de outras que possam representar risco físico aos visitantes (algumas áreas do convento, cujas paredes apresentam rachaduras, por exemplo). Tais intervenções têm que ser feitas de maneira delicada e discreta, tendo sempre em vista que não será permitida a descaracterização do monumento.

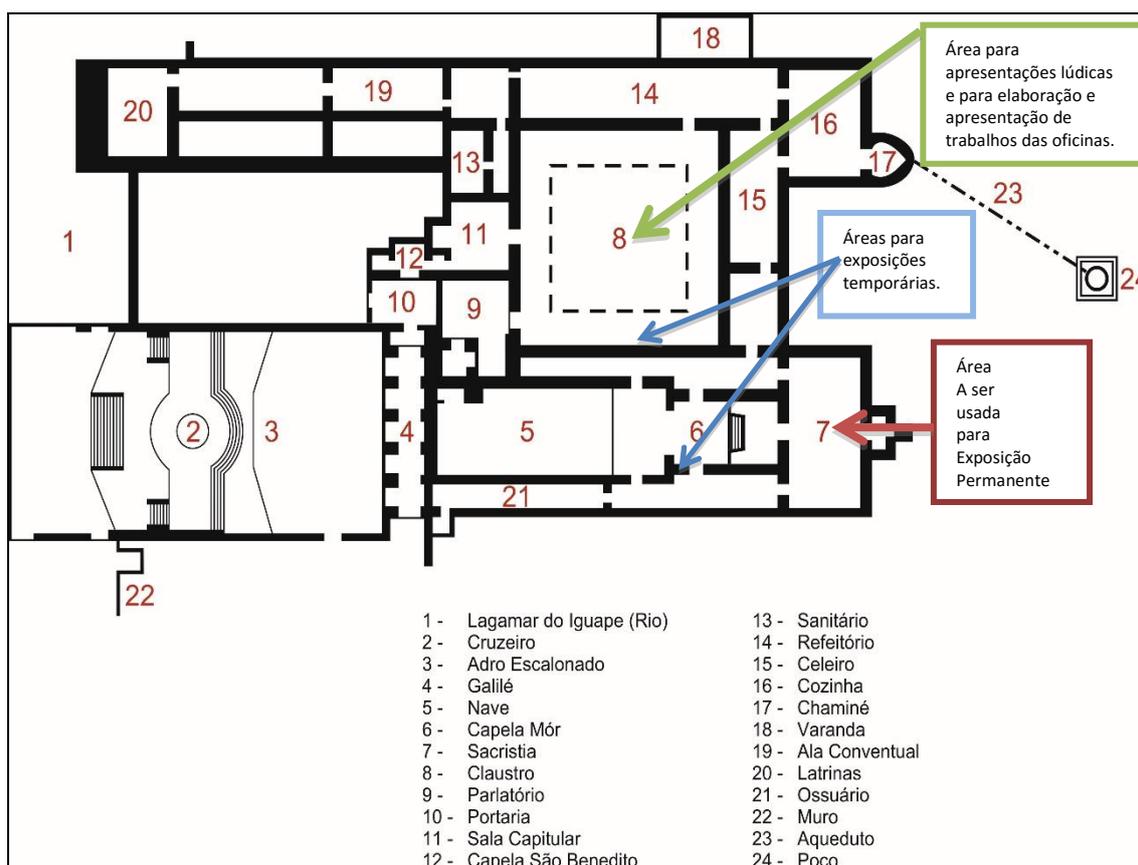


Figura 70: Planta do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu com a indicação das alterações para implantação do projeto de reutilização.

Fonte: Adaptado de *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, II Parte, p. 113.

No que respeita à parte museográfica, sublinhamos a necessidade de expor nas áreas de circulação, em torno da Igreja Conventual cópias de documentos e objetos que possam ser de interesse público e que estejam relacionados a OFM na Bahia. Como o projeto prevê uma intervenção arqueológica nas áreas que correspondem a antiga Cerca do Convento, seria de interesse a exposição de possíveis achados arqueológicos que por ventura ocorram nas escavações.¹⁵⁰

4.1.1. Estratégia de desenvolvimento:

A- Estratégia curatorial:

- O Centro de Interpretação da OFM da Bahia deverá atuar no sentido de ajudar os visitantes assim como a comunidade local a melhor compreender a obra da Ordem Franciscana na Bahia, desde os tempos coloniais até a atualidade;
- Seu eixo conceitual deverá centrar-se no reconhecimento da indispensável atuação da OFM na Bahia, ressaltando sua relevância na expansão da fé católica e na sua excepcional contribuição para a educação e a cultura locais.

Esse enfoque tem o potencial de promover uma discussão crítica do trabalho da OFM na Bahia, desde sua instalação há mais de 400 anos até os dias atuais;

- Promoção de diversos eventos que objetivem a dinamização e incentivo cultural, estimulando o diálogo entre a História e o excepcional património legado pelos franciscanos para a cultura baiana, seja ele material ou intangível. Entre esses eventos destacam-se: Exposições monográficas, de trabalhos cujos conteúdos estejam relacionados à obra franciscana na Bahia; Exposições temáticas de documentos, obras e objetos relacionados aos franciscanos na Bahia; projetos especiais no sentido de abrir linhas de intercâmbio com comunidades artísticas, académicas e culturais em geral, que desenvolvam projetos tais como palestras, workshops, encenações, entre outras atividades que tenham um cunho pedagógico, apostando na vertente da herança patrimonial franciscana, privilegiando o domínio artístico.

B- Estratégia Educativa

O projeto de implantação do Centro de Interpretação da OFM da Bahia terá como eixos principais:

¹⁵⁰ O pré-projeto de escavação arqueológica encontra-se em anexo.

- Ações de cooperação com faculdades e universidades, visando a realização de estudos e pesquisas, bem como demais atividades de campo, de formação e informação, passíveis de serem relacionadas ao universo da OFM e sua atuação histórica na Bahia.

Num âmbito territorial mais restrito, podemos destacar a presença de diversas instituições de curso superior, tanto no município de Cachoeira como nas regiões próximas. No Município de Cachoeira está instalado o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que congrega os cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, além de Bacharelado em Artes Visuais (Multimeios), Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social (Jornalismo), Museologia, Serviço Social, e Tecnológico em Gestão Pública. Além de congregar a área de humanidades da UFRB, o município de Cachoeira é também a sede da Faculdade Adventista da Bahia, instituição privada que atende a comunidade com cursos de Educação Básica, Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Fisioterapia, Gestão de Tecnologia da Informação, Psicologia, Pedagogia, Secretariado, Sistemas de Informação e Teologia.

Além da Universidade Federal e da Faculdade Adventista, nas áreas vizinhas ao município de Cachoeira estão instaladas diversas outras instituições de curso superior, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Santo Antônio de Jesus, Universidade Federal da Bahia (UFBa), com sede em Salvador, a Universidade Católica do Salvador (UCSal), com sede em Salvador, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com sede em Salvador, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com sede em Feira de Santana, e diversas universidades e faculdades privadas, sendo que em quase todas as instituições há a oferta do curso de Licenciatura, Mestrado e Doutorado na área de História, possibilitando o intercâmbio do Centro de Interpretação com os mais diversos cursos superiores instalados a curta distância do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu;

- Intercâmbios com instituições de ensino públicas e privadas, dos diversos níveis de ensino (fundamental, médio e superior) com o intuito de desenvolver projetos de visitação sistemática, com atividades programadas, tais como oficinas, palestras e encenações relacionadas a Educação Patrimonial, com o intuito de desenvolver o interesse da população local pelo belo monumento franciscano e pela obra dos franciscanos na Bahia;
- Também é possível desenvolver projetos de Educação Ambiental, uma vez que o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu encontra-se dentro da área

delimitada que faz parte da Reserva Extractivista da Baía de Iguape¹⁵¹. Para tanto, é necessária a interação do Projeto do Centro de Interpretação com as Secretarias de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e do Município de Cachoeira.

4.1.2. Diretrizes de comunicação

- O Centro de Interpretação como mecanismo de informação entre o público e a história da OFM;
- Ação pedagógica, com elaboração de roteiros de viagens explicativos, elaboração de um site destinado a manter a informação junto aos interessados em conhecer o património erigido às margens do Paraguaçu assim como em conhecer a grande obra franciscana na Bahia;
- Elaboração de DVD e livro contando a história do Convento do Paraguaçu e a importância da obra franciscana na Bahia;
- Incentivo e fomento de diversas manifestações de cunho cultural e educacional que tenham como tema a obra franciscana na Bahia, o património por estes legados à população, a riqueza do entorno do Convento do Paraguaçu, com destaque para sua história relacionada aos Engenhos de Açúcar e as atividades piscatórias, assim como a cultura baiana em geral.

4.1.3. Captação de recursos:

Para garantia da sustentabilidade do Centro Interpretativo, faz-se necessário estabelecer uma série de acordos com órgãos nacionais e estaduais, assim como procurar o apoio de instituições privadas, amparando-se nas leis que favorecem as iniciativas público-privadas. Assim sendo, seriam privilegiadas algumas estratégias, tais como:

- Concurso a Programas nacionais e estaduais de incentivo à cultura, amparados pela Lei Rouanet¹⁵²;
- Procura de apoio junto de Agências de desenvolvimento e programas nacionais de financiamento (Banco do Nordeste, BNDS, PRODETUR-BA);
- Procura de apoio junto de Organizações não-governamentais com o objetivo e ações voltadas ao setor sociocultural;
- Procura de apoio junto de mídia e público em geral, bem como de mecenas locais ou nacionais.

4.1.4. Públicos-alvo

¹⁵¹ Resex Baía de Iguape ou Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape é uma unidade de conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista e criada por Decreto Presidencial em 11 de agosto de 2000 numa área de 8.117 hectares no estado da Bahia.

¹⁵² Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural.

- Alunos dos diversos níveis da educação;
- Visitantes e turistas em geral;
- Pessoas e órgãos interessados em preservação patrimonial;
- Pessoas e órgãos interessados na história da religião na Bahia e, de maneira mais específica, nas realizações dos franciscanos, entre outros.

4.1.5. Indicadores de sustentabilidade

O desenvolvimento e manutenção do Centro de Interpretação da OFM da Bahia serão assegurados à partir de ações próprias e ações de cooperação através de parceiros, configurando três fontes básicas de receita:

A- Institucionais

- Convênios de manutenção e cooperação técnica e financeira entre o Estado da Bahia, com intermediação da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, e a entidade mantenedora do Convento do Paraguaçu, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia;
- Convênios técnico entre o centro de Interpretação e as universidades oficiais e privadas que estabeleçam relações de cooperação com o Convento;
- Ações patrocinadas pela iniciativa privada através de leis de incentivo à cultura (Lei Rouanet).

B- Própria

- Arrecadação de bilheteria;
- Receita de venda de CD;

C- Patrimonial

- Doações;
- Proventos.

D- Outras estratégias de arrecadação

- Possibilidade de criação de um café dentro das instalações do Convento ou mais especificamente contra o Centro de Interpretação que renderia dividendos para a manutenção do centro de Interpretação e do próprio convento;
- Criação de uma associação de “Amigos do Convento de Santo António do Paraguaçu” para viabilizar a arrecadação de doações mediante Projetos de Lei de incentivo fiscal.

4.1.6. Fundos iniciais para a criação do centro de Interpretação

Cabe à Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, em conjunto com a Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Cachoeira buscar recursos para as obras necessárias e a instalação e funcionamento do centro de Interpretação da OFM da Bahia.

4.1.7. Gestão

A gestão do Centro de Interpretação ficará por conta da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, em convênio com a Secretaria de Secretaria e Turismo do Município de Cachoeira e da Associação de Moradores do Povoado de São Francisco do Paraguaçu, com a devida permissão e assessoria da Arquidiocese de São Salvador da Bahia e dos órgãos patrimoniais IPHAN e IPAC-BA.

4.2. Proposta de roteiros culturais que incluem o Convento de Santo António do Paraguaçu¹⁵³

Os roteiros propostos a seguir servem como complemento ao entendimento do período em que existiu o Convento de Santo António do Paraguaçu, assim como ajuda a analisar a dinâmica então existente nessa região, com todo o poder económico e político que esta ostentou durante o período colonial, o que ajuda a compreender a existência de tão importantes edificações na região do Iguape.

No Roteiro nº 1, proponho um percurso pelo centro histórico da cidade de Cachoeira, sede administrativa do município onde se insere o Convento do Paraguaçu; no centro histórico visita-se o Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Capela D’Ajuda; em seguida visita-se o Seminário Jesuíta de Belém de Cachoeira, localizado no distrito de Belém e finalmente chega-se ao Convento do Paraguaçu. As visitas guiadas a estes importantes monumentos religiosos, visam ressaltar o importante papel desempenhado pela religião Católica na região do Iguape, com a implantação de conventos de três ordens monásticas (jesuítas, franciscanos e carmelitas) além das importantes edificações seculares, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.¹⁵⁴

No Roteiro nº 2, proponho um percurso aquático, que pode ser feito à partir do porto de Salvador ou à partir do porto de Cachoeira. Deste percurso consta a visitação importantes edificações localizadas à beira do Iguape, como a Igreja Matriz de Santiago do Iguape, a capela da Penha, o Forte de Santa Cruz do Paraguaçu e as ruínas do Engenho Novo, além do Convento do Paraguaçu.

A escolha destes monumentos justifica-se como parte do entendimento da importância do Iguape, local dos maiores e mais produtivos engenhos de açúcar da Bahia e do Brasil durante os séculos XVII e XVIII, o que gerou toda esta riqueza patrimonial (igrejas, conventos, capelas etc.) e que, portanto, necessitava ser resguardada e

¹⁵³ Os roteiros encontram-se em anexo.

¹⁵⁴ Roteiro em anexo (anexo 4).

protegida por fortes. Para tanto foram construídos no decorrer do século XVII os fortes de Santa Cruz do Paraguaçu (atualmente denominado Forte da Salamina) e o Forte da Força, que já não existe.¹⁵⁵

No Roteiro nº 3, proponho uma excursão cultural pelos quatro conventos construídos pelos franciscanos na Bahia durante o Período Colonial. Nesse percurso visita-se algumas das mais belas joias do barroco colonial brasileiro, como os conventos de São

Francisco de Salvador, que integra a área do centro histórico da cidade reconhecida como património da humanidade, o Convento de Santo António de Cairu, e o Convento de Santo António de São Francisco do Conde.¹⁵⁶

Os três roteiros turísticos que fazem parte do projeto de reutilização do Convento do Paraguaçu e integram sua área envolvente foram propostos aos técnicos do PRODETUR-BA (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo-BA), programa ligado ao Ministério do Turismo do Brasil (MTur) que tem por objetivo organizar intervenções públicas para o desenvolvimento do turismo cultural em estados e municípios, tendo como parceiros nacionais as secretarias de turismo estaduais e municipais e como parceiros e financiadores internacionais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento.

No momento o PRODETUR-BA está desenvolvendo um projeto de investimento em turismo cultural náutico, tendo como ponto principal o desenvolvimento de quatro bases de turismo náutico, com a criação de roteiros pela baía de Todos os Santos que articulem o turismo aos aspetos ligados a história e património locais, além da herança afro-brasileira. O projeto, em parceria com a Secretaria de Turismo do estado da Bahia, possui uma verba de oitenta e cinco milhões de dólares, cerca de oitenta milhões de euros para efetivar os investimentos.

¹⁵⁵ Roteiro em anexo (anexo 5).

¹⁵⁶ Roteiro em anexo (anexo 6).

Considerações Finais

O primeiro passo para a preservação do património é investigá-lo, pesquisá-lo e, assim, conhecê-lo. No Brasil, entretanto, as fontes franciscanas disponíveis são escassas, assim como os trabalhos já realizados sobre a Ordem. A escassez de fontes, em parte, deve-se à própria Ordem, que pouco cuidado teve com suas documentações; já o reduzido número de pesquisas e trabalhos deve-se a uma subvalorização da atuação da OFM no Brasil enquanto parceira da Coroa portuguesa no processo de colonização.

Apesar das dificuldades, no decorrer deste trabalho foram realizados estudos e análises bibliográficas, além de visitas e elaboração de um acervo fotográfico, que possibilitaram traçar o percurso histórico da Província de Santo António do Brasil e do convento de Santo António do Paraguaçu.

A Província de Santo António do Brasil, antiga Custódia de Santo António de Lisboa, edificou e coordenou treze conventos do Nordeste¹⁵⁷, além de alguns hospícios e das muitas missões, entre os séculos XVI e o princípio do século XX. De entre estes treze conventos, Santo António do Paraguaçu, por diversas razões, reveste-se de grande importância histórica, além de arquitetónica, artística e patrimonial.

O Convento do Paraguaçu, edificado em situação especial, entre o rio de mesmo nome e os montes cobertos de florestas, foi um dos dois únicos noviciados franciscanos do Nordeste, nesse noviciado formaram-se grandes nomes da Ordem, tendo como figura de maior destaque o cronista António de Santa Maria Jaboatão. Além disso, o convento foi um dos dois primeiros construídos no Brasil após a separação entre a Custódia do Brasil e a Província de Lisboa, e, assim como Cairu, inaugurou a tipologia piramidal e monumental no Brasil.

Os conhecimentos adquiridos, além de servirem para a elaboração do histórico, serviram também de embasamento para que fossem traçados estratégias e caminhos

¹⁵⁷ Convento de São Francisco, em Olinda-PE (fundado em 1585/reconstruído na segunda metade do século XVII); Convento de São Francisco, em Salvador-BA, (fundado em 1587/reconstruído em 1686); Convento de Santo António, em Igaracu-PE (fundado em 1588/reconstruído 1661); Convento de Santo Antônio, em João Pessoa (antiga Paraíba)-PB, (fundado em 1589-90/reconstruído entre 1700 e 1710); Convento de Santo António do Recife-PE (fundado em 1606/reconstruído em 1654); Convento de Senhor Santo Cristo, em Ipojuca-PE (fundado em 1606/reconstruído em 1654); Convento de Santo António, na Vila de São Francisco do Conde-BA (construído na segunda metade do sec. XVII); Convento de São Francisco, em Serinhaém-PE (fundado em 1630/reconstruído em 1654); Convento de Santo António, em Cairu-BA (construído iniciada em 1654); Convento de Santo António do Paraguaçu ou Iguape, em Cachoeira/Santiago do Iguape-BA (construído entre 1658 e 1686).

que possibilitem a reutilização e a reabilitação deste importante património religioso luso-brasileiro, que se encontra em sério risco de desaparecer.

Levando-se em consideração que a melhor maneira de preservar um património é dando-lhe serventia, e que essa serventia, como ressalta a Carta de Vila Vignoni, esteja, preferencialmente de acordo com sua primitiva finalidade, ou seja, que esteja de acordo com seu carácter religioso, foi elaborado um projeto de implantação de um Centro de Interpretação da Ordem Franciscana na Bahia no Convento de Santo António do Paraguaçu, mais especificamente utilizando áreas que encontram-se sem utilidade, como a Sacristia, os corredores laterais da Igreja e a área externa do antigo Claustro.

O projeto de revitalização prevê ainda uma parceria com o setor de arqueologia da UNEB (Universidade Estadual da Bahia) e o seu laboratório de arqueologia, tendo por objetivo por em prática, com as devidas autorizações legais dos proprietários do terreno, o Sr. Eduardo Santana e do IPHAN, secção Bahia, um projeto de escavação arqueológica do perímetro intramuros ou cerca, para resgate de possíveis materiais e criação de um acervo fotográfico que possam fazer parte das exposições permanentes do Centro de Interpretação.

Além da parte museológica, o projeto prevê o estabelecimento de uma política de educação patrimonial em âmbito local, municipal e regional, que levem os conhecimentos adquiridos e outros que sejam elaborados no decorrer de execução do projeto, a população, fazendo com que se fortaleçam os laços e a interação entre comunidade e monumento.

Também, como parte do projeto, prevê-se a criação de três itinerários que tem no Convento de Santo António do Paraguaçu o ponto de convergência. E como ressalta a Carta do Itinerário Cultural, “(...) *respeitando o valor inerente a cada um dos seus elementos, o Itinerário Cultural enriquece a mensagem espiritual do passado de todos os que o compõem como peças pertencentes a um conjunto que reforça o seu sentido.*” Assim, através dos itinerários propostos, pretende-se que a história e a importância do Convento do Paraguaçu sejam melhor compreendidas pelos habitantes locais e pelos visitantes. Neste sentido cabe ressaltar a oportunidade de cooperação com o PRODETUR-BA, (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo), programa ligado ao Ministério do Turismo do Brasil (MTur) que tem por objetivo organizar intervenções públicas para o desenvolvimento do turismo cultural em estados e municípios.

O estudo e a elaboração do projeto constituem apenas um contributo para o conhecimento da Ordem Franciscana na Bahia e do Convento do Paraguaçu. Dada a importância do tema e dos subtemas aqui tratados, considera-se que há ainda muito o

que percorrer no campo da investigação, sendo este um campo fértil de trabalho para outras investigações, em diversas áreas afins (arqueologia, sociologia, geografia, história da arte, etc.) que visem aprofundar os conhecimentos sobre os temas aqui tratados.

Referências Bibliográficas

Fontes manuscritas

AMUL (ARQUIVO DA MARINHA E ULTRAMAR), Tomo III, Bahia 1786-1798, nº 17418.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Códice 1 2/28. Ordens Régias de 1730-1731.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA, Códice CXV/2-3, Fls. 622-624

Fontes impressas

ABREU, Capistrano (1963), *Capítulos de História Colonial – O Povoamento do Brasil e caminhos Antigos*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 5ª Edição

ALMEIDA, Fortunato de (1912), *História da Igreja em Portugal*, Coimbra: Imprensa Académica, Tomo III, Parte I.

ANTONIL, André João (1982), *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

BAZIN, Germain (1984), *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record. (Edição original francesa: 1956)

CALDAS, José Antônio (1959), *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Bahia: Edição facsimilar do IGHB.

CASAL, Manuel Aires de (1817), *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, Tomo I.

CONSTANCIO, Solano Francisco (1839), *História do Brasil desde o seu Descobrimto por Pedro Álvares Cabral até a Abdicação do Imperador D. Pedro I*. Paris: Typographia de Casemir.

FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.) (1958), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, Vol. XX.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, 2 tomos, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense. (Edição original do primeiro tomo: Lisboa, 1761)

LIMA, José Ignacio de Abreu e (1843), *Compêndio da História do Brasil*, Rio de Janeiro: Editores Eduardo e Henrique de Laemmert, Tomo I.

Memórias da Viagem de suas Magestades Imperiaes à Província da Bahia (1867), Rio de Janeiro: Typographia Industrial Nacional de Cotrim e Campos.

MORAES, Alexandre José Mello de (1858), *Corographia Histórica, Corographica, Genealogica, Mobiliaria, e Política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typgraphia Americana de José Soares de Pinho, Tomo I.

PEIXOTO, Afrânio (1980), *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura.

PIMENTEL, Alfredo Vieira (1938), *Anaes do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, Vol. 26.

PITTA, Sebastião da Rocha (1880), *História da América Portuguesa – Desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva Editor.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e (1835), *Memórias Históricas, e Políticas da Província da Bahia*. Salvador: Typografia do correio Mercantil de Précourt e Cia.

SILVA, J. M. Pereira da (1865), *História da Fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor.

SOUTHEY, Robert (1832), *História do Brazil*, Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, Tomo II.

SOUSA, Gabriel Soares de (1851), *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1854), *História Geral do Brasil*. Madrid: Imprensa de V. de Dominguez.

IDEM (1871), *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Viena: Impresso de Carlos Finsterback.

VON SPIX, Johann Baptiste & VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp (1928), *Através da Bahia (Exerptos da obra Reise in Brasilien)*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 2ª edição.

Estudos

ALVES, Marieta, SMITH, Robert C., OTT Carlos (1967), *As Artes na Bahia. Arquitetura Colonial*, Salvador: Publicação da Prefeitura Municipal do Salvador.

AMORIM, Maria Adelina (2005), *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará, Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa: CLEPUL, Centro de Estudos de Expressão Portuguesa, Universidade de Lisboa: CEHR, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa.

ANDRADE, Mário de (1976), *O turista aprendiz*, São Paulo: Duas Cidades; CSST/ SP.

ANGOULVENT, Anne-Laure (1996), *O Barroco*. Sintra: Mem Martins-Sintra, Portugal, Publicações Europa-América, LDA.

ARGOLO, José Dirson (2010), *O Convento Franciscano de Cairu*, Brasília: Ministério da Cultura, Monumenta/IPHAN.

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1980), *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein (1990), *Arquitetura do Açúcar. Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial*. São Paulo: Nobel.

BRANDI, Cesare (2004), *Teoria da restauração*, São Paulo, SP: Ateliê Editorial.

BURY, John (1991), *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Nobel.

CALMON, Pedro (1971), *História do Brasil, século XVII – Conclusão – Formação Brasileira, século XVIII, Riquezas e Vicissitudes*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Vol. III.

CAMPELLO, Glauco (2001), *O Brilho da Simplicidade: dois estudos sobre a arquitetura religiosa no Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COSTA, Robson Pedrosa (2008), “As ordens religiosas e a escravidão negra no Brasil”, in *Anais do II encontro internacional de história colonial*. Caicó (RN): Mneme – Revista de Humanidades, UFRN, V. 9. n. 24.

CURY, Isabelle (2000), *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio.

DIAS, Pedro (1999), *História da Arte Portuguesa no Mundo, O Espaço Atlântico*. Navarra-Espanha: Círculo de Leitores.

FALBEL. Nachman (1999), *Heresias Medievais*, São Paulo: Editora Perspectiva.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (coord.) (1993), *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coordenação) (2008), *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras I*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

FLEXOR, Maria Helena Ochi (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, vol 9, tomo 1.

IDEM (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, vol 9, tomo 2.

IDEM (2010), *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, vol 9, tomo 3.

FONSECA, Fernando Luís da (1973), *Santo Antônio do Paraguaçu*, Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Série Arte e Monumentos.

IDEM (1988), *Santo Antonio do Paraguaçu e o Convento de São Francisco do Conde*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia.

- FRANCO JR, Hilário (2006), *A Idade Média. Nascimento do Ocidente*. Brasiliense: São Paulo, Edição 2ª.
- FRAGOSO, Hugo (2004), *São Francisco do Paraguaçu – Uma história sepultada sob ruínas*, Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo.
- FREYRE, Gilberto (1959), *A Propósito de Frades*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia-UFBa.
- GUERREIRO, Manuel Viegas (1974), *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil: (1 de maio de 1500)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- HOUAISS, Antônio (2011), *Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos*, São Paulo: Publifolha, 3ª Ed.
- IPAC-BA (1988), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo.
- IDEM (1997), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, II Parte, 2ª Edição, Vol. 3
- IDEM (1988), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1ª Edição.
- IRIARTE, Lázaro (OFM) (1985), *História Franciscana*, Petrópolis: Editora Vozes, Coleção CEFEPAL, Série Estudos Franciscanos.
- JOHNSON, Paul (2001), *História do Cristianismo*. IMAGO Editora: Rio de Janeiro.
- JORDAN, Kátia Fraga (org.) (2006), *De Villa Catharino a Museu Rodin da Bahia 1912-2006: um palacete bahiano e sua história*. Salvador: Solisluna Design e Editora.
- KÜHL, Beatriz Mugayar (2002), “Os Restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração”, In BOITO, Camillo, *Os Restauradores*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- LE GOFF, Jacques (2001), *São Francisco de Assis*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record.
- LEON, Antonio Ybot (1961), *Atas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Vol. 5. Lisboa.
- LINS, Eugênio de Ávila (2008), “A vida temporal e espiritual das Casas Franciscanas em face aos estatutos da província de Santo Antônio do Brasil”, in *Os Franciscanos no Mundo Português, Artistas e Obras*, coord. Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto: CEPES.
- MATTOSO, José (Org.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo – América do Sul*. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTOSO, Katia M (1991), *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- MECO, José (1985), *Azulejaria portuguesa*, Lisboa: Bertrand, 4 ed.

MELLO, Suzana Leandro de (2010), *Religiosidade no Brasil Colonial: O caso da Bahia (Séculos XVI-XVII)*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, (Dissertação de Mestrado).

MENEZES, Ivo Porto (2006), *Bens Culturais da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (1969), *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife: Editora da UFPE, 2ª Edição.

MOREIRA, António Montes (1996), *O Franciscanismo em Portugal: III-IV seminários: Actas*. Lisboa: Fundação Oriente.

MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (Org.) (2002), *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

OTT, Carlos (1991), *História das Artes Plásticas na Bahia (1500-1900), Arquitetura*. Salvador: Alfa Gráfica, Vol. 1.

IDEM (1996), *Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. Os Engenhos*. Salvador: Bigraf, Vol. 1.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Brasil colônia*, São Paulo: Brasiliense, 1961 [1942], 6. ed.

IDEM (1994), *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 42ª Edição.

PEREIRA, Sonia Gomes (editora literária), OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de (editora literária) (2004), *Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro: CBHA, PUC-Rio: UERJ- UFRJ.

PINSKY, Jaime, FUNARI, e Pedro Paulo (Organização) (2015), *Turismo e patrimônio cultural*, São Paulo: Contexto, 5. edição.

Plano Estratégico do Turismo Náutico na Bahia de Todos os Santos, Relatório Final (2009), Salvador: Governo Federal, Ministério do Turismo, Governo do Estado da Bahia-SETUR/Superintendência de Investimento em Polos Turísticos-SUINVEST

ROWER, Basílio (OFM) (1942), *A Ordem Franciscana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

SANTANA, N.S. (2008), *Análise Socioambiental das Áreas Circunvizinhas à Baía do Iguape-Ba*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado em Geografia-UFBa).

SANTANA, Francisco, MASCARENHAS, José Manuel de, OLIVEIRA, Mário Mendonça de, JORGE, Virgolino Ferreira. *O Sistema Hidraulico do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu (Bahia, Brasil)* (2009), Actas III Congresso Internacional sobre el franciscanismo en la Península Ibérica. Ciudad Rodrigo (Salamanca), II volumem.

SANTANA, Francisco de Assis Salgado de (1988), *Igreja e convento de Santo Antônio do Paraguaçu*, in VI Curso de Restauração e Conservação em Monumentos e Conjuntos Históricos, VI Cece, Salvador: Cece/FAUFBa.

- SANTOS, Reinaldo dos (1968), *As Artes Plásticas no Brasil: Antecedentes Portugueses e Exóticos*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, NETO, José Cavalcanti (2008), *Pousada do Convento do Carmo em Salvador da Bahia: A Experiência das Pousadas de Portugal na Reabilitação de Edifícios Monásticos para Pousadas Turísticas*, in Anais do ArquiMemória 3, Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador da Bahia: Função Social, Integração e Participação, Instituto de Arquitetos do Brasil.
- SCHAWARTZ, Stuart B. (2005), *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 a 1835*. São Paulo: Cia das Letras.
- SERPA, Luiz Felipe Perret (Coordenador) (s.d.), *Projeto Paraguaçu*. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão Programa UFBA.
- SILVA-SANTANA, C. C. SILVA, V. C. SANTANA, H. A. (2009), *Relatório Projeto Arqueológico Polo Naval*, Salvador: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
- SILVA, José Afonso da (1981) *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda.
- SIMÕES, João M. dos Santos (1965), *Azulejaria portuguesa no Brasil (1500-1822)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SMITH, Robert C. (2010), *Arquitetura colonial baiana alguns aspectos de sua história*. Salvador: EDUFBA.
- IDEM (1969), *Arquitetura Civil do Período Colonial*. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 17. Rio de Janeiro: IPHAN.
- IDEM (1955), *Arquitetura Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Progresso.
- SOUSA, Alberto (2005), *A invenção do barroco brasileiro: A igreja de franciscana de Cairu*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB.
- SOUSA, Antonio Loureiro de (1972), *Notícia Histórica de Cachoeira*. Salvador: Estudos Baianos, UFBA, n. 5.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) (2005), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, LDA.
- TAVARES, Luís Henrique Dias (2008), *História da Bahia*. São Paulo: Ed. Da UNESP; Salvador: EDUFBA, 11^o edição.
- IDEM (1999), *O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governo-gerais das terras do Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- TOURAULT, Philippe (1996), *História Concisa da Igreja. Biblioteca da História*. Sintra: Publicações Europa-América/Mem Martins.

VALLADARES, Clarival do Prado (1990), *Nordeste Histórico e Monumental*, Salvador: Editora da Fundação Emílio Odebrecht, Vol. IV.

VEIGA, E. (s.d), *Arquitetura Luso Brasileira e suas Relações com a Toponímia. Toponímia e fragmentos da arquitetura tradicional de herança portuguesa: Algumas certezas, alguns mitos e certos equívocos*. Santa Catarina. UNISUL.

WILLEKE, Frei Venâncio (1977), *Franciscanos na história do Brasil*. Petrópolis: Vozes.

IDEM (1978), *Livro dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia, 1587-1862*. Rio de Janeiro: MEC- Ministério da Educação e Cultura: IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IDEM (1976), *Senzalas de Conventos*, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo: IHGSP, V. 27, p. 355-376.

XAVIER, António Manuel (2005), *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*, Évora: Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

ZANINI, Walter (Org) (1983), *História Geral da Arte no Brasil.*, São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, vol.1.

ZOLLINGER, Carla Brandão (2007), O Trapiche à beira da baía: a restauração do Unhão por Lina Bo Bardi in Anais do 7º Docomomo Brasil, Porto Alegre.

Periódicos

O PRELO (2012), Revista Cultural e Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Estado do Rio de Janeiro –março 2012 - ANO IX nº 29

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1937), O Seminário de Belém de Cachoeira, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Volume 1.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1938), Considerações Sobre Arte Religiosa no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Volume 2.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1942), Algumas Notas Sobre o Uso da Pedra na Arquitetura Religiosa no Nordeste. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Volume 6.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1943), Os Azulejos do Convento de São Francisco da Bahia. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Directoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Volume 7.

WEBGRAFIA

<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/brasil-colonia-documentos-2-regimento-de-tome-de-sousa-1548.jhtm> Acesso em Educação Uol, Regimento de Tomé de Souza.

Último acesso: 06/01/16, às 09:35 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1934, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:42 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1937, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:45 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1946, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:48 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1967, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:45 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em Constituição Federal do Brasil, 1988, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 10:00 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em Decreto Lei n. 25, Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:49 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm Acesso em **Decreto-Lei n. 3.365**, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:50 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm Acesso em **Decreto-Lei n. 3.365**, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 10/01/16, às 9:50 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3924.htm Acesso em **Decreto-Lei n. 3924**, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 06/01/16, às 9:53 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm Acesso Decreto n. 7.107, Acordo Brasil-Santa Sé, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 31/10/2015, às 15:30 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm Acesso Decreto 119-A, Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 31/10/2015, às 15:35 h.

<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?id=73273> Acesso Constituição do Estado da Bahia, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Último acesso: 12/12/2015, às 13:10 h.

<http://portal.iphan.gov.br/legislacao> Acesso a Cartas e Convenções Patrimoniais.

Último acesso: 06/01/16, às 10:03 h.

http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1038 Acesso a Tombamento do Lavabo do Convento de Santo Antônio de Paraguaçu

Último acesso: 06/01/16, às 10:08 h.

http://www.ofmsantoantonio.org/?page_id=13 Acesso da História da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil.

Último acesso: 06/01/16, às 10:17 h.

<http://www.franciscanos.org.br/?p=74326#sthash.QH4BZQw8.dpuf> Acesso a Carta do Papa Francisco pelo Ano da Vida Consagrada.

Último acesso: 31/10/2015, às 14:30 h.

<http://camaradecachoeira.blogspot.pt/2013/07/texto-da-lei-organica-municipal-revisado.html> Acesso ao Projeto de Lei Orgânica do Município de Cachoeira-BA.

Último acesso: 06/01/16, às 10:23 h.

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11991> Repositório de Dissertações e Teses da Universidade federal da Bahia.

Último acesso: 06/01/16, às 10:30 h.

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11749> Repositório de Dissertações e Teses da Universidade federal da Bahia.

Último acesso: 31/10/2015, às 17:50 h.

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1359> Repositório de Dissertações e Teses da Universidade federal da Bahia.

Último acesso: 31/10/2015, às 17:55 h.

<http://www.dicio.com.br/>

Último acesso: 06/01/16, às 10:20 h.

<http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/012.pdf>

Último acesso: 06/01/16, às 10:25 h.

<http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>

Último acesso: 28/01/16, às 1520 h.

ANEXOS

Índice de anexos

Anexo 1- Alvará que Sua Majestade autorizando a edificação de conventos franciscanos no Recôncavo baiano.

Anexo 2- Portaria do arcebispo d. Jerônimo Thomé da Silva

Anexo 3- Projeto de escavação arqueológica

Anexo 4- Proposta de roteiro nº 1

Anexo 5- Tríptico da proposta de roteiro nº 1

Anexo 6- Proposta de roteiro nº 2

Anexo 7- Tríptico da proposta de roteiro nº 2

Anexo 8- Proposta de roteiro nº 3

Anexo 9- Tríptico da proposta de roteiro nº 1

Anexo 1

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

Cód. CXV/2-3

Fls. 622-624

Fl. 622v.

Alvara que Sua Magestade ha por bem que o Costodio de Santo Antonio possa Idificar Conventos neste Estado

Eu, El Rey faço saber aos que este Alvara virem que a Costodio e mais Religiozos da Custodia de Santo Antonio do Estado do Brazil me enviaram a dizer que sua petição que no dito Estado tinham cituados alguns conventos com muito proveito das almas e aumento da Religião Cristã, e por asy ser avia muitos paroquos que lhe pedião fizessem outros de novo, por a terra ser mui grande e aver nela muita gente que muitas vezes por distancia das Igrejas deixavão de ouvir missa, e de se confesar, por carecerem de que lhe administraçe os Sacramentos tantas vezes quanto erão necessárias que principalmente e de presente pedião os moradores do Requonquavo da Bahia, e os da Villa de Sam Paulo e outras Capitánias pelo que me pedião lhe deçe Licença para poderem Idificar os ditos conventos, e nas mais partes donde fosem requeridos pois era emtão grande serviço de Deus nosso //

Fl. 623

Senhor e proveito das almas e visto seu Requerimento e Informação que se ouvem pello Dr. Affonso Graça tinoquo, Desembargador da Casa de Suplicação que o foi na Rellação do Estado do Brasil, e o que della constou. Hey por bem de lhes fazer Mercê de lhes dar Licença para poderem Idificar os ditos conventos assim no Requonquavo (Recôncavo) da Bahia e Villa de Sam Paulo e nas mais partes que lhe parecer onde lhe for requerido Como pedem, consentindo nisso as Camaras, com declaração que darão conta ao Governador do Estado do Brazil que agora he e ao diante for das Capitánias e Cítios donde quizerem Idificar os ditos conventos e sem sua aprovação e Licença o não poderão fazer; E a seus Superiores emcarrego muito que emviem aquelle estado religiosos de Letras e satisfação; e tais quaes se requerem para a ademinesterção da Converção das almas; pelo que mando ao governador do Estado do Brazil que hora he e ao diante for; Juizes e desembargadores da Rellaçam delle e mais Juízes Justiças officiaes e pessoas que o conhecimento desto pertencer Cumprão este Alvará Inteiramente como nelle se conthem, o qual se registara nos Livros//

Fl. 623

da dita Rellaçam e mais partes necessarias e valera como Carta sem embargo da ordenação em contrário. Pedro Alvares o fez em Lisboa a vinte e oito de Novembro de hum mil seiscentos e vinte e quatro; Manuel fagundes o fes escrever. Rey. Alvara por que Vossa Majestade ha por bem de dar Licença ao Custodio e Religiozos da Costódia de Santo Antonio do Estado do Brazil para poderem Ideficar Conventos no dito Estado como pedem; Consentindo nisso as Camaras, com declaração que darão conta ao Governador das Capitancias e Sítios donde quizerem Edeficar os ditos Conventos, e sem sua aprovação e Licença O não poderão fazer pella maneira asima declarada; Para Vossa Majestade ver: per carta de Sua Majestade de 23 de fevereiro de 624. Ignácio Dinis de Mello de Castro. Francisco Vas Pinto; pagou nada, em chancellaria a 6 de fevereiro de 1625 annos e assinada Miguel Maldonado. Registrado na cnacellaria a folhas duzentos e dezoito. Manuel Ferreira e não diz mais a dita provizão a qual fis trasladar da propria a que me reporto. Bahia em Sete de novembro de Seis//

Fl. 624

Sentos e vinte e cinco annos. Mathias Cardozo goarda mor da dita Rellaçam por Sua Magestade o Sobescrevi. Mathias Cardoso.

C XV/ 2 – 3

FOL. 622

Anexo 2

Anaes do Arquivo Público da Bahia, vol. 26, página 430
Pimentel, Alfredo Vieira
Salvador, Ba, 1938

PORTARIA DO ARCEBISPO D. JERÔNIMO THOMÉ DA SILVA

“Pelo presente, tendo sido expontaneamente doado a esta archidiocese pelos Revmos. Religiosos de São Francisco do Paraguassú, juntamente com o convento vizinho e os terrenos adjacentes, de que eram possuidores os ditos religiosos, e como não só a mencionada igreja, como ainda o dito convento se acham em estado de grande deplorável ruína, como vimos no dia 8 deste mez, por ocasião da visita especial que lá fizemos para de tudo termos pessoalmente conhecimento, e não convindo deixar cahir, pelo menos a igreja, a qual, sendo reparada e tornada capazde nella se celebrarem os actos de culto público, será de innumeras vantagens para os habitantes daquella localidade; havemos por bem:

1º- Nomear uma comissão composta dos Illmos. Srs. Tenente-coronel Pedro Borges, de Barros (Presidente), Hercolano Manoel da Costa (Thesoureiro), Júlio José da Costa e Manoel Matheus da Silva, aos quaes confiamos a direcção das obras que se deverão fazer na igreja, procedendo em tudo de acordo com o Revmº. Mons. Dr. Samuel Elpídio de Almeida, nosso representante nesse particular.

2º- Autorisar a demolição do que resta do Convento e a venda do material que se apurar dessa demolição, e de todo outro material existente, comtanto que seja material de que não seja preciso aproveitar nas obras da igreja.

3º- Dar em virtude do Indulto Apostólico licença para a venda de parte do terreno pertencente ao Convento que se acha mais afastado da Igreja.

4º- Determinar que o produto das vendas supraditas, seja aplicada nas obras de reparação da igreja, a qual deverá ser inteiramente conservada com a sua sacristia e varandas.

Exhortamos, de modo especial, a todos os habitantes de São Francisco do Paraguassú que auxiliem a comissão por Nós nomeada a levar a bom êxito a obra de incontestável vantagem espiritual, tornando-se assim merecedores das bênçãos de Deus. Dada a passada nesta cidade de São Salvador da Bahia, aos 19 de Janeiro de 1915 (L.S.) Jeronymo, Arcebispo da Bahia.”

Anexo 3

PROJETO DE ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DO PARAGUAÇU (2015)

1. Introdução

Este projeto se refere à escavação arqueológica do Convento do Paraguaçu, onde se pretende evidenciar antigas estruturas do prédio e que possam estar atualmente em subsuperfície, tais como limites de cercas, áreas de descarte de cozinhas e demais tralhas domésticas, bem como áreas para a criação de animais e que eram usadas para plantio. Ademais se pretende evidenciar as áreas de descarte de objetos cotidianos, bem como de imagens sacras quebradas.

O Projeto ora apresentado se embasa na legislação em vigor, no que tange ao estudo arqueológico em território brasileiro e, portanto, é regida pela seguinte legislação:

- (i) Lei 3.942/1961 que proíbe a destruição e/ou mutilação, quer seja parcial ou total, de sítios arqueológicos, sendo sua desobediência considerada crime contra o patrimônio nacional;
- (ii) Constituição Federal de 1988 que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo a guarda e proteção destes;
- (iii) Portaria nº 07/88 do SPHAN que legaliza e normatiza as formas de intervenções sobre o patrimônio arqueológico brasileiro;

Localização do sítio Convento do Paraguaçu: Município de Cachoeira, distrito de Santiago do Iguape, povoado de São Francisco do Paraguaçu. As edificações pertencem a Arquidiocese de Salvador, mas o terreno é particular, faz parte das terras da família Santana, residente em Cachoeira, BA.

Histórico: fundado em 1649, edificado entre 1649 e 1689. Funcionou como noviciado desde sua fundação até o ano de 1824. Funcionou como convento da sua fundação até a década de 1890, quando ficou desabitado.

O Convento e todas as suas construções adjacentes, inclusive a Igreja e as terras, foram então doadas a Arquidiocese da Bahia, e no ano de 1915, o Arcebispo da Bahia, Dom Jerónimo Tomé da Silva, autorizou a venda de parte das terras onde se encontrava o Convento e a demolição do mesmo, com o intuito de angariar fundos para reparar e manter a Igreja de Santo António do Paraguaçu e sua Sacristia. E assim foi feito, o Convento foi dilapidado, as terras vendidas, mas o montante arrecadado foi exíguo, e as obras iniciadas no mesmo ano de 1915 e logo em seguida

paralisadas. Segundo consta na ficha de tombamento do IPHAN, no mesmo ano de 1915 o Convento foi vendido para José Mariano Filho, que removeu os azulejos, lavabo e retábulos, que foram levados para o Rio de Janeiro, para ornamentar a residência do mesmo, o Solar Monjope, demolido em 1973. Em 25 de setembro de 1941, o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu foi tombado pelo SPHAN, o que possibilitou a salvaguarda do patrimônio restante e algumas intervenções no intuito de não permitir a perda total das edificações que fazem parte do conjunto arquitetônico. Praticamente toda a estrutura, a exceção da Igreja, encontra-se em adiantado estado de ruína. A Igreja permanece com serviços esporádicos, estando quase que completamente desprovida de ornamentação. Nela realizam-se missas uma vez ao mês. O Convento nunca teve Capela da Ordem Terceira, mas possuía uma enfermaria, depois transformada em pequeno hospital, Hospital Nossa Senhora de Belém, mantido pelos frades, que se localizava fora dos muros do convento, em local hoje desconhecido. Por volta de 1720 o hospital foi transferido pra Cacheira com o nome de São João de Deus e depois elevado a Santa Casa da Misericórdia, ainda hoje instalada na cidade.

2. Objetivos

- Realizar a escavação arqueológica do sítio para evidenciação de estruturas e áreas de uso cotidiano;
- Realizar a documentação escrita e fotográfica das atividades de campo;
- Realizar a curadoria e estudos laboratoriais nos vestígios coletados;

3. Metodologia geral para o resgate e guarda

3.1 Escavação

As atividades metodológicas devem constar de no mínimo três fases: escavações com coleta dos vestígios e amostras; documentação e curadoria (limpeza, codificação das peças e acondicionamento); análise geral dos vestígios em laboratório (análise quantitativa e qualitativa).

As diversas áreas do sítio serão escavadas partindo-se dos conhecimentos geoarqueológicos a serem levantados *in loco*.

As áreas de escavação (quadrados ou quadrículas) serão abertas com intervalos regulares, e definidas de acordo com os setores do sítio. Geralmente as linhas de escavação são realizadas tomando como referência o ponto central onde haja um maior adensamento de vestígios superficiais, no entanto, evidências e concentrações diferenciadas de materiais poderão suscitar novas linhas de escavação.

Constituirá quadrícula a áreas de 1m x 1m de escavação, quadra a área de 2m x 2m de escavação.

Nas escavações serão utilizados níveis artificiais de 5 cm, caso o sítio apresente estratigrafia visível, se procederá à escavação por níveis naturais; caso a estratigrafia seja homogênea, se continuará com a escavação por níveis artificiais de 5 cm.

Toda a escavação será realizada com ferramenta manual. Cada nível será peneirado separadamente em peneira com malha de 3 mm e 2mm.

Os materiais arqueológicos serão recolhidos e acondicionados em sacos plásticos devidamente identificados por etiquetas de campos, os sacos serão lacrados com presilha e acondicionados. Caso seja necessário serão envolvidos em plástico-bolha. Após esses cuidados os mesmos devem ser acondicionados em caixas contentoras para transporte ao Laboratório que dará o apoio institucional para a pesquisa.

A escavação de cada quadra/quadrícula atingirá até o nível em que não ocorram mais vestígios, sendo rebaixado 20cm a 30cm a mais para confirmar o nível estéril. Ao final de cada escavação as quadras serão fechadas com o próprio sedimento peneirado, a fim de evitar acidentes com pessoas e animais.

Todo o procedimento de campo será documentado por fotografias, elaborados croquis e plantas baixas das áreas escavadas, bem como feitos os perfis.

Aquisição de amostras sedimentares para estudos diversos são recomendadas, caso ocorram possibilidades de coletas. Caso ocorram fogueiras nos sítios essas devem ter seus sedimentos (ou amostras) coletados sem peneiramento para efetivação da mesma em laboratório.

As coletas de amostras para estudos são essenciais para identificação de microvestígios e permitem a elucidação de aspetos particulares dos diversos espaços utilizados no convento, tais como área para uso dos religiosos, de escravos, de empregados, etc.

As amostras coletadas durante essas escavações serão trabalhadas em laboratório buscando-se identificar e distinguir aspectos naturais e culturais dos vestígios do sítio.

Todas as informações recolhidas durante as atividades de campo serão anotadas em diário de campo e os materiais encontrados registrados, coletados e levados para laboratório a fim de proceder à análise.

3.2 Atividades de Curadoria e Guarda

Em laboratório se procederão à lavagem, triagem, codificação e acondicionamento do material arqueológico, bem como a guarda definitiva do mesmo.

As peças serão lavadas ou limpas a seco, segundo sua natureza e fragilidade. Na lavagem serão utilizadas escovas, esponjas, e água em cubas e baldes. Após a lavagem os vestígios serão secos à sombra nas bancadas ou em estufa do Laboratório que dará o apoio institucional.

Após a lavagem e a secagem dos vestígios estes serão codificados de acordo com a numeração adotada pelo Laboratório. A codificação das peças deve ser realizada com caneta nanquim na cor preta, com o código escrito em pequeno tamanho, em local não ativo ou pouco ativo da peça, que não fique visível quando utilizada em uma exposição, e finalizada com uma demão de esmalte incolor. O ponto de marcação deve ser feito em local que não favoreça escoriações por choques ou fraturas para que não se perca o código.

No caso de peças escuras em que o nanquim preto não fique destacado, devem-se colocar nanquim branco e, após secagem finalizar com uma demão de esmalte incolor. No caso de superfícies muito porosas ou rugosas, aplica-se uma base grossa ou várias demãos de esmalte. Em alguns casos a marcação na peça não é possível, desta forma, faz-se uma etiqueta plástica com a codificação referente à peça e inserem-se ambos em um saco plástico, fechando-se em seguida.

A codificação em cerâmicas deve ser feita na face oposta à decoração, ou na face interna, quando não decorada. No caso de decoração em ambas as faces se optam pela codificação em local menos expressivo da peça. A codificação em líticos polidos pode ser feita na lateral da peça e em líticos lascados, devem-se optar pelo córtex, áreas fraturadas ou áreas inativas e não diagnósticas das peças.

Após a codificação aplica-se uma demão de esmalte incolor para a proteção do código contra escoriações. Após a codificação a peça está pronta para análises.

Cada peça tem a sua numeração controlada por livro tomo onde são preenchidos os dados do sítio, quadra e nível de origem, e o tipo de vestígio. Por fim a peça é colocada em saco plástico devidamente etiquetado, fechado e acomodado em caixa arquivo (polionda). Em cada caixa são colocadas etiquetas contendo informações de seu conteúdo, a saber: projeto, município, sítio, quadra, nível, vestígios codificados.

3.3 Procedimentos de Análise

As análises dos materiais líticos, cerâmicos e bioarqueológicos deverão ser executadas por arqueólogos, palinólogos, técnicos de laboratório e estagiários. Os vestígios deverão ser analisados no Laboratório a dar o apoio institucional e a guardar o material.

Material lítico: para a análise dos líticos será levado em consideração o tipo de matéria-prima, a sua forma, a tipologia e técnicas de fabricação dos artefactos, bem como o grau de conservação dos mesmos.

Material cerâmico: os vestígios cerâmicos devem ser analisados considerando-se as dimensões dos fragmentos, colorações, tratamentos de superfície, os tipos de antiplástico, bem como, caso possível, o estudo das formas e das técnicas de fabricação. Os vestígios históricos de louças também devem ser analisados levando-se em consideração a tipologia e as formas; a ocorrência de marcas de fabricantes será um dado a ser levado em consideração quando da análise a fim de se identificar a origem dessas peças e o seu contexto histórico.

Material em vidro e metal: esses materiais serão analisados de acordo com a forma e características tais como presenças de marcas de fabricantes, modelos e demais elementos diagnósticos.

Material zooarqueológico: A identificação da fauna será feita por comparação com exemplares do Laboratório e com base na bibliografia zoológica.

Todos os materiais serão separados, analisados e efetuados estudos tafonômicos, a fim de se observar queima, grau de fragmentação e demais indicativos da ação humana e/ou natural sobre tais vestígios.

Material polínico: caso tais amostras sejam coletadas, as mesmas deverão ser armazenadas em frascos plásticos estéreis e devidamente identificados. Em laboratório as amostras permanecerão refrigeradas até o momento do seu processamento. As amostras terão tratamento variável conforme a natureza do solo. Os métodos utilizados estão de acordo com os protocolos de Faegri & Iversen (1989) e de Moore *et al.* (1991). A identificação será realizada a partir do uso de microscópio óptico de alta resolução.

3.4 Documentação

Todos os procedimentos de campo e laboratório serão acompanhados de documentação escrita e fotográfica detalhada.

Arqueóloga responsável

Dra. Cristiana C. Silva Santana

Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia

Campus VII - Senhor do Bonfim

Arqueóloga - Laboratório de Arqueologia e Paleontologia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8987957543048852>

Referências:

FONSECA, Fernando Luís da (1973), *Santo Antônio do Paraguaçu*, Salvador: Publicações do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, Série Arte e Monumentos.

IPAC, (1997), *Inventário de proteção de acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo*, Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, II Parte, 2ª Edição, Vol. 3.

JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (1858-61), *Novo orbe seráfico brasílico ou chronica dos frades menores da Província do Brasil*, 2 tomos, Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense. (Edição original do primeiro tomo: Lisboa, 1761)

Anexo 4

Proposta de roteiro nº 1: Cachoeira Monumental. Maravilhas históricas e religiosas

Roteiro cultural terrestre de curta duração, que percorre o centro histórico de Cachoeira, o Seminário de Belém e o Convento de Santo António do Paraguaçu.

- **Centro Histórico de Cachoeira**

Cachoeira, pequena cidade do Recôncavo Baiano, teve seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo IPHAN em 21 de setembro de 1971, e passou a ter o título de Cidade Monumento Nacional. Dentro desse conjunto destacam-se a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento do Carmo. Além do imenso patrimônio de origem portuguesa, Cachoeira também apresenta uma forte herança de africana e aí se encontram cerca de cinquenta terreiros de candomblé¹⁵⁸. No município de Cachoeira ocorrem diversas festas religiosas que misturam características católicas com características das religiões de matriz africana, como a Festa da Nossa Senhora da Boa Morte.

Pontos a serem visitados:

Matriz de Nossa Senhora do Rosário

A igreja foi construída durante a primeira metade do século XVIII. Seu frontispício foi inspirado nas igrejas de Santo António da Barra, de Salvador, e na Matriz de São Bartolomeu, na cidade vizinha de Maragogipe. A torre é semelhante a do Seminário de Belém, sendo também recoberta de azulejo. O interior do templo é recoberto por azulejos portugueses, com painéis que cobrem a metade da altura da parede.



Figura 1: Fachada e Interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira.
Fonte: Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

¹⁵⁸ Locais de culto das religiões de matriz africana.

A Capela-Mor foi construída em 1747, com doação feita pelo rei D. João V. Atualmente, além de manter as funções religiosas, a Igreja abriga também o Museu da Alfaia desde o ano de 1970.

Capela de Nossa Senhora da Ajuda

Localizada no Largo da Ajuda, construída inicialmente entre 1505 e 1606, em terras que faziam parte da Fazenda da Família Adorno. A capela de corpo piramidal apresenta nave central, capela-mor, sacristia e torre. Após passar por uma reconstrução no ano de 1673 e de ser elevada a Igreja Matriz no ano seguinte, a Família Adorno cedeu a Capela a Confraria de São Pedro dos Clérigos.



Figura 2: Capela de Nossa Senhora D'Ajuda.
Fonte: Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

Convento de Nossa Senhora do Carmo

Conjunto arquitetónico formado por Convento, Igreja Conventual e Igreja da Ordem Terceira. Sua construção ocorreu em diversas etapas 1715-1722, Igreja da Ordem Terceira, 1752-1759, construção da Igreja Conventual, sendo que seu frontispício foi concluído no ano de 1773.



Figura 3: Fachada da Igreja do Carmo de Cachoeira.

Fonte: Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

O setor conventual conta com Igreja Conventual, com Capela Mor, Sacristia, Capela Lateral, Nave Central, Coro, Corredores Laterais, Galerias de Tribunas, Batistério, Galilé, Varanda; em seguida encontra-se o Pátio, o Refeitório, o Ossuário, Salas e Celas, Pátio da Ordem Terceira e Igreja da Ordem Terceira que possui Nave única, Capela Mor, Adro, Galilé, Sacristia, Galeria de Tribunas, Coro, Varanda, Sala de Reuniões e Capela Lateral; além disso, na área onde se encontra a Igreja da Ordem Terceira existe ainda um Cemitério. No convento atualmente funciona a Pousada do Carmo de Cachoeira, um hotel histórico, que embora não apresente o luxo e a sofisticação da Pousada do Carmo de Salvador, é um hotel repleto de charme e história.

- **Seminário de Belém**

Localizado no Povoado de Belém de Cachoeira, do antigo Seminário Jesuíta só resta a Igreja, com Nave Central, Sacristia, Capela Mor, Corredor Lateral, Coro e Sala de Tribunas.

A pedra fundamental do Seminário foi lançada no ano de 1687, em terras doadas pela família Aragão de Menezes, sendo, portanto, contemporâneo do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu. No ano de 1693 a Igreja foi concluída e o Seminário ficou pronto no ano de 1707. Em 1759 os jesuítas foram expulsos do Império Colonial português e o Seminário foi fechado, só sendo reaberto no ano de 1817, quando sua

estrutura passou a ser utilizada como Casa Pia de Educação e posteriormente aí passou a funcionar um colégio público.



Figura 4: Fachada da igreja do Seminário Jesuíta de Belém de Cachoeira.
Fonte: Elaboração própria. (Novembro de 2014)

Anexo 5

Tríptico da proposta de roteiro nº 1: Cachoeira Monumental. Maravilhas históricas e religiosas

À tarde, deslocamento ao Distrito de Belém e ao povoado de São Francisco do Paraguaçu

À tarde segue-se para Belém e em seguida para São Francisco do Paraguaçu, onde se realizam visitas guiadas aos dois monumentos religiosos.

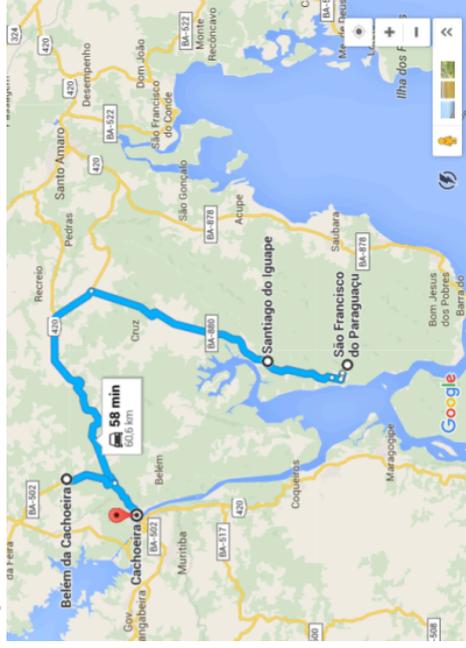


Figura 7: Percurso Cachoeira, Belém, São Francisco do Paraguaçu.
<https://www.google.com.br/maps/dir/Santiago-do-Iguape,+Cachoeira+-+BA,+S%C3%A3o+Francisco-do+-+Paragua>

Seminário de Belém de Cachoeira

Localizado no tranqüilo Povoado de Belém de Cachoeira, do antigo Seminário Jesuíta só resta a Igreja. Contemporâneo do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, a igreja foi concluída em 1693 e o Seminário ficou pronto no ano de 1707. Em 1759 os jesuítas foram expulsos do Império Colonial português e o Seminário foi fechado.



Figura 8: Igreja do antigo seminário jesuíta de Belém de Cachoeira.
Fonte: <http://mw2.google.com/mw-pano/ramio/photos/medium/26038699.jpg>

Convento de Santo Antônio do Paraguaçu

O belo Convento do Paraguaçu localiza-se às margens da Baía de Iguape. A Igreja já não apresenta a rica talha e os belos ornamentos de outrora mas sua fachada ainda guarda os belos traços barrocos, no frontão o Santo Antônio aparece como se estivesse a abençoar os que por ali passam. O conjunto apresenta, além da Igreja, as ruínas do claustro e do Convento.



Figura 9: Fachada da Igreja do Convento do Paraguaçu.

Fonte: Elaboração própria.



Figura 10: Cruzeiro da Igreja do Paraguaçu.

Fonte: Elaboração própria.

Telefones úteis:

- Estação Rodoviária de Cachoeira (Praça Manoel Vitorino, s/n) + 55 75 3425.1214
- Secretaria de Turismo de Cachoeira +55 75 3425-4470
- Hospital São João de Deus (Praça Dr. Milton, s/nº) + 55 75 3425-1019
- Samu (Serviço de Atendimento de Urgência) 192
- Polícia/Bombeiros 193

Roteiro

Cachoeira Monumental: Maravilhas Históricas e Religiosas

Roteiro Terrestre

Centro Histórico de Cachoeira (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Capela de Nossa Senhora D'Ajuda, Convento de Nossa Senhora do Carmo).

Do centro de Cachoeira parte-se de carro ou autocarro para Belém de Cachoeira, distrito, percurso que se faz pela Ba 420 e pela Ba 502, um percurso de 22 km feito em aproximadamente 30 minutos.

Seminário de Belém

O percurso de Belém a São Francisco do Paraguaçu faz-se pela Ba 420 e Ba 880, é um percurso de aproximadamente 46 km realizado em cerca de 45 min.

Convento de Santo Antônio do Paraguaçu

Percurso de retorno a Cachoeira pela Ba 880 e Ba 420, um percurso de 25 km realizado em 30 min.

Centro Histórico de Cachoeira:

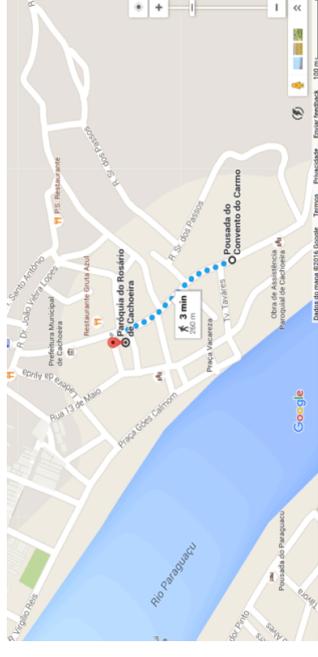


Figura 1: Roteiro no Centro Histórico de Cachoeira, entre A Matriz de Nossa Senhora do Rosário e o Convento do Carmo de Cachoeira.
Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Cachoeira>

Roteiro de curta duração a ser realizado em um dia, sendo a parte da manhã dedicada ao Centro Histórico de Cachoeira, com visitas à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, ao Convento do Carmo e a Capela de Nossa Senhora D'Aduda. É possível almoçar em um dos muitos restaurantes da cidade, onde se serve comidas típicas baianas e frutos do mar. Também há restaurantes dedicados a comida nacional e internacional.



Figura 2: Centro Histórico de Cachoeira.

Fonte: <http://www.prefeitura.decachoeira.ba.gov.br/turismo/>

Visitação Centro Histórico de Cachoeira

A pequena cidade do Recôncavo baiano destaca-se pelo seu casarão colonial, além de muitas festas e eventos. Entre suas principais festas destacam-se as festas religiosas de Iemanjá, em fevereiro, de Nossa Senhora da Boa Morte, em Agosto e de Nossa Senhora D'Ajuda, em outubro, todas com forte presença da cultura africana. Também são muito festejados o Carnaval (tradicional, com máscaras e bonecos, além de bandas de música) e o São João.

Desde 2011, o município sedia anualmente a Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica). O evento é realizado sempre em outubro e já figura entre as principais feiras literárias do país.

Cachoeira foi reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como patrimônio nacional, recebeu, em 1971, os títulos de Cidade Monumento Nacional e de Cidade Heróica, pela destacada participação dos seus habitantes nas lutas pela independência do Brasil.

Pontos a serem visitados:

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Um dos mais belos monumentos religiosos do Período Colonial brasileiro, edificada durante o século XVII, em seu interior encontra-se um dos maiores painéis de azulejos portugueses do Brasil, com mais de 4 metros de altura. Da torre da igreja se avista quase toda a cidade de Cachoeira e parte da vizinha de São Félix.



Figura 3: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: http://www.blogvovaleante.com.br/index.php/blog/idi47475/iphan_entrega_restauracao_de_azulejos_da_matriz_de_e_cachoeira

Interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Apresenta como ornamentos belos azulejos portugueses que revestem até metade da altura das paredes, talha dourada e painéis com imagens de santos diversos, como é possível observar na foto abaixo que representa a parte inferior do Coro.



Figura 4: Interior da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com destaque para os azulejos portugueses e a talha do coro.

Fonte: <http://femascarenhas3.blogspot.pt/2013/05/igreja-matriz-de-nossa-senhora-do.html>

Capela de Nossa Senhora D' Ajuda

A primeira edificação data do final do século XVI, mas a atual capela foi erguida no decorrer do século XVII. Apresenta alpendre, elemento arquitetônico muito comum nas antigas capelas rurais brasileiras e em seu interior destacam-se as imagens da padroeira, Nossa Senhora D'Ajuda, crucificada, em tamanho natural, e São Francisco de Assis.



Figura 5: Capela de Nossa Senhora D'Ajuda.

Fonte: <http://www.prefeitura.decachoeira.ba.gov.br/turismo/>

Convento de Nossa Senhora do Carmo

Conjunto formado pelo convento, igreja e Capela da Ordem Terceira do Carmo, foi edificado em 1715, em estilo barroco. O interior da igreja é revestido de ouro e painéis de azulejos portugueses, abrigando também imagens de madeira de Macau. Atualmente, é ocupado por uma pousada e pelo centro de convenções.



Figura 6: Igreja do Convento do Carmo de Cachoeira.

Fonte: <http://zh.clickbbs.com.br/ris/vida-e-estilo/viagem/noticia/2014/11/cidade-do-reconcao-balano-cachoeira-respira-historia-4645264.html>

Anexo 6

Proposta de roteiro nº 2: Iguape histórico e monumental. Vestígios de um passado grandioso

Roteiro fluvial, que parte do porto de Cacheira, com opção de ser marítimo/fluvial e partir do porto de Salvador, com a visita do Convento de Santo António do Paraguaçu, Capela da Penha, Forte do Paraguaçu e a Matriz de Santiago do Iguape.

- **Matriz de Santiago do Iguape**

A Vila de Santiago é um antigo aldeamento jesuíta datado da segunda metade do século XVI, elevada a categoria de Freguesia no ano de 1608. Atualmente é sede do distrito com mesmo nome que faz parte do município de Cachoeira. A Vila de Santiago já teve relativa importância econômica por ser uma das principais áreas produtoras de açúcar durante o Período Colonial.

A Igreja Matriz de Santiago localiza-se na margem direita do rio e em frente ao lagamar do Iguape. Foi edificada no século XIX, numa área onde já existia a primitiva capela jesuíta possivelmente edificada em fins do século XIV.



Figura 1: Fachada da Igreja Matriz de Santiago do Iguape. No destaque a imagem de Santiago exposta do altar-mor.

Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

A Igreja possui planta retangular com sacristia transversal, nave central, capela-mor, capela lateral, batistério e corredor lateral. Embora só tenha sido concluída no final do século XIX, a Igreja apresenta características de barroco tardio.

- **Capela de Nossa Senhora da Penha**

A Capela de Nossa Senhora da Penha, localizada nas antigas terras do Engenho Velho, município de Cachoeira, que pertenciam ao padre Pedro Garcia. Assim como o

Convento do Paraguaçu e a Igreja de Santiago do Iguape, localiza-se na margem direita da baía e sua fachada encontra-se de frente para as águas do Iguape. Esta Capela é considerada por Germain Bazin um dos mais elegantes exemplares de arquitetura com características renascentistas de todo o território brasileiro, e teve sua construção concluída no mesmo ano da vizinha Igreja do Convento do Paraguaçu, em 1660, data que é ainda hoje possível observar em sua fachada frontal.



Figura 2: Capela de Nossa Senhora da Penha.

Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

A Capela fazia parte do complexo formado pelo Engenho Velho, como posto por Casa-Grande, Fábrica e Capela. As demais edificações arruinaram-se restando apenas a Capela que, entretanto, necessita de conservação urgente para não ter o mesmo fim que a Casa-Grande e a Fábrica do Engenho Velho,

- **Forte de Santa Cruz do Paraguaçu e Engenho Novo**

São duas edificações que hoje pertencem as terras da Fazenda Salamina. Ambos se encontram na margem esquerda do Lagamar do Iguape (Paraguaçu), no distrito de São Roque, município de Maragogipe. O Forte de Santa Cruz do Paraguaçu, também conhecido como Forte da Barra do Paraguaçu ou Forte da Salamina, foi edificado no século XVII, provavelmente por volta de 1640, quando da presença holandesa no Nordeste brasileira, encontra-se hoje em estado de ruínas.



Figura 3: Forte de Santa Cruz do Paraguaçu.

Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

O Forte possui figura hexagonal e vem sendo dilapidado pelas comunidades vizinhas. É tombado pelo IPHAN sob nº 41 do Livro de História, folha 8, desde 24/5/1938, com Grau de Proteção 1.

As ruínas do Engenho Novo, formadas pela Casa Grande e por um imponente aqueduto que parte de dentro da mata até a beira do rio, encontram-se também na margem esquerda do Paraguaçu. Os primeiros registos do Engenho Novo datam da primeira metade do século XVII, portanto deve também ser contemporâneo da maioria das edificações da região do Iguape, que datam desse mesmo século. Ambos se encontram tombados pelos órgãos patrimoniais com grau de proteção 2.



Figura 4: Ruínas do Engenho e seu aqueduto.

Fonte: Elaboração própria. (Abril de 2009)

Anexo 7

Trípico da proposta de roteiro nº 2: Iguape histórico e monumental. Vestígios de um passado grandioso

Engenho da Salamina

Antigo Engenho Novo, edificado no século XVII, foi um dos grandes produtores de açúcar do Iguape, estando ativo até a segunda metade do século XIX. O Engenho, que posteriormente passou a se chamar Engenho Salamina, apresenta ruínas da Casa Grande e de imponente aqueduto. Atualmente as ruínas fazem parte das terras que pertencem a Fazenda Salamina.



Figura 7: Ruínas do Engenho Novo, localizado na Fazenda Salamina.
Fonte: Elaboração própria.

Aqueduto do Engenho Novo (Fazenda Salamina)

O aqueduto de cerca de 6 metros de altura, era utilizado para levar água ao engenho que fica em uma parte mais elevada do terreno.



Figura 8: Aqueduto que servia ao Engenho Novo, em seu ponto mais elevado chega a medir seis metros de altura.
Fonte: Elaboração própria.

Forte de São Francisco do Paraguaçu ou Fortim da Salamina

Construído no século XVII, no contexto das invasões holandesas ao Nordeste brasileiro, o Forte da Salamina “cruzava fogo” como o Forte da Força, que já não existe mais, localizado na outra margem do rio Paraguaçu. Os dois pequenos fortes faziam parte do sistema de fortificações de Morro de São Paulo que guarnecia a entrada da baía de Todos os Santos contra invasores e piratas. Localiza-se a três quilômetros da sede do município de Maragogipe.



Figura 9: Forte de São Francisco do Paraguaçu ou Forte da Salamina.
Fonte: <http://proximarota.blogspot.pt/2013/02/maragogipe-bahia.html>

Telefones úteis:

Estação Rodoviária de Cachoeira (Praça Manoel Vitorino, s/n) + 55 75 3425.1214
Secretaria de Turismo de Cachoeira +55 75 3425-4470
Hospital São João de Deus (Praça Dr. Milton, s/nº) + 55 75 3425-1019
Samu (Serviço de Atendimento de Urgência) 192
Polícia/Bombeiros 193
Terminal Rodoviário de Salvador + 55 (71) 3450 5955
Ferry boat (Salvador) + 55 (71) 3254-1020
Hospital geral do estado (Salvador) + 55 (71) 3117-5999 / 3117-5961
Delegacia de proteção ao turista (Salvador) +55 (71) 3322 7155

Roteiro

Iguape Histórico e Monumental: Vestígios de um Passado Grandioso

Roteiro Aquático

- Porto de Cachoeira
- Convento do Paraguaçu
- Igreja Matriz de Santiago do Iguape
- Capela da Penha
- Forte de São Francisco do Paraguaçu
- Ruínas do Engenho Novo

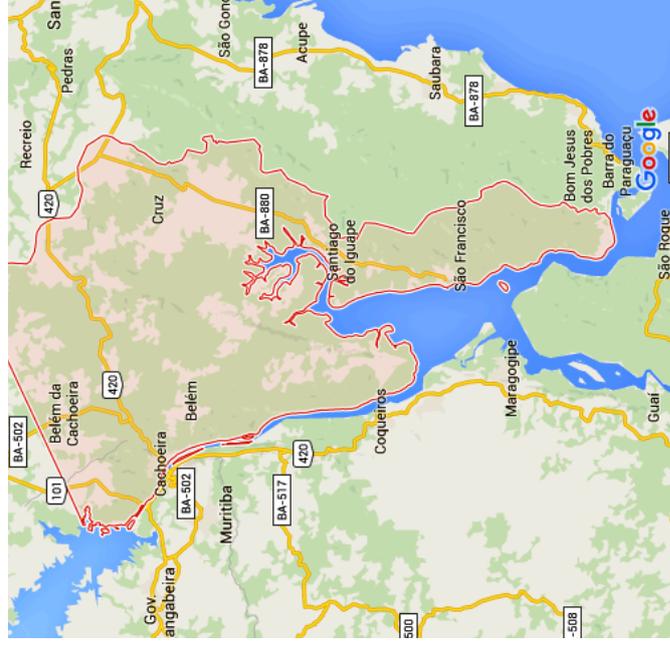


Figura 1: Mapa da baía de Iguape.
Fonte: <https://www.google.com.br/maps/dir/S%C3%A3o-Francisco-do-Paragua%C3%A7o>

A excursão pode partir do porto de Cachoeira ou de Salvador, onde existem embarcações disponíveis a serem contratadas.

Desde Salvador, parte em lancha rápida para um passeio pela Baía de Todos os Santos, que passa pela Ilha dos Frades e segue até a foz do Rio Paraguaçu; de Cachoeira o percurso é feito em pequenos barcos até a altura em que o Paraguaçu se abre formando a baía de Iguape.

Nas beiras do rio pode-se admirar os vestígios dos mais espetaculares sítios históricos da região, o Forte de Santa Cruz do Paraguaçu (ou Forte Salamina), as ruínas do Engenho Novo (ou Fazenda Salamina), a Capela da Penha (que fazia parte do Engenho Velho), as ruínas do Convento de Santo António do Paraguaçu, a Igreja Matriz de Santiago do Iguape.

Pode-se almoçar em Santiago do Iguape ou São Francisco do Paraguaçu, onde existem restaurantes especializados em mariscos e peixes, abundantes na região.

Em seguida retoma-se a navegação à Salvador ou a Cachoeira.



Figura 2: Convento do Paraguaçu.
Fonte: Elaboração própria.

Convento de Santo António do Paraguaçu

O belo Convento do Paraguaçu localiza-se às margens da Baía de Iguape. Para quem vem pelas águas calmas do Iguape, a construção revela-se como um esquecido palácio hindu, com suas escadarias subindo das águas do rio até a elevação onde encontra-se a Igreja.

Com nave única, a Igreja já não mais apresenta a rica talha e os belos ornamentos de outrora mas sua fachada ainda guarda os belos traços barrocos, ornamentada com volutas e pináculos imensos, tendo no frontão o Santo António como se estivesse a abençoar o que por ali passam. O conjunto apresenta, além da Igreja, as ruínas do claustro e do Convento.



Figura 3: Interior da Igreja de Santo António do Paraguaçu.
Fonte: Elaboração própria.

A base da Cruz é um belo exemplo de arte barroca, onde aparecem frutos, folhas, imagens geométricas e carraças que se assemelham aos nativos das Américas.



Figura 4: O Paraguaçu visto, ao pôr do sol, à partir do adro do Convento do Paraguaçu.
Fonte: Elaboração própria.

Matriz de Santiago do Iguape

Situada na vila de Santiago do Iguape, zona rural de Cachoeira, às margens do grande lago que forma o Rio Paraguaçu. O templo foi edificado no século XIX, no local onde já existia uma capela jesuíta, com características do Barroco tardio.



Figura 5: Igreja Matriz de Santiago do Iguape.
Fonte: Elaboração própria.

Capela Nossa Senhora da Penha

Situada à margem oriental do estuário do Iguape, próximo à Ilha dos Franceses, o monumento é integrante do antigo Engenho Velho do Paraguaçu. A Capela foi edificada no século XVII, apresentando em sua fachada a data de 1660. Conserva imagens muito antigas de Nossa Senhora da Penha e Nossa Senhora da Paz, em terracota.



Figura 6: Capela da Penha, faz parte do Engenho Velho.
Fonte: Elaboração própria.

Anexo 8

Proposta de roteiro nº 3: Joias do barroco colonial. Quatro conventos franciscanos da Bahia

Roteiro terrestre de longa duração que proporciona a visita do Convento de São Francisco da Bahia, Salvador; Convento de Santo António, São Francisco do Conde; Convento de Santo António, Cairu; e Convento de Santo António do Iguape, Cachoeira.

Convento de São Francisco de Salvador

O Convento de Salvador localiza-se no antigo Centro Histórico da cidade, em sítio tombado pelo IPHAN e pela UNESCO, na Praça Anchieta, próximo a Praça do Terreiro de Jesus, numa posição quase exatamente em frente mas que guarda a distância de cerca duzentos metros de distância da Igreja do antigo Colégio Jesuíta da Bahia, atual Sé de Salvador.



Figura 1: Localização do Convento de São Francisco de Salvador da Bahia, tendo a sua frente o antigo Colégio Jesuíta, atual Catedral Basílica de Salvador.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

O convento original foi edificado à partir do ano de 1587, no mesmo local em que no ano de 1686, como parte de um grande movimento de reconstrução e construção de novos conventos franciscanos, foi lançada a pedra fundamental do novo convento

franciscano de Salvador da Bahia. Entre os religiosos envolvidos no projeto estava o Frei Daniel de São Francisco, o mesmo Frei Daniel considerado como o Definidor do Convento de São Francisco do Paraguaçu e, possivelmente, do Convento de Santo Antônio de Cairu, mas foi o Frei

Toda a obra foi financiada por esmolas dos fiéis, fato que fez com que a obra se estendesse por aproximadamente cem anos. Em 1713, a Igreja, ainda inacabada, foi consagrada, sendo concluída dez anos depois; o altar e os belos azulejos, ficaram prontos no ano de 1782, e as torres, última etapa concluída entre 1796 e 1797.

A fachada, como já exposto anteriormente, apresenta semelhanças dos dois modelos de frontispício, o baiano e o pernambucano, com maior proximidade com o modelo iniciado em Cairu. A parte da fachada que corresponde ao corpo central da igreja é coberta por arenito esculpido, dividido em três níveis, separados por colunas, tendo um frontão com a imagem de São Francisco no alto, encimada por uma cruz. O templo apresenta influências da Igreja de São Francisco do Porto, da Igreja do Colégio Jesuíta de Salvador, da Igreja Matriz de São Bartolomeu, em Maragogipe, no Recôncavo baiano, e da antiga Sé de Salvador, demolida na década de 1930. As volutas da fachada são nitidamente inspiradas nas Igrejas de Cairu e Paraguaçu.



Figura 2: Fachada da Igreja de São Francisco de Salvador.

Fonte: <http://www.bahia.ws/wp-content/uploads/2012/11/Igreja-e-Convento-de-S%C3%A3o-Francisco1.jpg> (Janeiro de 2016)

A Igreja possui três naves, uma central e duas laterais, distinguindo-se assim das demais igrejas conventuais franciscanas do Nordeste. A sua decoração interna é exuberante, apresentando tanto ornamentos barrocos quanto rococós, e até

destaques maneiristas ou neoclássicos, com elementos os mais diversos como florões, anjos, atlantes e pássaros. Calcula-se que foi usado entre oitocentos quilos e uma tonelada de ouro nos douramentos da talha, entretanto não tem conhecimento sobre a autoria de tão impressionante obra. A nave apresenta teto em caixotões com painéis octogonais e almofadas quadradas.

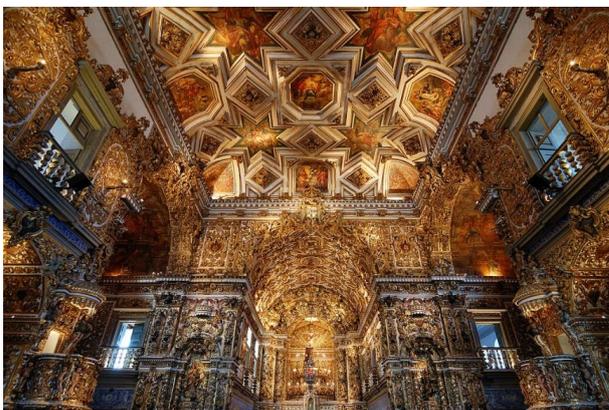


Figura 3: Interior da Igreja da Ordem Primeira de São Francisco de Salvador.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=18575045> (Janeiro de 2016)

Praticamente todas as partes visíveis das paredes foram ornamentadas, as paredes que não receberam cobertura de talha foram preenchidas com azulejos, com destaque para os azulejos de autoria de Bartolomeu Antunes, mestre ladrilheiro português, colocados no fundo da Igreja e na Capela-Mor, com painéis que representam a vida de São Francisco de Assis.



Figura 4: Painel com cena da vida de São Francisco.

Fonte: <http://viajeaquia.abril.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atracaio-igreja-e-convento-de-sao-francisco/fotos#6> (Janeiro de 2016)

Como até meados do século XIX era permitido enterrar os mortos ilustres dentro ou em volta das igrejas, no piso da nave da Igreja de São Francisco, desde sua entrada até as proximidades do altar-mor, é coberto por diversas lápides. As naves laterais são

bem mais baixas que a nave central, separadas desta por arcos. As naves laterais, assim como a central, são ricamente ornamentadas com belíssimos azulejos portugueses e talha dourada.



Figura 5: Detalhe da talha da Igreja conventual.

Fonte: <http://viajaqui.abril.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atracao-igreja-e-convento-de-sao-francisco/fotos#5> (Janeiro de 2016)

A igreja possui oito capelas secundárias, duas das quais localizam-se nos braços do transepto, todas ricamente ornamentadas com talha dourada.



Figura 6: Capelas localizadas nas naves laterais da Igreja de São Francisco da Bahia.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2581788> (Janeiro de 2016)

A Sacristia e a Sala do Capítulo, assim como a Igreja, apresentam ornamentação rica, em talha dourada e com azulejaria portuguesa; apresenta também belíssimos móveis remanescentes dos séculos XVII e XVIII, como mesas, cadeiras, arcas, cómodas e outros móveis que apresentam características híbridas, renascentistas e barrocas.



Figura 7: Sacristia.

Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Salvador%2C_san_francisco%2C_sagrestia%2C_armadi_in_jacarand%C3%A0_di_fra'_luis_de_jesus_01.JPG (Janeiro de 2016)

O claustro do convento de São Francisco de Salvador tem formato quadrangular, suas pilastras são também de arenito, assim como a fachada da igreja. As colunas e arcos formam corredores em cujas paredes foram assentados painéis de azulejos representando cenas mitológicas, com uma inscrição em latim na parte superior de cada painel.



Figura 8: O Claustro.

Fonte: <http://viajeaqui.abril.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atracao-igreja-e-convento-de-sao-francisco/fotos#7> (Janeiro de 2016)

O Convento de São Francisco da Bahia, que é considerado uma das principais obras do barroco colonial, tem passado por diversas obras de restauro ao longo dos últimos cem anos, com especial atenção para as áreas que tem apresentado mais problemas que são os azulejos e as pilastras do claustro. Que tem se deteriorado devido as intempéries, e a talha, constantemente atacada por insetos que destroem a madeira. Atualmente o Convento de São Francisco de Salvador possui um número reduzido de religiosos, são vinte e dois frades, para uma disponibilidade de setenta celas ou quartos. Também são escassas as fontes de renda, pois as visitas turísticas, embora constantes, não rendem grandes lucros a Ordem. Por conta da falta de

recursos e da prioridade que a Ordem dispensa para o auxílio aos mais necessitados, as obras de estabilização e de restauro são financiadas por programas nacionais e federais, sem a participação financeira da ordem franciscana.

Por conta dessa situação, o IPHAN insiste para que os frades estimulem a ocupação turística dos seus templos, transformando-os em pousadas, a assim torná-los autossustentáveis, mas os religiosos não aceitam adotar esse tipo de saída económica. O conjunto franciscano de Salvador é tombado pelo IPAC, número BR 32007-1.0-003, e pelo IPHAN, com o número 1, no Livro de História, folha 2, em 31 de março de 1938, e o número 11, no Livro de Belas Artes, folha 3, na mesma data. No ano de 2009, o conjunto franciscano de Salvador, incluindo a ordem terceira, foi eleito uma das 7 Maravilhas do Mundo Português.

Convento de Santo António de Cairu

A decisão de fundar o Convento de Santo António de Cairu foi tomada em janeiro de 1650, durante Capítulo realizado no Convento de São Francisco da Bahia. Após mais de três anos de recolha de donativos e esmolas, ocorreu o lançamento da pedra fundamental em 25 de agosto de 1654, nos terrenos doados por Bento Salvador e sua esposa, D. Izabel Gomes.

A antiga vila hoje cidade de Cairu localiza-se na região de Baixo Sul da Bahia, ou seja, ao Sul da Baía de Todos os Santos, e é uma das regiões de mais antiga colonização do Brasil. A colonização dessa área teve início em meados do século XVI e está ligada a colonização do Recôncavo e a fundação da cidade do Salvador, pois desenvolveu-se no sentido de fornecer víveres a recém-fundada capital da colónia.

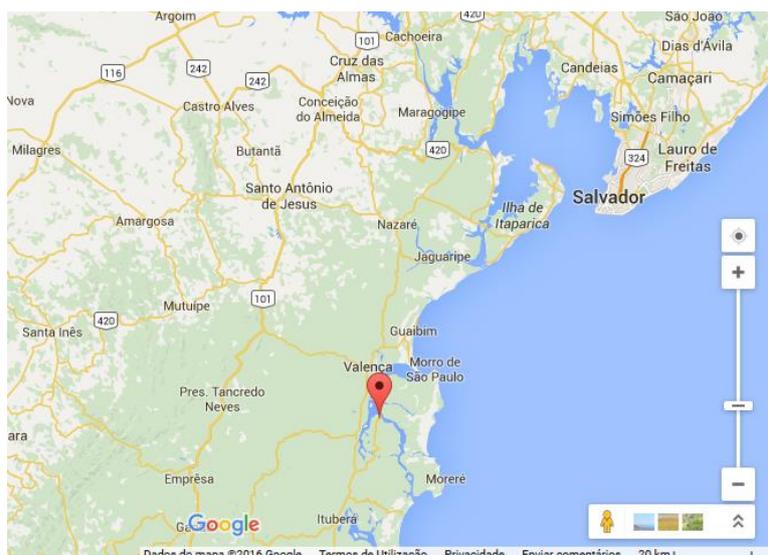


Figura 9: Localização de Cairu, ao sul da Baía de Todos os Santos.
Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

Como já dito anteriormente, a fachada da igreja de Cairu é considerada inovadora, pois diferia de tudo o que havia sido feito até então no Brasil e até mesmo em Portugal. Esse modelo de fachada seria repetido com pouca diferenciação no frontispício da Igreja do Convento de Santo António do Paraguaçu e na Igreja do Convento de Santo António da Paraíba, além de influenciar as igrejas franciscanas de Salvador e da Vila do Conde.

O conjunto arquitetônico é composto por Igreja e Convento, a Igreja da Ordem Terceira chegou a ser iniciada, mas nunca foi concluída, transformando-se em ruínas desapareceram. As obras do conjunto formado por Convento e Igreja duraram aproximadamente cem anos, uma vez que a última data gravada na construção, em uma das portas de entrada da Igreja, é do ano de 1750.

À entrada do templo localiza-se uma galilé, cujas paredes estão forradas com azulejos que apresentam figuras humanas e de vegetais. Nela encontra-se a portaria, onde está a capela de São Benedito; no lado oposto a essa capela há uma outra, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal e da Bahia. Assim como ocorre no Convento de Santo António do Paraguaçu, os arcos da galilé encontram-se, atualmente, fechado por portões de madeira pintadas de azul.

A igreja apresenta de nave única e ornamentação que já não é a original. Atualmente as paredes são cobertas por azulejos barrocos portugueses, onde se destacam folhas de acanto, jarros, cestos com flores, golfinhos e querubins. Tem um púlpito, também com características barrocas, embora não haja documentos que atestem sua originalidade. O forro da nave é em forma de gamela, pintado com cenas da vida de São Francisco. O piso é original, ainda apresenta as campas emolduradas por arenito e cobertas por madeira, mas já sem identificação das pessoas ali sepultadas.



Figura 10: Fachada do Convento de Santo António de Cairu.

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/93656225> (Janeiro de 2016)

A Ordem Terceira de São Francisco patrocinou uma capela dentro da Igreja, localizada no centro da lateral da nave. A Capela é dedicada a Nossa Senhora do Viterbo e apresenta as paredes cobertas de azulejo até a altura da cornija, com quatro metros de altura, com cenas relacionadas à vida da santa. O forro da capela é abobadado, sem pintura.

A Capela-mor passou por total modificação durante o século XIX. Um altar neoclássico substituiu o antigo barroco. O forro também foi retirado e reformado. O altar-mor é ocupado por um Cristo Crucificado e aos lados do Cristo Crucificado figuram São Francisco e Santo Antônio. São imagens em madeira policromada, datadas do século XIX.



Figura 11: Nave e altar-mor da Igreja de Cairu.

Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 95.

A sacristia tem as paredes inteiramente cobertas por azulejos decorados com rocalhas, volutas, formas arquitetônicas fingidas, querubins, serafins etc. Os azulejos recobrem todos os vãos e espaços da parede, emoldurando as janelas, portas, armários e arcaz, com uniformidade decorativa já com características rococós. O forro da sacristia é de madeira em Quadratura.



Figura 12: Sacristia de Santo Antônio de Cairu.

Fonte: Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 95, p 112.

Claustro tem forma quadrangular, é cercado por arcadas que se apoiam em pilares grossos, mais grossos que os pilares dos demais conventos franciscanos da Bahia; na parte superior do Convento existem as mesmas arcadas e pilares. Embora não se saiba ao certo a data de conclusão do claustro, acredita-se que o Claustro tenha ficado pronto entre 1739, data que consta da conclusão do convento, e 1750, data da conclusão da sacristia.



Figura 13: Claustro de Cairu.

Fonte: Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 95, p 115.

Por sua importância histórica e cultural, o Convento de Santo Antônio de Cairu mereceu tombamento por parte do IPHAN através do processo número 250-A do Livro de Belas Artes, folha 55, em 17 de outubro de 1941, e é protegido pelo IPAC pelo

processo de tombamento número BR 32201-1.0-F001. A cidade de Cairu foi inventariada pelo IPAC como Centro Histórico sob o número 32.201-0.3-1001.

O IPHAN e o Programa Monumenta¹⁵⁹ empreenderam um grande projeto de restauro do convento, que foi concluído em 2010. Com o investimento de dez milhões de Reais (pouco mais de dois milhões de euros, a valores atuais), o IPHAN pretendia, além de conter a degradação do convento de Cairu, fazer no local uma pousada gerida pelos próprios franciscanos, mas a ideia acabou não se concretizando. Atualmente vivem no convento dois frades, como lá existem doze quartos, dez ficam inativos. Os frades sobrevivem das poucas visitas turísticas que o Convento recebe e complementam sua renda criando galinhas no quintal do convento.

Convento de São Francisco do Conde

O Convento de Santo António localiza-se num ponto elevado da cidade de São Francisco do Conde, na Praça Artur Sales, Centro, Distrito Sede deste município, com bela e ampla vista da Baía de Todos os Santos.

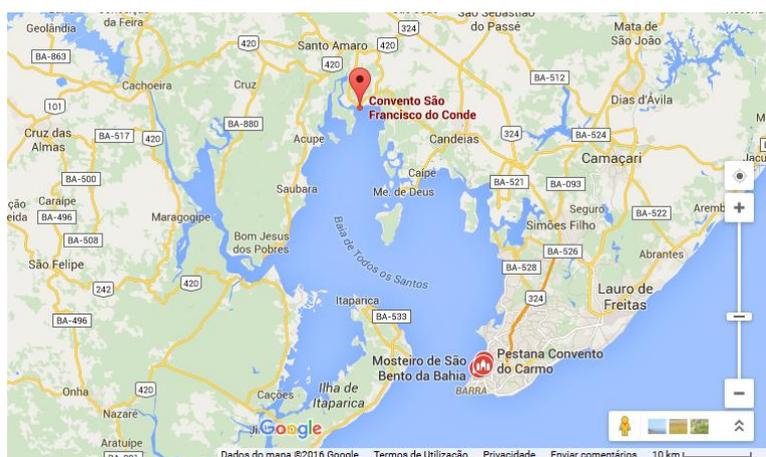


Figura 14: Localização do Convento de Santo António de São Francisco do Conde.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/> (Janeiro de 2016)

O conjunto faz parte do Centro Histórico da cidade, classificado com Grau de Proteção 2 pelo IPAC. O Conjunto formado pelo Convento, Igreja da Ordem e Igreja da Ordem Terceira é de elevado valor patrimonial e arquitetónico, estando por isso tombado pelos órgãos de proteção patrimonial nacional e estadual, pelo IPHAN sob o número

¹⁵⁹ O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta> (Acesso em janeiro de 2016)

249-A do Livro de História, folha 55, tombamento ocorrido em 17 de outubro de 1941, o conjunto é protegido pelo IPAC sob o número BR 32008-1.0-F001.

O Convento de São Francisco do Conde também se encontra numa área cercada por importantes engenhos, onde a produção açucareira teve um forte desenvolvimento entre meados do século XVII e XVIII. O convento teve suas origens por volta do ano de 1629, quando o comerciante local Gaspar Pinto dos Reis e sua mulher, D. Isabel Fernandes, doaram aos franciscanos um terreno na localidade de São Francisco, que ficava nas proximidades de Sergipe do Conde. A construção teve início em 1630, entretanto não foi concluída, sendo abandonado e reiniciado em outra área, cerca de um século depois.

A Igreja atual teve sua construção iniciada em 1718 e concluída em 1722. No ano de 1723 foi iniciada uma ampliação da igreja em direção a fachada que, por sua vez, foi modificada e adequação ao “modelo franciscano baiano”. Nessa altura edificou-se a galilé, com cinco arcos, colocou-se o coro sobre os três arcos centrais, como em Cairu e Paraguaçu, e sobre os dois arcos laterais, um dá entrada à igreja da Ordem Terceira de São Francisco e o outro, no lado oposto, para a portaria do convento. Assim como em Cairu, toda a obra da fachada foi feita em cantaria lavrada, chamando a atenção a portada principal da igreja, onde as molduras dos vãos e das pilastras são em pedra de cantaria.

A fachada com duas torres alinhadas diferencia-se das fachadas de Cairu e Paraguaçu, que apresentam apenas uma torre recuada, e assemelha-se da fachada do Convento de São Francisco de Salvador. Diferentemente dos demais conjuntos franciscanos do Nordeste e da Bahia, o de São Francisco do Conde não apresenta o Cruzeiro à frente da Igreja.



Figura 15: Fachada do convento de Santo António, em São Francisco do Conde.

Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol. 9, tomo 3, p. 137.

Convento e Igreja apresentam dois pavimentos, em torno de um claustro quadrado e com arcos, apoiados em colunas do tipo toscano, como nos demais conventos baianos. A construção do salão grande e dos dormitórios só foram iniciados por volta do ano de 1793, só concluídos no ano de 1802. Ainda no princípio do século XIX construiu-se a escadaria de pedra do adro, em frente à igreja, e seus muros laterais, e conclui-se o refeitório.

A nave, a capela-mor e a sacristia apresentam painéis em azulejos portugueses, com figuras de conchas, querubins e vasos de flores, semelhantes aos que existem nos conventos do Paraguaçu e de Cairu. Existem também painéis de azulejos com cenas da vida de Santo António.



Figura 16: Painel de azulejos com cenas da vida de Santo António.

Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 147.

Assim como no Convento do Paraguaçu, a nave era separada da capela-mor por uma grade de jacarandá torneada, que já não existe. Os retábulos entalhados e dourados que ornamentavam a Igreja e a Sacristia, feitos no século XVIII, também já não existem, salvo algumas partes pequenas.



Figura 17: Interior da igreja de São Francisco do Conde, nave e capela-mor.

Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 148.

Na sacristia pouco resta da ornamentação original e do mobiliário, além de um arcaz de jacarandá, dois armários embutidos também de madeira nobre, e um lavabo em pedra lioz de origem portuguesa. Em 1817 foi retirado o forro de madeira pintado da capela-mor, hoje, o forro é rebocado. Por volta desse mesmo período, foi retirado o antigo piso da nave, sob o qual se encontravam os túmulos de religiosos ou pessoas importantes locais, que foram patrocinadoras das obras e colocado em seu lugar ladrilhos hidráulicos comuns.



Figura 18: Sacristia do convento.

Fonte: Maria Helena Occhi Flexor, *Igrejas e conventos da Bahia*, Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, vol 9, tomo 3, p. 157.

A Igreja da Ordem Terceira é atualmente ocupado pela Associação dos Pais e Amigos Excepcionais (APAE), onde se destaca, segundo Flexor (2010: 158) *a pintura da igreja, de extrema qualidade, mas em decomposição, graças ao abandono em que se encontra*. Assim como os demais conventos franciscanos e de todas as outras ordens instaladas no Brasil, o período que se estende do final do século XVIII até princípios do século XX foi de uma profunda crise que levaria ao fechamento de muitos destes conventos. Só com a restauração e com a chegada dos frades alemães da Província de Santa Cruz da Saxónia alguns desses conventos foram repovoados, e o Convento de Santo Antônio de São Francisco do Conde foi um deles; os frades que aí chegaram realizaram reparos que ajudaram a manter a integridade de tão notável monumento.

Anexo 9

Trípico da proposta de roteiro nº 3 Joias do barroco colonial. Quatro conventos franciscanos da Bahia



Figura 12: O Paraguaçu visto, ao por do sol, a partir do adro do Convento do Paraguaçu.
Fonte: <http://seuzacharias.blogspot/2010/04/Sao-Francisco-de-Paraguaçu-cachoeira.html>

Convento de Santo Antônio de Cairú

A pedra fundamental em 25 de agosto de 1654, nos terrenos doados por Bento Salvador e sua esposa, D. Izabel Gomes. A antiga vila hoje cidade de Cairú localiza-se na região de Baixo Sul da Bahia, ou seja, ao Sul da Baía de Todos os Santos. A fachada da igreja de Cairú é considerada verdadeiramente revolucionária, pois difere de tudo o que havia sido feito até então no Brasil. O conjunto arquitetônico é composto por igreja e Convento, a Igreja da Ordem Terceira chegou a ser iniciada mas nunca foi concluída transformando-se em ruínas. As obras do conjunto formado por Convento e Igreja duraram aproximadamente cem anos, uma vez que a última data gravada na construção é do ano de 1750.

Dentro da igreja e foi edificada uma capela dedicada a Nossa Senhora do Viterbo e apresenta as paredes cobertas de azulejo até a altura da cornija, com quatro metros de altura, com cenas relacionadas à vida da santa. O forro da capela é abobadado, sem pintura. A Capela-mor passou por total modificação durante o século XIX.



Figura 13: Fachada do Convento de Santo Antônio de Cairú.
Fonte: <https://fotos.kaluairene.com/interior/12060/igreja-e-convento-da-bahia-bahia-uf-piaui/> Programa Monumenta, vol.9, ano 3, p. 73.

A sacristia tem as paredes inteiramente cobertas por azulejos decorados com rocailhas, volutas, formas arquitetônicas fingidas, querubins, serafins. Claustro tem forma quadrangular, é cercado por arcadas que se apoiam em pilares grossos, mais grossos que os pilares dos demais conventos franciscanos da Bahia; na parte superior do Convento existem as mesmas arcadas e pilares. Por sua importância histórica e cultural, o Convento de Santo Antônio de Cairú mereceu tombamento por parte do IPHAN



Figura 14: Capela de Nossa Senhora de Viterbo.
Fonte: <http://www.studogol.com.br/servicos/restauracao-de-tempos>



Figura 15: Sacristia.
Fonte: <http://www.studogol.com.br/servicos/restauracao-de-tempos>

Roteiro

**Jóias do Barroco Colonial:
Quatro Conventos Franciscanos da Bahia**

Roteiro Terrestre

Salvador – São Francisco do Conde

O percurso entre Salvador e São Francisco do Conde é feito através da Br 324 e da Ba 420, e Ba 522, perfazendo um percurso de 72 Km e leva cerca de 1h e 20 min.

São Francisco do Conde – São Francisco do Paraguaçu

O percurso entre São Francisco do Conde e São Francisco do Paraguaçu é feito através da Ba 522, Ba 420 e Ba 880, perfazendo um percurso de aproximadamente 70 Km, que leva cerca de 1h. e 15 min.

São Francisco do Paraguaçu – Cairú.

O percurso entre o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu e o Convento de Santo Antônio de Cairú é feito pela Ba 420 e Ba 001, perfazendo um percurso de aproximadamente 220 Km, aproximadamente, que leva cerca de 3h. e 40 min.

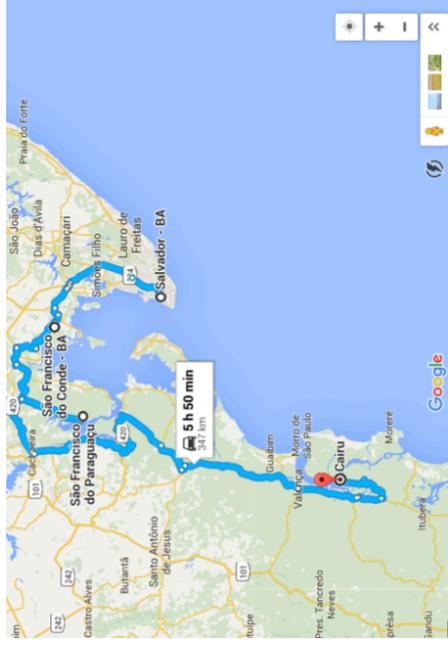


Figura 1: Mapa do percurso.

Fonte: <https://www.google.com/maps>

Mestrado de Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, Universidade de Evora | Virgínia de Cerqueira Silva – 2016

Telefones úteis:

- Secretaria de Turismo de Cachoeira +55 75 3425-4470
- Hospital São João de Deus (Praça Dr. Milton, s/n°) + 55 75 3425-1019
- Samu (Serviço de Atendimento de Urgência) 192
- Polícia/Bombeiros 193
- Terminal Rodoviário de Salvador + 55 (71) 3450 5955
- Ferry boat (Salvador) + 55 (71) 3254-1020
- Hospital geral do estado (Salvador) + 55 (71) 3117-5999 / 3117-5961
- Delegacia de proteção ao turista (Salvador) +55 (71) 3322 7155
- Hospital Docente Assistencial Célia Almeida Lima, Endereço: Rua Rodolfo Tourinho, s/n°, Centro, São Francisco do Conde, Telefone: +55 (71) 3651-8553
- Convento (Rua João Florêncio Gomes, 1, 43900-000, São Francisco do Conde-Ba, +55 (71) 36511074
- SAT: Serviço de Atendimento ao Turista + 55 (71) 3651-3930
- Delegacia, rua Raimundo Ribeiro, s/° – centro, São Francisco do Conde-Ba
- tel.: 36518602
- Convento Franciscano Santo Antônio de Cairú + 55 (75) 3653-2118
- Delegacia de polícia Cairú + 55 (75) 3653-2163

Convento de São Francisco de Salvador da Bahia

O Convento de São Francisco de Salvador, considerado uma das Sete Maravilhas do Mundo Português, localiza-se no antigo Centro Histórico da cidade, em sítio tombado pelo IPHAN e pela UNESCO, como património nacional e Património da Humanidade. O Conjunto actual, formado por igreja, convento e Capela da Ordem Terceira foi edificado no decorrer do século XVIII.



Figura 2 - Convento de São Francisco de Salvador.

Fonte: <http://www.salvador-tour.com.br/figura/29/>. Empalme: cabalcos.spx

A rica ornamentação interna da igreja conventual é considerada uma das mais exuberantes do barroco colonial brasileiro, todo em uma deslumbrante talha dourada e imagens policromadas de mestres santeiros baianos, obras primas da arte sacra. A igreja possui nave central, duas naves laterais e oito capelas secundárias, duas das quais localizam-se nos braços do transepto. Calcula-se que foi usada uma tonelada de ouro nos douramentos.



Figura 3 - Interior da Igreja da Ordem Primeira.

Fonte: <http://viagem.iaui.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-igreja-e-convento-de-sao-francisco-fose2>

O interior da igreja é de uma beleza rara, a talha apresenta características barroca, rococó e maneirista, com elementos os mais diversos como flores, anjos e pássaros. A figura em segundopiano apresenta um belo cocar indígena.



Figura 4 - O cocar talha.

Fonte: <http://viagem.iaui.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atarcao-igreja-e-convento-de-sao-francisco-fose45>

A Sacristia e a Sala do Capitulo também apresentam ornamentação rica, em talha dourada e com azulejaria portuguesa; apresenta também belíssimos móveis remanescentes dos séculos XVII e XVIII, como mesas, cadeiras, arcas, cómodas etc., que apresentam características híbridas, renascentistas e barrocas.



Figura 6 - Sacristia.

Fontes: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/46/Salvador%2C_sac_francisco%2C_sagratoria%2C_ameiada_in_barroco%2C_madri_da_faz_luis_de_jeasu_01

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Bahia é um belo exemplar do Barroco colonial. O templo original foi edificado no século XVII, sendo substituída pelo actual, edificado no século XVIII. Sua fachada é lavrada em arenito e seu interior, em nave única, e sua ornamentação data do século XIX. A igreja foi reconstruída e reaberta em 4 de julho de 1835. O monumento é tomado pelo IPHAN (Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional).



Figura 8 - Fachada da Ordem Terceira.

Fonte: <http://www.spacercy.com/shutterstock/pix/1711434>

As paredes que não foram recuperadas por talha foram preenchidas com azulejos, com destaque para os azulejos de autoria de Bartolomeu Antunes, com painéis que representam a vida de São Francisco de Assis.



Figura 5 - Painel com cena da vida de São Francisco.

Fonte: <http://viagem.iaui.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atarcao-igreja-e-convento-de-sao-francisco-fose58>

O claustro do convento de São Francisco de Salvador tem formato quadrangular, suas pilstras são de pedra. Colunas e arcos formam corredores em cujas paredes foram assentados painéis de azulejos representando cenas mitológicas, tiradas das estampas do pintor flamengo Otto van Veen.



Figura 7 - O Claustro.

Fonte: <http://viagem.iaui.com.br/estabelecimentos/br-ba-salvador-atarcao-igreja-e-convento-de-sao-francisco-fose57>

Convento de Santo Antônio de São Francisco do Conde

O Convento de Santo Antônio localiza-se num ponto elevado da cidade de São Francisco do Conde, no centro da cidade, com bela e ampla vista da Baía de Todos os Santos.

O Conjunto formado pelo Convento, Igreja da Ordem e Igreja da Ordem Terceira é de elevado valor patrimonial e arquitetónico, estando por isso tombado pelos órgãos de protecção patrimonial nacional e estadual, IPHAN e IPAC-Ba.

A construção teve início em 1630. A igreja actual, entretanto, teve sua construção iniciada em 1718 e concluída em 1722. No ano de 1723 foi iniciada uma ampliação e adequação da fachada ao "modelo franciscano balano". A fachada com duas torres alinhadas diferencia-se das fachadas de Cairu e Paraguaçu, que apresentam apenas uma torre recuada e assemelha-se da fachada do Convento de São Francisco de Salvador.

A capela da Ordem Terceira é atualmente ocupado pela Associação dos Pais e Amigos Excepcionais (APE).



Figura 10 - Fachada do Convento de São Francisco do Conde.

Fonte: <http://mapionline70/315524>

Convento de Santo Antônio do Paraguaçu.

O belo Convento do Paraguaçu localiza-se às margens da Baía de Iguaçu. Para quem vem pelas águas calmas do Iguaçu, a construção revela-se como um esquecido palácio hindu, com suas escadarias subindo das águas do rio até a elevação onde encontra-se a igreja. Com nave única, a igreja já não mais apresenta a rica talha e os belos ornamentos de outrora mas sua fachada ainda guarda os belos traços barrocos, ornamentada com volutas e pináculos imensos, tendo no frontão o Santo Antônio como se estivesse a abençoar o que por ali passam. O conjunto apresenta, além da igreja, as ruínas do claustro e do Convento.

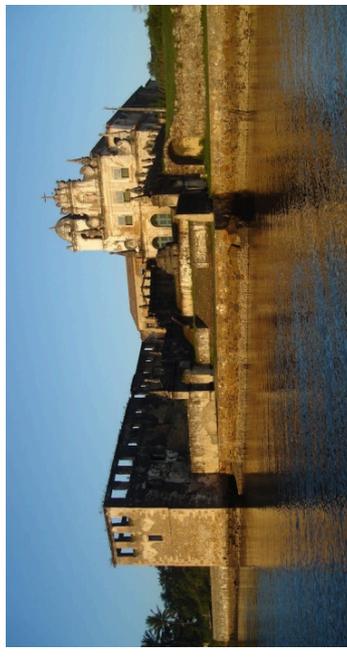


Figura 11 - Convento do Paraguaçu.

Fonte: <http://vaabombom.com.br/estabelecimentos/br-ba-iguaru>